

WALLACE PIRES DE CARVALHO

Arquivos universitários de instituições públicas de ensino superior no Rio de Janeiro: estudo de caso dos arquivos da UFRJ e UNIRIO.

Dissertação de mestrado
Março de 2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

WALLACE PIRES DE CARVALHO

**ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO
SUPERIOR DO RIO DE JANEIRO: estudo de caso dos arquivos da UFRJ e
UNIRIO**

RIO DE JANEIRO

2012

WALLACE PIRES DE CARVALHO

**ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO
SUPERIOR DO RIO DE JANEIRO: estudo de caso dos arquivos da UFRJ e
UNIRIO**

Dissertação de mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciência da
Informação, convênio Instituto
Brasileiro de Informação em Ciência
e Tecnologia e Universidade Federal
do Rio de Janeiro/Faculdade de
Administração e Ciências Contábeis,
como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Ciência da
Informação.

Orientador: Professor Doutor Geraldo Prado

Rio de Janeiro

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

S586c

Carvalho, Wallace Pires de.

Arquivos universitários de entidades públicas de ensino superior do Rio de Janeiro: estudo de caso dos arquivos da UFRJ e UNIRIO /Wallace Pires de Carvalho. -- Rio de Janeiro, 2012.

134 f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012.

Orientador: Geraldo Prado.

1. Arquivos universitários 2. Conceitos de arquivo, informação e documento 3. Universidade Federal do Rio de Janeiro 4. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro 5. Ciência da Da Informação 6. Arquivologia. I. Prado, Geraldo (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

CDU 027.022:02-051(043.3)

WALLACE PIRES DE CARVALHO

**ARQUIVOS UNIVERSITARIOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO
SUPERIOR DO RIO DE JANEIRO: estudo de caso dos arquivos da UFRJ e
UNIRIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: ____/____/____

Prof. Dr. Geraldo Moreira Prado
PhD em Ciências Sociais Aplicadas (Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade), UFRRJ

Prof.a. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro, IBICT
Doutora em Comunicação e Cultura, UFRJ

Prof.a. Dra. Júlia Belesse
Dra. em Educação, UFRJ

Prof. Dr. Luiz Cleber Gak, UNIRIO
Doutor em Educação, UFRJ

Prof.a. Dra. Rosali Fernandes de Souza (Suplente Interno), IBICT
Doutora em Ciência da Informação, Polytechnic of North London, CNAA,
Inglaterra

Prof.a. Icléia Thiesen Magalhães Costa (Suplente Externo)
Doutora em Ciência da Informação, IBICT/UFRJ

A minha mãe (in memoriam),
sempre no meu pensamento e,
a quem devo agradecer pelo incentivo
à prática dos estudos.

À minha família, pelo apoio
incondicional de esposa
e filhos.

Quanta saudade antiga
Quanta recordação
O toque paciente
De tua mão amiga
Me ensinando os caminhos
Corrigindo os defeitos
Dando todos os jeitos
Pras notas brotarem
Do meu violão

Ah, como eu me lembro ainda
Cheio de gratidão (...)
E eu em estado de graça
De estar aprendendo a tocar violão

(Vinícius de Moraes)

AGRADECIMENTOS

Inúmeros são os agradecimentos, mas começando á minha mãe, Aida Pires de Carvalho, pelo incentivo para que os seus filhos sempre trilhassem o caminho dos estudos. Estendendo esse também a meu pai, Euthymio Gomes de Carvalho que não somente proporcionou os estudos como também valorizava o estudo acadêmico, logo ele, homem simples que não teve a possibilidade de freqüentar os bancos escolares.

Igualmente não deve ser esquecida a minha irmã Celeste Aida, que sempre paciente me orientava nas dúvidas dos primeiros deveres escolares.

À minha esposa, Maria de Fátima, que sempre apoiou, incentivou e, em momentos difíceis, clareava algumas dúvidas quanto à aplicação das normas arquivísticas.

Aos filhos, Maíra e Wallace Júnior, pelo incentivo, alegria e entusiasmo com que acompanhavam a progressão dos estudos no curso de mestrado.

Aos professores do IBICT, que sempre incentivaram a esclarecer cada vez mais as entrelinhas da Ciência da Informação. Até mesmo aqueles com quem não tive o prazer de ser aluno, mas que pelos corredores estavam sempre prontos a prestar qualquer esclarecimento que se fizesse necessário.

Ao professor Geraldo Prado, que no meio do caminho, assumiu o trabalho de orientação.

À professora Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, pela sua luta incansável não somente pelo ensino, mas pela colaboração e acompanhamento nas diversas fases da pesquisa.

À UNIRIO, pelos primeiros ensinamentos da Arquivologia, ainda quando a sua denominação FEFIERJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro. Estendido aos seus professores de então, pela enorme oportunidade que proporcionaram em mostrar as diversas disciplinas do curso.

À professora Júlia Belesse que, após mais de trinta anos que lecionou para nossa turma, aceitou de pronto o meu pedido em fazer parte da banca examinadora. Igualmente ao professor Luiz Gak, que sem me conhecer também aceitou este convite.

À professora Rosali Fernandes, que me atendeu com a sua enorme e costumeira simpatia e boa vontade, inclusive quando formulei a minha intenção de fazer parte da banca examinadora.

A Eloísa Príncipe, pela orientação quanto à forma e sua correção. Também agradecimentos especiais à Cláudia Guerra, pela ajuda proporcionada quando da dificuldade em acessar a Internet; igualmente

agradecimentos à Tânia Chalub, pelo esclarecimento de termos específicos dentro da Metodologia da Pesquisa.

Aos funcionários do IBICT, como a Janete Desidério, o Sebastião, aos responsáveis – Rosan e Rui - pelos serviços de informática, pela pronta ajuda na solução dos problemas nessa área.

À professora Icléa Thiesen, que mesmo sem me conhecer, através da professora Lena Vânia, aceitou o convite para que participasse da banca examinadora, como membro externo.

Ao Diretor da DGGI/UFRJ, Adilson Barros e à Arquivista Sylvia Lhamas de Mello, pela enorme simpatia, boa-vontade e pronto atendimento às minhas solicitações de visitas à Seção de Arquivo, pelo preenchimento do questionário e esclarecimento de dúvidas.

À senhora Sonia Kaminitz, Diretora do Arquivo da UNIRIO e à Arquivista Paulina, que me receberam nas instalações do Arquivo e pelas informações prestadas.

A todos os meus colegas de turma, que fizeram com que nos sentíssemos uma família unida, alegre no caminho de aprender, na interação entre diversas pessoas, cada um com a sua característica.

Por fim, o agradecimento maior à Deus, pela capacidade do Homem em raciocinar.

RESUMO

CARVALHO, Wallace Pires de Carvalho. **Arquivos universitários de instituições públicas de ensino superior no Rio de Janeiro**: estudo de caso dos arquivos da UFRJ e UNIRIO. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012

Análise de arquivos universitários, a partir de pesquisa realizada nos arquivos centrais de duas universidades federais representativas no município do Rio de Janeiro: UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro e UNIRIO- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, tendo como objetivo principal a análise, a identificação das funções dos arquivos universitários, fluxo e sistemas de informação. O quadro teórico teve por fundamento a Ciência da Informação e os pressupostos da teoria da Arquivologia, além da legislação pertinente a arquivos. Definições e conceitos de documentos e informação mostram as abordagens diferenciadas e também as confluências entre Ciência da Informação e Arquivologia, nos seus traços interdisciplinares, e são complementados por conceitos de arquivo, arquivos científicos e arquivos universitários, estes focos da pesquisa são abordados também como memória institucional. Estudo de caso com aplicação de questionários, entrevistas e visitas aos arquivos estudados, com ênfase nos recursos humanos, acervos, organização e gestão de documentos, sistema de recuperação da informação, acesso e uso de documentos e informações e produtos e serviços dos arquivos. Os resultados mostram aderência à legislação nacional vigente, na institucionalização das atividades dos dois arquivos universitários, preocupação com a capacitação de pessoal de Arquivologia, expansão do quadro de arquivistas e ações voltadas para a inserção no mundo digital, no processo evolutivo dos arquivos universitários estudados.

Palavras-chave: arquivos universitários; conceitos de arquivos, informação e documento; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Ciência da Informação; Arquivologia.

ABSTRACT

CARVALHO, Wallace Pires de Carvalho. **Arquivos universitários de instituições públicas de ensino superior no Rio de Janeiro**: estudo de caso dos arquivos da UFRJ e UNIRIO. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012

Analysis of university archives based on the research into the center archives from two federal universities representative in municipality of *Rio de Janeiro*: UFRJ – *Universidade Federal do Rio de Janeiro* e UNIRIO – *Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro* with a main goal: The analysis, the identification of their functions, flow and information systems. The theoretical framework was based on grounds of Information Science and assumptions of the theory of Archival, in addition to files of the relevant legislation. Definitions and concepts of documents and information state the different approaches and also the confluence between Information Science and Archival, in their interdisciplinary features and are supplemented by file, scientific files and university archives concepts, which are focus of research and also addressed as institutional memory. Case study with questionnaires, interviews and visits to the files studied, with emphasis on human resources, collections, organization and document management system, information retrieval, access and use of documents and information products and services and files. The results show adherence to existing national legislation, the institutionalization of the activities of two university archives, concern about the Archival staff training, expansion of the staff of archivists and actions for digital world inclusion, the evolutionary process of the university archives studied.

Key-words: University archives; concepts of archives, information and document; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Information science; Archives administration.

LISTA DE SIGLAS

AC – Arquivo Central

AESI – Assessorias Especiais de Segurança e Informação

AI-5 – Ato Institucional nº 5

AN – Arquivo Nacional

A/MJ – Arquivo Nacional/ Ministério de Justiça

ASI – Assessoria de Segurança e Informação

BCe – Biblioteca Central

BUFRJ – Boletim da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Cap - Capítulo

CCBS – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

CCET – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia

CCH – Centro de Ciências Humanas e Sociais

CCJP – Centro de Ciências Jurídicas e Políticas

CD-R – Compact Disc Read-Only Memory.

CI - Ciência da Informação

CLA – Centro de Letras e Artes

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

**CPAD – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e Assessoria
Técnica**

DGDI – Divisão de Gestão Documental e da Informação

DICOM – Divisão de Comunicação

DOU – Diário Oficial da União

DSI – Divisões de Segurança e Informação

EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

EEAP – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto

EMC – Escola de Medicina e Cirurgia

EN - Escola de Nutrição

**FACC/CGB – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis/Coordenadoria
Geral de Bibliotecas**

FACS – Frequently Asked Questions

FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa

FEFIEG – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara

**FEFIERJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de
Janeiro**

IB – Instituto Biomédico

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IBIO – Instituto de Biociências

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

**INTERPARES – International Research on Permanent Authentic Records in
Electronic Systems**

**ISAAR – Norma Geral Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para
Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias**

ISAD-G – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

MAST – Museu de Astronomia

MEMEX – Memory Extension

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPGCI – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação

PR-6 – Pró-reitoria de Gestão e Governança

PRAC – Pró-reitoria Acadêmica

PROExC – Pró-reitoria de Extensão e Cultura

PROGRAD – Pró-reitoria Administrativa

PROPG – Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

PROPLAN – Pró-reitoria de Planejamento

SAP – Sistema de Acompanhamento de Processos

SAVEL – Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Londrina

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SECOM – Serviço de Comunicação

SIARQ – Sistema de Arquivos

SIE – Sistema Integrado de Ensino

SNI – Serviço Nacional de Informação

SPC – Serviço de Protocolo Geral

UB – Universidade do Brasil

UDF – Universidade do Distrito Federal

UEE – União Estadual dos Estudantes

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNE- União Nacional dos Estudantes

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2. OBJETIVOS: GERAL E ESPECÍFICOS	22
3. METODOLOGIA	23
3.1 PESQUISA EXPLORATÓRIA, ESTUDO DE CASO E PESQUISA DOCUMENTAL	23
3.2 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA.....	25
3.3 O AMBIENTE DE ESTUDO: UFRJ E UNIRIO	27
3.3.1 UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.....	27
3.3.2 UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	30
4. DOCUMENTO E INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E NA ARQUIVOLOGIA, E A INFORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA	33
4.1 CONCEITUANDO O CONCEITO.....	35
4.2 DOCUMENTO E INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	37
4.3 DOCUMENTO E INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA	42
4.4 A INFORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA	48
4.4.1 A informação no Ambiente universitário	49
4.4.2 Gestão Documental na Universidade Estadual de Londrina.....	56
4.4.3 Sistema de Informação Arquivística na Universidade do Porto	57
4.5 MEMÓRIA NO TEMPO: os arquivos universitários como memória institucional.....	60
5. OS ARQUIVOS DE UNIVERSIDADES.....	65
5.1 ARQUIVOS, CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO	65
5.2 ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS	70
5.3 ARQUIVOS CIENTÍFICOS.....	72
5.4 ARQUIVOS INVISÍVEIS	79
6. ARQUIVOS UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E DA UNIRIO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Funções, fluxo e sistema de informação	83
6.1 A DIVISÃO DE GESTÃO DOCUMENTAL E DA INFORMAÇÃO – DGDI ..	83
6.1.1 Seção de Arquivo	89
6.1.2 Seção de Publicações.....	92
6.1.3 Seção de Processamento de Imagens	93
6.1.4 Seção de Expedição e Documentação	95
6.2 DOCUMENTOS E INFORMAÇÃO NO ARQUIVO DA UFRJ	96
6.2.1 Acervo do Arquivo	97
6.2.2 Organização e Gestão do Acervo	100
6.2.3 Sistema de Recuperação da Informação.....	102
6.2.4 Acesso e Uso do Acervo	105
6.2.5 Produtos e Serviços do Arquivo	105

6.3 Arquivo Central da UNIRIO	109
6.3.1 Recursos Humanos no Arquivo Central.....	113
6.3.2 O Acervo do Arquivo.....	114
6.3.3 Organização e Gestão do Acervo	115
6.3.4 Sistema de Recuperação da Informação.....	117
6.3.5 Acesso e Uso do Acervo	117
6.3.6 Produtos e Serviços do Arquivo	118

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
-------------------------------	-----

REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação tem como objeto a própria informação o que, em princípio, a aproxima da Arquivologia, cujo objeto é o documento e a sua relação orgânica com outros documentos e a informação nestes contida.

FONSECA (2007, p. 9) afirma que há falta de percepção de relação interdisciplinar entre a Ciência da Informação e a Arquivologia, e que a primeira tem sido omissa em considerar a segunda como disciplina, enquanto esta (a Arquivologia), também não tem considerado a C.I. como área afim ou interdisciplinar.

Consideramos a definição de um teórico dos mais importantes na Ciência da Informação, BORKO (1968, p. 5), até hoje a base de muitas outras, para depois compará-la com a Arquivologia: a “pesquisa na ciência da informação investiga as propriedades e o comportamento da informação, a utilização e a transmissão da informação, bem como o processamento da informação para armazenagem e recuperação”. Tal afirmação tem lugar central na CI, pela relação com uma de suas disciplinas fundamentais, a recuperação da informação, que nos Estados Unidos dá origem à área..

A Arquivologia também tem essa função, “de tornar disponível as informações contidas no acervo documental sob sua guarda” (PAES, 1997, p. 20) e, para chegar a esse nível, dispõe de metodologia de arquivamento que, ao se aliar aos sistemas de recuperação da informação, cumpre a sua finalidade de “servir à administração, constituindo-se, com o correr do tempo, em base do conhecimento da história” (PAES, 1997, p. 20) ou a sua finalidade comprobatória.

Logo, tanto em se tratando de finalidade ou função, os arquivos universitários também visam a cumprir com a meta dos seus objetivos na Arquivologia e, por extensão, à Ciência da Informação, posto que ao custodiar documentos de diversos ramos do conhecimento, como saúde, ciência e tecnologia, letras e artes, tal como ocorre com a Ciência da Informação, apresenta diferentes possibilidades de aplicações.

Daí surge uma constatação: por que se dá pouca importância – ou não se dá a importância devida – aos arquivos universitários como uma forma independente de arquivo ? Estes ainda são vistos simplesmente como arquivos de instituições de ensino e não como uma particularidade das universidades, dentro da Arquivologia. A intenção aqui é evidenciar a importância dos arquivos universitários, como organismos autônomos, além de reconhecer a relação interdisciplinar entre Arquivologia e Ciência da Informação.

Ao contrário do que se possa deduzir, o assunto é complexo e pode levar a conclusões que não refletem a realidade arquivística. Assim, antes de se apresentar os objetivos a serem alcançados nesta pesquisa, faz-se necessário apresentar a definição do que venha a ser arquivo universitário e arquivo científico, visto que este segundo surge (ou poderá surgir) como complemento do primeiro.

Importante a ser ressaltado é o que se dá quanto à literatura desses arquivos, pois segundo artigo de Bottino, publicado na Revista Arquivo & Administração, em 1998, intitulado Arquivos Universitários: Repertório Bibliográfico Preliminar, em que foram identificadas 145 publicações (livros e artigos), com a seguinte distribuição: 72 em língua inglesa, depois pela ordem decrescente da quantidade, vêm os da língua portuguesa (35), seguido dos que estão em língua francesa (22) e, por último, os de língua espanhola (16).

Arquivos universitários, pelo senso comum, seriam aqueles que são oriundos das universidades. Porém, para uma definição mais completa, Bellotto (1994 p. 18-23) entende-os como o setor da administração universitária que se encarrega de recolher e acumular documentos produzidos e recebidos pela instituição, no exercício de suas funções. Estes arquivos são úteis para seu próprio desenvolvimento na fase corrente e depois, feitas as devidas avaliações¹ os documentos que forem considerados de valor permanente vão servir para mostrar como se deu a evolução daquela universidade. Ou seja, os documentos preservados contam a história da entidade.

¹ Processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos. (ARQUIVO NACIONAL, p. 41, 2005).

Já arquivos científicos não têm propriamente uma definição mais precisa, como será visto no item 5.3 (Arquivos científicos), mas defini-se o documento científico como aquele que representa o resultado de uma atividade acadêmica, tanto na produção como na divulgação e/ou vulgarização do conhecimento ligado às atividades-fins das universidades, como é corroborado por Martins e Figueiroa (2006, p. 30).

É intenção também responder às seguintes questões: como se constituem esses arquivos ? Como se dá a sua formação e em que base doutrinária irão se apoiar as suas funções de gestão, de uso e de difusão?

Nesta pesquisa, a temática “arquivos universitários” abrange duas universidades: UFRJ e UNIRIO. O primeiro conceito que vem à mente é o referente a fundo², que pode ser dividido em estrutural³ ou funcional⁴ e leva à proveniência pois, segundo PAES (2007, p. 123), é o “princípio básico da arquivologia, segundo o qual devem ser mantidos num mesmo fundo todos os documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivo”. Na presente pesquisa, os arquivos de cada universidade serão analisados de forma independente.

O tema vai além, podendo abranger as possíveis classificações de arquivo: arquivo universitário, arquivo científico e arquivo invisível ou imperfeito, o último um neologismo, formado para caracterizar um arquivo que invadiu as universidades no final dos anos 1970.

Na abordagem dos arquivos universitários serão considerados os estágios de sua evolução: corrente, intermediária e permanente, bem como a relação entre os arquivos abordados – universitário e científico – e a atividade-fim e a atividade-meio (documentos administrativos). Vários questionamentos vêm à baila quando este assunto é tratado, sobressaindo-se aquele sobre o papel dos arquivos para as atividades-fim das universidades, como um todo,

² Conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 97).

³ Constituído dos documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos (PAES, 1997, p.124).

⁴ Constituído dos documentos provenientes de mais de uma fonte geradora de arquivo reunidos pela semelhança de suas atividades, mantido, porém o princípio do proveniência. (PAES, 1997, p.124)

pois é sabido que tais arquivos devem proporcionar às instituições o arcabouço que venha a contribuir para a sua missão pedagógica, cultural e profissional, atendendo, assim, à demanda de pesquisas e às comunidades docente, discente e funcional, de forma geral.

Logo, para que tais finalidades venham a ser cumpridas, faz-se necessário que arquivos universitários (atividades meio e fim) tenham metodologia e técnicas bem definidas, para possibilitar a consecução de várias atividades dentro do fundo a ser tratado, e que sejam diferenciadas as fronteiras entre universitário e científico, o que será abordado no capítulos 5.2 e 5.3.

Para a consecução das suas atividades, os arquivos universitários pesquisados fazem uso não somente das regras arquivísticas consagradas na área, como também leis, decretos e resoluções emanadas de órgãos públicos, igualmente acontecendo com os arquivos considerados científicos, ainda que estes não sejam o foco principal desta pesquisa.

No questionamento de arquivos de uso corrente (ou setorial) o enfoque é amplo, pois não se pode precisar seu tamanho ou quantidade, haja vista que cada Universidade é constituída por vários destes. A pesquisa, portanto, será direcionada mais aos arquivos intermediários e permanentes que, para Paes (1997, p. 22) são os arquivos “ propriamente ditos”.

São estas questões que norteiam o desenvolvimento da presente pesquisa, cuja estrutura básica é dividida em seis capítulos, sendo esta primeira parte, introdutória, seguida dos objetivos, geral e específicos. Logo após vem a metodologia, que terá basicamente três subdivisões – pesquisa exploratória, estudo de caso, e pesquisa documental, além da delimitação do universo de pesquisa e ambiente de estudo, no qual será abordado o histórico das duas universidades a serem pesquisadas. No quarto capítulo são analisados os conceitos de documento e informação, tanto na Ciência da Informação quanto na Arquivologia, encerrando pelos arquivos universitários como memória institucional. No quinto capítulo (os arquivos de universidades) são abordados os três tipos de arquivos aqui focados, universitário, científico e invisível, com ênfase no enfoque conceitual. O estudo de caso é consubstanciado no capítulo

6, quando são descritos e analisados os arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO, quanto a recursos humanos, acervo e sua organização e gestão, sistema de recuperação da informação, acesso e uso e, produtos e serviços. Finalmente o capítulo 7 encerra a parte textual com as considerações finais sobre a pesquisa, seguido das referências.

2 OBJETIVOS: GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as atividades de arquivos universitários de instituições públicas do Rio de Janeiro, a fim de identificar as suas funções, o fluxo e sistemas de informação, bem como clarificar o papel dos arquivos universitários junto às universidades às quais se vinculam – UFRJ e UNIRIO.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- analisar os conceitos de arquivo, arquivos universitários e arquivos científicos, buscando identificar convergências e divergências destes com os conceitos de informação e documento segundo a Ciência da Informação e a Arquivologia;
- investigar os documentos que compõem os arquivos das universidades em questão, com base nas tabelas de temporalidade e das atividades meio e fim dessas instituições; e.
- explorar o arquivo universitário como memória institucional e como componente do sistema de informação das universidades.

3 METODOLOGIA

Na metodologia são explicadas a natureza da pesquisa, a delimitação do universo da pesquisa e da amostra.

3.1 PESQUISA EXPLORATÓRIA, ESTUDO DE CASO E PESQUISA DOCUMENTAL

Trata-se de um estudo de caso de dois arquivos de universidades públicas, localizadas no Rio de Janeiro: UFRJ e UNIRIO, desenvolvido como pesquisa exploratória, isto é:

um estudo preliminar cuja finalidade principal é para se familiarizar com um fenômeno que está sendo investigado, para que o estudo a seguir pode ser projetado com uma maior compreensão e precisão. O estudo exploratório (que pode usar qualquer um de uma variedade de técnicas, geralmente com uma pequena amostra) permite que o investigador defina o seu problema de pesquisa e formule sua hipótese com mais precisão. Ele também lhe permite escolher as técnicas mais adequadas para suas pesquisas e decidir sobre as questões que mais precisam de ênfase e investigação detalhada, e pode alertá-lo para potenciais dificuldades, sensibilidades e áreas de resistência. (THEODORSON e THEODORSON, apud PIOVESAN E TEMPORANI, 1995 p. 319).

Como complemento da pesquisa exploratória será desenvolvida pesquisa empírica, inclusive com a interpretação de dados que, segundo Yin (apud CALAZANS, 2007, p.49), “consiste em examinar, categorizar, tabular, testar ou recombina quantitativamente e qualitativamente evidências”.

A partir desta definição, a escolha pela pesquisa exploratória tem como base a possibilidade de ajustamento e adequação, a fim de melhor decidir sobre os aspectos que mais necessitam de destaque e investigação, tendo em vista problemas que possam surgir ou que mais necessitam de detalhamentos.

O uso da pesquisa exploratória justifica-se, ainda, por ser de cunho preliminar, no sentido de motivar novas investigações. Assim, vemos que a pesquisa exploratória se ajusta às nossas finalidades, pois tem como

pressuposto também a “familiarização com o objeto a ser estudado” (PIOVESAN e TEMPORANI, 1995, p. 320) para que a pesquisa possa ser implementada com mais precisão e compreensão da realidade arquivística a que estão afetos os arquivos abordados.

O trabalho exploratório pode ser feito com diversas técnicas, partindo de uma amostra, de modo a definir a problemática e chegar à melhor compreensão da situação a ser encontrada.

A pesquisa exploratória tem uma tríade que se ajusta à dissertação, pois envolve: pesquisa bibliográfica, exemplos de experiências e entrevistas, permitindo visão geral da problemática da pesquisa e análise dos conceitos. Como bem demonstraram Quivy e Campenhoudt (1992, p. 81), “entrevistas, observações e consultas de documentos diversos coexistem frequentemente durante o trabalho exploratório”. Um outro fator que contribui para a adoção da pesquisa exploratória é que a questão da presente pesquisa ser um assunto pouco estudado.

A decisão por um de estudo de caso que, “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento...” (GIL, 2009, p. 54) levou em conta que a pesquisa qualitativa tem como foco arquivos de duas universidades como mencionado, a UFRJ e a UNIRIO.

A decisão pela pesquisa documental teve como fundamento o fato de esta “é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos e usados para pesquisa qualitativa” (LÜDKE; ANDRÉ, 1998, p.32).

O quadro teórico foi desenvolvido em torno dos conceitos de arquivo, fundo e proveniência, tendo como fundamento a Arquivologia, e de documento e informação, na visão desta área e da Ciência da Informação, além dos conceito central para a presente pesquisa, arquivos universitários, complementado por arquivos científicos e invisíveis e visto também como memória institucional.

Considerando-se que a investigação e o empirismo têm suas limitações, paralelamente foi adotada a pesquisa qualitativa, reconhecida por sua abordagem hermenêutica, reconstrutiva ou interpretativa (FLICK, 2009, p. 17).

Analisando as idéias de Flick (2009), no seu livro “Desenho da pesquisa qualitativa” e numa visão genérica desta obra, concluímos que seus objetivos são a observação, a descrição, a compreensão e o seu significado, não havendo – como a presente pesquisa – hipótese pré-concebida.

A pesquisa empírica foi empreendida com recursos de questionários, entrevistas, visitas in loco e, com menor ênfase, análise de portais das universidades estudadas e, em alguns momentos, troca de mensagens eletrônicas e telefonemas.

3.2 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA

O Estado do Rio de Janeiro tem 13 (treze) universidades públicas, algumas recentes, as quais representam o resultado da transformação de centros educacionais e de escolas técnicas e representam o universo da pesquisa.

Desse universo de universidades públicas do Rio de Janeiro, duas instituições, a UFRJ e a UNIRIO, constituem a amostra, definidas uma por ser primeira universidade do Brasil (UFRJ) e a UNIRIO, por oferecer curso de Arquivologia. Outro critério foi a escolha de entidades da capital do Estado, a fim de facilitar a locomoção no momento da pesquisa de campo, a aplicação de questionários durante entrevista, diminuindo assim a procura nos sites e troca de mensagens eletrônicas.

A escolha das duas universidades levou em conta, também a constituição dos seus arquivos e a adoção de normas e critérios arquivísticos na rotina do trabalho.

Nas duas universidades focadas na presente pesquisa, há cursos de graduação e pós-graduação, distribuídos em áreas de conhecimento. A UNIRIO tem mais 50 (cinquenta) cursos de graduação (<http://200.156.25.75:8080/ementario/cursos.html?action=list>), além de cursos

de extensão e pós-graduação, sendo que nestes últimos há 22 cursos de pesquisa (UNIRIO, PDI, 2012).

A UFRJ, oferece 101 (cento e um) curso de graduação, mais os seus desdobramentos(<https://www.siga.ufrj.br/sira/repositoriocurriculo/ListaCursos.html>), além de cursos extensão e de pós-graduação, com mais de trezentos cursos, tanto, em stricto como lato sensu (<http://www.pr2.ufrj.br/>).

Há dois tipos de amostra: uma formal, em que os critérios podem ser definidos de maneira prévia para atender a uma finalidade exigível para pesquisa e, a outra, mais flexível, que se ajusta às circunstâncias ou contingências que ocorrem durante essa atividade. Nesta pesquisa foram adotados ambos, no primeiro caso, os questionários e, no segundo, a sua aplicação em entrevistas.

As pesquisas foram realizadas nos arquivos permanentes, que recebem documentação de todas as suas unidades acadêmicas. Mesmo assim, pela quantidade expressiva de arquivos, foi necessária a opção pelos arquivos da atividade meio, sendo desenvolvido um estudo como base para seleção e diagnóstico.

No estudo exploratório na UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi evidenciada a sua dispersão geográfica, com vários campi, como os da Praia Vermelha, da Ilha do Fundão – a Cidade Universitária – os dos bairros de São Cristóvão, Centro da cidade (neste há pelo menos quatro unidades) e Laranjeiras, e nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé.

Todos esses campi são constituídos por aproximadamente 80 (oitenta) unidades de arquivo, fazendo-se necessária uma delimitação para os arquivos permanentes. Essa quantidade normalmente refere-se a arquivos administrativos (atividade-meio), alguns pertencem aos próprios centros acadêmicos e, muitas vezes, também trazem um inconveniente: são os chamados arquivos paralelos⁵. Assim, foram excluídos os centros de memória,

⁵ Na prática, sub-arquivos criados dentro de uma empresa ou entidade, como por exemplo, o professor de unidade acadêmica que faz o seu arquivo particular, quando na realidade, este é da instituição. (PAES, 2007, p.102).

de centros de pesquisa e laboratórios e os arquivos setoriais. Assim, a pesquisa abrangeu os arquivos administrativos permanentes dessas instituições, visto ser quase incomensuráveis os dados dos arquivos setoriais correntes.

3.3 O AMBIENTE DE ESTUDO: UFRJ E UNIRIO

A partir do delineamento das duas universidades a serem pesquisadas, faz-se necessário uma pequena apresentação sobre o surgimento de cada uma, a com os seus históricos, perfis e ambientação.

3.3.1 UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Após várias tentativas de criação de uma universidade no Brasil, desde o Império, o grande impulso para criação da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro - foi a vinda da família real, em 1808. A partir desse ano vários cursos são criados, na Bahia e Rio de Janeiro, “todos marcados pela mesma preocupação pragmática de criar uma infra-estrutura que garantisse a sobrevivência da Corte na colônia”. (MENDONÇA, 2000, p. 14).

Porém,

o fundamento para a sua criação teria sido as pressões para que o governo federal assumisse seu projeto universitário, ante o aparecimento de propostas universitárias livres, em nível estadual”. (FÁVERO, 2007, p.16).

Mas a sua criação só veio a se efetivar em 1920, através de decreto do governo federal, assinado pelo presidente Epitácio Pessoa e se deu com a junção de três cursos até então existentes e de escolas isoladas: Engenharia (Escola Politécnica), Escola de Medicina do Rio de Janeiro e das Faculdades Livres de Direito. (FÁVERO, 2007, p. 14).

Porém, se a década de 1920 foi mais aberta politicamente, a seguinte (1930), teve grandes conturbações, inclusive com a revolução constitucionalista de 1932 e as Intentonas Comunistas de 1934 e 1935, além dos acontecimentos políticos mundiais que tiveram fortes reflexos na vida dos cidadãos. Estes fatos, no campo da educação culminaram com a intenção do Governo Federal

em monopolizar o estudo superior, inclusive, se apoderando da UDF (criação do educador Anísio Teixeira, considerado comunista), e mais tarde, mudando a denominação da URJ para UB – Universidade do Brasil (RAMADON, 2006, p. 34), como uma forma clara de demonstrar o totalitarismo getulista da época.

Mesmo com essa fusão (UDF e UB), não havia local para que a universidade funcionasse, ficando as suas funções acadêmicas acontecendo de forma isolada, inclusive com a desapropriação de prédios.

Essa dificuldade fez com que se pensasse na construção de uma cidade universitária., de maneira que aglutinasse todas as suas escolas em um só local, fato que hoje sabemos não aconteceu por completo, face a existência de vários campi. Mesmo assim, foi com essa intenção que se concretizou o sonho da Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, na realidade, um aterro de nove ilhas então existentes.(OLIVEIRA, 2007, p.113).

A escolha do local demorou anos e várias tentativas de muitos projetos pensados, sendo cogitados alguns bairros, como Ponta do Caju, Marechal Hermes, São Cristóvão (Quinta da Boa Vista), Jacarepaguá e Vila Valqueire. (OLIVEIRA, 2007, p. 109-135).

Para esse tento, entre os projetos apresentados, não podem deixar de ser mencionados os de arquitetos estrangeiros (Marcelo Piacentini e Le Corbusier) e dois de Lúcio Costa, sendo que um deles (o do idealizador de Brasília) previa a construção da cidade universitária sobre as águas da Lagoa Rodrigo de Freitas. (ALBERTO, 2007, p.81).

Entre o período da criação da Universidade do Brasil até a atual nomenclatura (UFRJ), muitas disputas políticas aconteceram e ultrapassaram o campo educacional, principalmente entre o Ministro Gustavo Capanema e Anísio Teixeira. Este embate culminou com o fechamento da UDF, pois o ministro necessitava do prédio dessa universidade “para incorporar à Universidade do Brasil, atual UFRJ. (RAMADON, 2006, p.21).

A tão sonhada autonomia administrativa, financeira, didática e funcional somente viria acontecer após o fim do Estado Novo, em 1945, através do

Decreto-Lei nº 8393, de 17 de novembro, sancionada pelo então Presidente José Linhares. (FÁVERO, 2007, p. 27).

Reflexo ou não dessa época política, o fato é que em uma das últimas escolhas foi o bairro de Vila Valqueire, por meio de decreto e, mais tarde, também por esta via, em 1945, foi escolhido definitivamente o arquipélago onde hoje está a Ilha do Fundão. Somente em 1948 foi materializado esse projeto e a “cidade universitária foi “concluída” oficialmente em 1972, pelo Presidente Médici”. (OLIVEIRA, 2007, p. 132).

A denominação para UFRJ aconteceria em 1965, através da Lei 4831, de 5 de novembro, que trata da denominação das duas universidades federais existentes na cidades do Rio e Niterói.(FÁVERO, 2007, p.37), sendo que neste segundo município ficava e continua localizada a atual Universidade Federal Fluminense.

Quanto aos seus arquivos, atualmente a Seção de Arquivo da UFRJ está subordinada à DGDI – Divisão de Gestão Documental e da Informação, e há projeto de criação do SIARQ – Sistema de Arquivos, em que se prevê um Arquivo Central, sendo integrantes destes: a Divisão de Gestão Documental e da Informação e a Divisão de Desenvolvimento Arquivístico, conforme conteúdo em minuta emitida pela instituição. (MELLO, 2010, p. 1).

Esta seção funciona atualmente como arquivo central e, não há mensuração dos arquivos setoriais, sabendo-se que formam aproximadamente 80 (oitenta) unidades de arquivo, traduzidos em centros acadêmicos, institutos, centros de memória e órgãos administrativos, conforme informações coletadas no site da Instituição.

Compõem atualmente esta Divisão as seguintes seções : Seção de Expedição e Documentação; Seção de Publicações, Seção de Microfilmagem e a Seção de Arquivos.

A DGDI não está, no momento, recebendo documentos de outros setores, tendo em vista o projeto de criação do SIARQ – Sistema de Arquivos, que terá como integrantes o Arquivo Central; a CPAD – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e Assessoria Técnica; a Divisão de Gestão de

Documental e da Informação; a Divisão de Desenvolvimento Arquivístico/Arquivo Central; os arquivos e protocolos da Administração Central, e os arquivos e protocolos das unidades acadêmicas.

3.3.2 UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

A atual UNIRIO é integrante do sistema federal de ensino e teve como semelhança à UFRJ, somente os cursos isolados, pois surge em 1969, decorrente da aglutinação destes existentes no antigo Estado da Guanabara, vinculados a três ministérios: da Saúde, da Educação e Cultura e ao Ministério tripartite do Trabalho, Indústria e Comércio, o que deu origem à Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara – FEFIEG, que a partir de 1975, após a fusão com o Estado do Rio de Janeiro denominou-se Federação da Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ. (UNIRIO, 2007, p. 3).

Mais tarde, em 1977, houve a incorporação do Curso Permanente de Arquivo, que antes era ministrado pelo Arquivo Nacional, e do curso de Museologia, oferecido no Museu Histórico Nacional.

A origem dos seus campi se dá como decorrência da fragmentação do seu nascimento:

a administração superior na Praia Vermelha, além dos Centros de Ciências Humanas e Sociais – CCH (Escolas de Arquivologia, Biblioteconomia, Educação, História e Museologia), de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP (Escola de Ciências Jurídicas), de Letras e Artes – CLA (Escolas de Música e de Teatro); o Centro de Ciências Exatas e Tecnologia – CCET (Escola de Informática Aplicada) e parte do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS (Escolas de Ciências Biológicas, de Enfermagem e de Nutrição). No centro da cidade, está instalado o Instituto Biomédico e, na Tijuca, localizam-se a Escola de Medicina e Cirurgia e o Hospital Universitário Gaffrée e Guinle. (UNIRIO, PDI, 2006, p.3).

A sua missão consiste na produção e disseminação do conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanista, crítica e reflexiva, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade. (UNIRIO, PDI, 2012, p. 16).

Dentre os seus princípios institucionais, destacam-se: a conduta ética, o humanismo, a democracia e a participação; o pluralismo teórico-metodológico, além da universalização e a interdisciplinaridade do conhecimento; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a natureza pública e a gratuidade do ensino de graduação (UNIRIO, PDI, 2012, p.17).

Em 1979, por meio da Lei nº 6655, de 5 de junho, teve a sua denominação alterada para UNIRIO-UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO, distribuída em cinco campi, sendo dois no bairro da Urca, um na Tijuca e outro em Botafogo e, e um no Centro.

É importante frisar que essa instituição nasce do momento de redemocratização da sociedade brasileira, pois era época do fim do governo militar, embora este ainda estivesse vigente.

Até o ano de 1981, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão estavam ligadas à Vice-Reitoria, o que somente viria a ser alterado a partir de 1982, com a criação das pró-reitorias as PRAC – Pró-Reitorias Acadêmicas (PDI, 2006, p. 4), que teve a sua estrutura organizacional criada no ano de 1983.

Pelo PDI 2012-2016 (p.73/74), são cinco as pró-reitorias: Pró-Reitoria de Administração - PROGRAD; Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN; Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD; Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa - PROPG, e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROExC.

A partir de 1989, as PRACs passaram a ser Pró-reitoria de Ensino e Graduação, sendo também criados a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, bem como a de Extensão e Assuntos Comunitários (PDI, 2006, p. 4).

Em 1987 aconteceu, pela primeira vez, eleição para reitor. Contudo, a UNIRIO só veio a ter reitor eleito pelos seus pares quando o então Presidente, Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2000, confirmou o reitor eleito pelo voto acadêmico. (UNIRIO, PDI, 2006, p. 5).

Com a edição da PEC-Proposta de Emenda Constitucional nº 56/91, houve a ameaça de privatização do ensino superior, com a possível cobrança por serviços prestados através de cursos de extensão, o que não seguiu adiante. (PDI, 2006, p. 5).

A nomenclatura atual – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO viria a acontecer no ano de 2003, pela Lei nº 10750, de 24 de outubro.

Há cinco centros acadêmicos: de Ciências Biológicas e da Saúde; de Ciências Exatas e tecnologia; de Ciências Humanas e Sociais; de Ciências Jurídicas e Políticas, e de Letras e Artes (PDI, 2006, p. 7).

A instituição oferece, na pós graduação lato senso, 17 programas que mantém 22 cursos distribuídos em oito áreas: Agrárias; Linguística, Letras e Artes; saúde; Exatas e da Terra; Humanas; Multidisciplinar; Sociais Aplicadas e, Biológicas. (PDI, 2012, p. 56/57). E no início do exercício de 2012 registramos a aprovação da proposta de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, pelo Conselho Técnico-Científico de Educação Superior da Capes

O sistema de Arquivo Central foi criado pela Resolução nº 815 do Conselho Universitário, datada de 4 de dezembro de 1990, tendo por finalidade, entre outras funções, coordenar o sistema de arquivo de toda a universidade, além de supervisionar e coordenar as atividades dos arquivos setoriais. (COSTA et al., 2010, p. 1).

4 DOCUMENTO E INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E NA ARQUIVOLOGIA, E A INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS

Muito tem sido discutido o significado e o sentido da informação na Ciência da Informação e o tema fomenta vários estudos sobre sua conceituação e significado.

Muitas pesquisas têm sido desenvolvidas sobre Ciência da Informação a partir do conceito de informação e, de fato, o tema é controverso, tanto na Ciência da Informação como na Arquivologia. Estes questionamentos abrem um leque de considerações sobre o que venha a ser este termo e a sua utilização nas práticas de planejamento e atuação diária das funções permanentes a entidades de ensino, de pesquisa e setor produtivo desde o alvorecer da área pois,

a década de 60 marca, também a visão de informação entre os componentes do processo de desenvolvimento, seu valor estratégico, inclusão nas políticas públicas e a formulação de conceitos de Ciência da Informação.... (PINHEIRO, 2002, p. 5).

Normalmente, a informação é confundida com conhecimento, e essa dessemelhança “não deveria ocorrer, pois (...) o primeiro é objeto de estudo de outros campos” (PINHEIRO, 2004, p. 5), sendo, a priori, relacionada a documentos impressos e a bibliotecas. Mas aqui há outro termo discutível: o documento.

Ainda quanto à materialidade ou não dada informação, importante é a lembrança de

informação é tradicionalmente relacionada a documentos impressos e a bibliotecas, quando de fato a informação de que trata a Ciência da Informação tanto pode estar num diálogo entre cientistas, em comunicação informal, numa inovação para a indústria, em patente, num fotografia ou objeto, no registro magnético de uma base de dados ou em uma biblioteca virtual ou repositório, na internet. (PINHEIRO 2004, p.1).

Numa explanação geral sobre este assunto - as relações da informação no campo da C.I. e da Arquivologia – faz-se importante demonstrar que:

tem sido predominante a omissão da arquivologia como disciplina na qual esses autores possam identificar elementos em comum com a ciência da informação. E essa omissão é mútua, pois a arquivologia não tem considerado a ciência da informação como área afim. De fato, ao contrário do que ocorre com a ciência da informação, a questão interdisciplinar é bastante periférica nas reflexões arquivísticas. (FONSECA 2007, p. 9).

O caso aqui apresentado pode ser, para o leigo, ou mesmo para aquele que já tem alguma experiência nesta discussão, coisa de simples interpretação, mas não o é, pois é necessário, inicialmente, estabelecer ligações e definições entre esta – a informação – e Ciência da Informação e Arquivologia.

A aparente simplicidade pode ocorrer do fato de que a informação, para a Arquivologia, precisa de um suporte que lhe dê sustentação, de um veículo que a faça chegar a alguém interessado num conhecimento. O veículo é um meio, que pode ser o papel, o cd-rom, a voz humana registrada numa fita magnética ou em modernos aparelhos digitais. Trata-se aqui, do documento.

No campo informacional, principalmente quanto às ações públicas afins, estas constituem uma das mais importantes dimensões da informação e, mais, a

noção de política de informação, tende a ser naturalizada e a designar diversas ações e processos do campo informacional: arquivos (...) e pode ser tida como mais que a soma de um determinado número de programas de trabalho, sistemas e serviços (...) são norteadas por um conjunto de valores políticos que atuam como parâmetros balizadores à sua formulação e execução. (JARDIM, 2003, p. 40)

Assim, trata-se de um conjunto de ações direcionadas para uma finalidade específica – serviço ao cidadão e à administração – além de ser o resultado de conceitos, funções e necessidades formadores da sua existência. O que nos faz entender que a Arquivologia não existe por acaso, mas com uma função específica, a de atender a uma pessoa, empresa, pública ou privada,

no suprimento de suas exigências informacionais e documentais, ou como base para o estudo da História.

Porém, a discussão não para, necessariamente, nesses aspectos da questão e pode se alongar, pois ao estudarmos a Arquivologia, somos obrigados a apresentar um outro conceito, o de documento. Como define YEO (2007, p. 331), “arquivo é o documento elaborado ou recebido no decorrer de uma atividade prática”.

Assim, a partir daqui veremos a apresentação da informação e de documento em três tópicos distintos, pois que abordam, cada um, o tema informacional de forma diferenciada e específica: Ciência da Informação e Arquivologia, áreas do conhecimento e universidades, contexto de aplicação.

No entanto, este capítulo, eminentemente conceitual, por reunir os fundamentos teóricos de documento e informação e, ao mesmo tempo, ao apresentar algumas abordagens das duas áreas nucleares desta questão, Ciência da Informação e Arquivologia, analisadas nos seus respectivos objetos, nas suas convergência e divergências conceituais e segundo idéias de seus teóricos, pede e privilegia enfocar o significado e relevância do conceito, no seu sentido amplo, como necessária parte introdutória.

4.1 CONCEITUANDO O CONCEITO

Antes das definições específicas, primeiro discorreremos sobre o próprio conceito em si, visto que o ato de definir algo sempre suscita diversos enfoques e a abrangência de uma mesma questão.

Assim, em princípio, segundo a pesquisadora Minayo (1994, p. 20) os conceitos são, antes de tudo, construção de sentidos, o que não deixa de ser uma definição genérica, para mais adiante esclarecer que os conceitos apresentam três funções, a saber: cognitiva, pragmática e comunicativa, e a primeira função pode apresentar aspecto delimitador do campo a ser estudado. O pesquisador tem que, antes de conceituar, definir o seu campo teórico de atuação a fim que adotar conotações específicas.

O segundo plano, pragmático, corresponde à funcionalidade, à operacionalidade, ou seja, capacidade de trabalho que será proporcionada ao trabalhado, o que tem a ver com o que será abordado mais adiante, nas idéias de Geoffrey Yeo, autor já citado.

Por fim, o seu caráter comunicativo está relacionado à clarificação do conceito, que deve ser específico e, ao mesmo tempo abrangente, possibilitando assim a compreensão pelos interlocutores da área de interesse.

Ainda no campo semântico merece atenção o pensamento de Kaplan (1972, p. 20), sobre conceitualização, em vários níveis de abstração. As suas observações complementam as funções dos conceitos na concepção de Minayo. Kaplan define três tipos de conceitos e assim os explicita:

- 1 – conceitos de observação direta: os que são observáveis ao nível do empirismo, servindo de base para a etapa descritiva da observação;
- 2 – conceitos de observação indireta: nestes a observação empírica anterior é detalhada, interligando os pontos observáveis; e
- 3 – conceitos teóricos, nos quais as proposições são articuladas e se firmam no campo da abstração.

Os conceitos não devem ser entendidos como simples jogo de palavras, mas sim construídos com base no historicismo e ideologismo da sua elaboração, tendo que se apropriar do contexto em que foram articulados e “das articulações dos outros autores com quem a pesquisa dialoga ou quem se opõe.”(KAPLAN, 1972, p.21).

Concernente ao jogo de palavras articuladas, temos em Michel Foucault (2000, p.62), ainda quanto à formação dos conceitos, que não há uma condição rigorosa para a formação destes, mas sim, existem sistemas conceituais inerentes dentro de cada organização, com articulações próprias, o que nos leva a crer na operacionalidade de cada campo de estudo.

Segundo este autor, é necessária a descrição da organização dentro do campo enunciado em que atua, e tece três considerações, não ainda sobre o conceito propriamente dito, mas no que chama de operação pré-conceitual:

- 1 – formas de sucessão e disposições das séries enunciativas; um conjunto de regras à disposição, com a finalidade de dispor desses enunciados, e esquemas de dependência, ordem e sucessões a serem distribuídos;
- 2 – configurações do campo enunciativo, proporcionando formas de consistência; e
- 3 – definição do procedimento de intervenção que pode ser legitimado em aplicação; as relações podem ser legitimadas. (FOUCAULT, 2000, p.62).

Foucault (2000, p.69) conclui afirmando que essa pré-conceitualização se dá no desenvolvimento de análises contextuais, em que o domínio de validade, de normatividade, de atualidade estão em interação com a análise de representação e teoria de signos, caracterização e taxonomia, podendo-se então determinar os caminhos do conceito, chegando-se à uma possibilidade concepção.

Ainda para Foucault (2000, p. 69), o lugar de emergência do conceito é o discurso, em que “o “pré-conceito” (...) em lugar de delinear um horizonte que viria do fundo da história e se manteria através dela é, pelo contrário (...) o conjunto de regras que aí se encontram definitivamente aplicadas” .

A seguir, a discussão conceitual de documento e informação nas áreas de Ciência da Informação e Arquivologia, da qual podem emergir confluências que as aproximam e especificidades que as distinguem.

4.2 DOCUMENTO E INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A etimologia da palavra informação vem do latim *formatio* e *forma*, indicando representar, dar forma a alguma coisa (ZEMAN apud PINHEIRO, 1995, p. 5), podendo ser também entendida, em sentido mais aberto, como criação, informação trocada, nova e não somente redundante (PINHEIRO, 1995, p.5).

Uma das mais importantes definições para a de Ciência da Informação é a seguinte: “uma disciplina interdisciplinar que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o seu fluxo e a sua utilização, e as técnicas, tanto manuais como mecânicas, de processamento da

informação para armazenagem, recuperação e disseminação ótimas” (BORKO, 1968, p. 7), portanto, seu objeto principal é a informação.

Mas esta – a informação - por si só é um termo difícil de definir, tanto que há muitas interpretações sobre a mesma, e que constitui-se o foco principal da C.I., juntamente com a recuperação da informação. Belkin e Robertson (1976, p. 197) afirmam que o seu conceito forma um espectro, que pode se alastrar, tornando-se muito extenso.

A primeira definição do que venha a ser informação parece ser bastante intrigante, pois a Ciência da Informação preocupa-se primeiro com a informação em si, ficando o registro em segundo plano, mas a:

informação é conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte (...) é um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal. (LE COADIC, 2004, p. 4).

Dessa definição depreende-se que a informação aproxima-se em muito daquela a ser vista na Arquivologia, pois o objeto desta, diferentemente da C.I., é o documento, traduzido também como informação registrada.

Porém, a pensar como Le Coadic, somos levados a crer que a mensagem pode estar inscrita num sistema de signos, associada a um significado mais concreto, formador de uma ideia, figura ou sistema, que de forma virtual ou não, é tangível, a partir da percepção que temos de um conceito inserido em determinado âmbito, aqui, a Ciência da Informação.

Numa vertente mais histórica, Pereira referindo-se a Paul Otlet, declarou que

as conexões dos registros com artefatos tecnológicos, os quais estavam apenas esperando para ser descobertos, segundo Otlet, fazem com que suas idéias sejam reconhecidas como precursoras das mudanças técnicas que os computadores introduziram nas atividades de informação, na Internet, ou fora dela. (PEREIRA, 2005, p. 5).

Idealizador do Mundaneum (onde seriam abrigadas todas as informações), autor do *Traité de Documentacion*, Otlet aborda neste último a documentação contida nos livros, mas que na realidade é extensiva a outros suportes, pois:

os substitutos dos livros são todos os meios que servem para informar e comunicar algo e que não tenham a escrita como principal meio de expressão. Dessa forma, entram nessa categoria os objetos de museus, maquetes, o telégrafo, o telefone, o rádio, a televisão, o cinema, os discos, entre outros. (SANTOS, 2007, p. 57),

deixando um vasto campo a ser utilizado representado como documento, podendo este ser uma pedra, representativa de uma Era, ou um esqueleto que represente o ancestral do Homem.

Ainda no campo da informação como coisa, Otlet (apud SANTOS, 2007, p. 59), afirma que o livro e o documento “trouxeram o ser humano para uma nova realidade: a materialização do pensamento”, o que o leva a concluir que a informação, por si só, não estaria na sua plenitude, precisando de um suporte, de um meio que a leve ao receptor.

A documentação, por sua vez, constitui-se também “num corpo sistemático de conhecimentos como ciência e como doutrina por um lado; de outro, em técnica e uma terceira parte em corpo sistemático de organização” (OTLET, apud SANTOS, 2007, p. 59). Mas o que faz um documento ser informativo é o campo epistemológico que carrega consigo, a sua carga informacional, na qual pode revelar um estado de coisas, traduzir uma época ou servir de prova, isso também no campo da Arquivologia.

Já Buckland (1991, p. 1-2), um dos historiadores da Ciência da Informação, vê a informação como a qualidade de “tornar-se informado, com a redução de incerteza (...), é um termo ambíguo e usado de maneiras diferentes” e relaciona-a sob três ângulos: informação como processo; informação como conhecimento e informação como coisa, conforme pormenorizadas a seguir. O primeiro ângulo, informação como processo, a princípio, tem a ver com uma das definições já vistas, de Silva (2002, p. 21),

pois refere-se quando alguém é informado, e tem a ver com a de incertezas, relacionada à ação de dizer ou fato a ser dito sobre algo.

Na abordagem da informação como objeto possível da ciência da informação, Wersig e Neveling (1975, p. 131) tratam desta como viés do conhecimento, e afirmam que a informação é “o conhecimento elaborado à base da percepção das estruturas da natureza”. Porém, o autor reconhece que podem existir algumas variações, visto o termo conhecimento dar margem a várias interpretações, já que é polissêmico. Assim, o conhecimento pode se dar ou não, pode ser perceptível pelo menos por um sujeito; o conhecimento pode servir a um caso específico, em que a informação é tida como dado de valor no processo de decisão e, “a informação é o conhecimento comunicado” (WERSIG; NEVELING, 1975, p. 131).

Mesmo nesta abordagem do conhecimento, este pode estar acompanhado de vários enfoques como Wersig e Neveling (1975, p. 129), expõem: o conhecimento se dá de forma objetiva e deve ser captado por somente um sujeito, além de servir a uma finalidade específica e, por fim, a de que a informação, ao ser comunicada, transforma-se em conhecimento.

Neste entendimento, a informação pode estar condicionada não somente à informação em si, mas a um objeto, a um terceiro “ator”, um canal, além do receptor e do emissor.

Esses autores também concebem a informação como processo, do qual não é parte deste, mas o próprio processo em si: é um processamento humano de dados; é uma forma de comunicação com finalidade específica; pode ser reportada ao processo decisório, pois como sistema humano é informação tratada, transformada em conhecimento. (WERSIG e NEVELING, 1993, p. 3).

A informação, na Ciência da Informação, pode ser interpretada pelo seu aspecto de responsabilidade social, como disciplina, como proposta, conforme desenvolvimento a seguir, ainda na visão de Wersig e Neveling.

Para os autores, citando Kuhlen (1993, p.3) “ a informação é conhecimento em ação”, em que o este parte para a generalidade ao relacionar

o racional, e o humano necessita de transformação do conhecimento para uma ação específica, não ficando no limbo da pura conceituação.

Em continuidade, Wersig (1993) não tem como único objeto a informação posto que todos os “objetos já foram apropriados por outras disciplinas e ninguém aceita informação como objeto”, o que contraria até mesmo o conceito de informação como commodities, em que Ursul (apud PINHEIRO, 1995, p. 6) afirma: “a informação, em si mesma, é uma propriedade da matéria e da percepção, agindo para conectar os dois por meio de seu relacionamento com a variedade e reflexão”. Nesse aspecto, a preocupação com o ser humano (entendida como responsabilidade social) poderia ser o motivo real da Ciência da Informação, segundo Wersig (1993, p. 9).

Nesse contexto de materialidade ou não, vimos que a informação pode estar numa simples comunicação oral de pessoa para pessoa, mas também podemos concluir que “há na área uma aceitação quase tácita de que a informação implica processo de comunicação: um emissor, um receptor, um canal – em sua descrição mais sumária”. (BRAGA, 1995, p. 2)

Depreendemos, então, que a informação, mesmo não escrita, necessita de um canal de comunicação, por exemplo, numa conversa informal entre cientistas que trocam ideias entre si, pois estes são, ao mesmo tempo, receptores, emissores e canal, representados através da fala ou outro meio de comunicação.

Vê-se que o tradicionalismo da informação atrelado a uma base física está presente aí, mas também há uma visão mais ampla, como a de Paul Otlet, ao citar que a informação pode estar numa fotografia, “o manto, as miniaturas” (PEREIRA, 2000, p.13) ou objeto, o que por extensão, pode-se entender que também um objeto qualquer pode ser em si mesmo, a informação, mesmo não trazendo no seu corpo algum signo inscrito, mas sendo a informação de época, um fato ou acontecimento.

Ao nos referirmos à materialidade, estamos sim tratando do documento em si, o suporte da informação, mas convém lembrar que Braga cita Shannon (1995, p. 3), em que este afirma que “a informação não depende de uma

instituição física ou de um suporte material, mas de um emissor, um receptor, um canal – um processo de comunicação – e pode ser quantificada e, mais, sendo o próprio objeto da Ciência da Informação, pode prescindir de uma base material, já que está na comunicação oral entre cientistas e mais modernamente, de modo virtual nas redes de computadores.

Assim, na área em questão, Ciência da Informação, a informação foi revista por diversos autores e suas visões, todos tendo como pressuposto que é o objeto desta ciência, como bem demonstraram Le Coadic, Wersig e Neveling, e o pensamento pioneiro de Paul Otlet. Autores nacionais como Braga e Pinheiro, não somente corroboram tais afirmações, como registram a história desta ciência, além de mostrar os seus marcos principais.

4.3 DOCUMENTO E INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define informação como “elemento referencial, noção, idéia ou mensagem contidos num documento” (2005, p. 107), incluindo assim o documento como veículo, e não considera a informação como um elemento solto ou usado cotidianamente, mas já direcionado a um campo maior conclusivo.

Um pouco antes, no mesmo dicionário, na página 73, o documento é definido como “ unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”.

Importante a ser ressaltado nesse binômio informação e documento, é que “a essência do documento está, pois, naquilo que o faz ser como é, ou seja, no conteúdo, na informação” (SILVA, 2006, p. 63), o que é compreendido, a princípio, de que o documento só existe porque é o suporte da informação.

A partir dessas definições chega-se à conclusão que a informação, na Arquivologia, só pode existir com o componente de registro em um formato qualquer. Assim, diferentemente da Ciência da Informação, há essa necessidade, e ambas têm em comum o elemento principal de suas especificidades, ainda que vistos sob escolas diferenciadas pela apresentação do objeto.

O que vimos é que este objeto é a informação, e a Ciência da Informação a apresenta como seu componente primordial, enquanto na Arquivologia, está condicionada à materialização de um meio definidor do seu conteúdo, um documento revisto em base de papel, poliéster (microfilme), informático (cd, HD), iconográfico (fotos), sonoro, ou filmográfico (filmes em movimento).

Numa tentativa de definir o conceito de informação, esta também foi assim definida de modo que corrobora a parte final do parágrafo acima:

conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada. (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 37).

Ao citar Heredia, Fonseca (1998, p. 33) esclarece que “importa muito que não percamos de vista a tríplice dimensão do objeto da Arquivologia e sua ordem: arquivos – documentos de arquivo e informação.

Camargo também dá a sua contribuição, bem pertinente à Arquivologia, ao afirmar que

.... é o documento: a unidade constituída pela informação e o seu suporte (...). E para definir informação (...) entendemos todo e qualquer elemento referencial contido num documento. Se a informação, nesse sentido é parte integrante do documento, este, por sua vez, é a parte de um coletivo muito especial a que nominamos arquivo. (CAMARGO, 1994, 34).

A informação, por si só, poderia ser definida sob o ponto de vista de vários autores, mas também pode ser simplista como Silva (2002, p. 23), para quem é somente “um fato, uma notícia, ou qualquer dado do conhecimento, evoca, ao mesmo tempo, o ato de recolher e o de dar esclarecimentos, usada como substantivo (pretendo obter uma informação) e sinônimo de ser informado”. Há dois níveis de informação em arquivo: aquela contida “no documento de arquivo, isoladamente, e aquela contida no arquivo em si,

naquilo que o conjunto, em sua forma, em sua estrutura, revela sobre a instituição ou sobre a pessoa que o criou.” (FONSECA, 1998, p. 35).

A informação, objeto do presente estudo, é a contida no documento de arquivo, isolada, o que torna possível a formação do termo informação arquivística, que está ligada à definição de arquivo, por sua vez vinculada à gestão da informação, na qual esta pode ser oral (aquela que, no interior das organizações, circula de pessoa para pessoa, de modo informal), mas também pode estar formalizada em um suporte físico, como forma de concretizar uma transação ou estado de coisas, mas sempre orgânicas, pois que são geridas na consecução das atividades do organismo, e “as informações registradas orgânicas nascem no arquivo do organismo.” (COUTURE, DUCHRAME, ROUSSEAU, apud FONSECA, 1998, p. 35)

Para finalizar o pensamento dessa autora, pouco antes de terminar o seu artigo Informação, Arquivo e Instituições Arquivísticas, (FONSECA, 1998, p. 41), é citado, textualmente: “a questão do acesso às informações arquivísticas encontradas nos arquivos”, daí entende-se que os arquivos não custodiam somente documentos físicos, mas principalmente informação, formalmente contida nos seus acervos.

Na esfera mais pragmática e funcional, os “arquivos são gestores de um recurso estratégico do Estado moderno: a informação” (JARDIM, 2003, p. 10), o que nos leva a refletir sobre a função dos arquivos e reafirmar que estes guardam documentos informacionais e orgânicos.

Convém lembrar que o documento de arquivo, “não tem razão de ser, isoladamente. Sua existência só se justifica na medida em que pertença a um organismo.” (DUCHEIN, 1986, p. 17).

Somente os documentos públicos – durante séculos – eram considerados arquivos (MATTAR, 2003, p. 14), sinônimo do poder de império de que gozam os governantes e os seus atos administrativos⁶, e serviam como instrumento de legitimação do Estado. O importante a ser dito, neste momento,

⁶ Atos de império são todos aqueles que a Administração pratica usando de sua supremacia sobre o administrado ou servidor e lhes impõe obrigatório atendimento. (MEIRELES, H.L., 1998, p. 146).

é que eram documentos, e não informação, puramente, e que já nessa época havia o pressuposto de que [esta](#), para ser válida, tinha de estar presa a um suporte.

Os arquivos têm como requisito da função a de tornar disponível as informações contidas no seu acervo (PAES, 1997, p. 20) e, para Indolfo et al, 1994, p.11) “documento é toda informação registrada em um suporte material”.

A partir desses últimos pressupostos, conclui-se que o objeto do arquivo é também a informação, tanto que Jardim não se refere aos arquivos como gestores de documentos mas principalmente da informação, ferramenta estratégica do Estado. Nessa linha de pensamento, para outro autor brasileiro, Starec (2002, p.2), mas este não atuante em Arquivologia, a informação “passa a ser o insumo básico na busca de padrões mais sustentáveis de desenvolvimento”.

A delimitação da função do arquivo tem como base tornar disponível informações e, não, como seria óbvio de se esperar, somente os documentos, pois o que faz um documento ser documento é a sua carga informacional, caso contrário seria uma base sem signos.

A definição de documento fecha com feliz conclusão essa afirmativa, ao concluir que a informação não está solta no ar, mas registrada em um suporte material, físico e que, este tem como lugar de custódia, os arquivos. Mais adiante há uma confirmação ao dizer que “todo documento é uma fonte de informação, como, por exemplo: o livro, a revista, o jornal, o manuscrito, a fotografia, o selo, a medalha ...” (INDOLFO et al. 1994, p. 11), o que, por extensão, relembra também a definição dada por Paul Otlet do que venha a ser documento. Finaliza afirmando que os documentos de arquivo são aqueles “constituem elementos de prova ou de informação” (INDOLFO et al.1994, p. 12)

Os autores canadenses Rousseau e Couture (1998, p. 32), ao se referirem ao conteúdo dos documentos, lembram que “os suportes em que foi registrada a informação administrativa apresentam também um grande interesse “.

Mais adiante, na mesma obra, mencionam:

informação documental, i.e., a que se encontra registrada num suporte com a ajuda de um código preestabelecido (...) tornando-se possível registrar, copiar, autenticar, transmitir, comprar, receber, difundir, classificar, recuperar, armazenar, conservar e, finalmente, utilizar a informação de um modo relativamente fácil, estável e exato, (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 61),

o que demonstra tanto o documento como a informação em si, como objetos que se usa e pratica ações para uso cotidiano, seja em nível pessoal, profissional, como também comercial.

Estes dois servem para demonstrar que a informação, dentro da Arquivologia, está condicionada a uma apresentação física, que pode ser utilizada, é praticamente palpável, mas sobretudo perceptiva, que atua como agente transformador do conhecimento e retrata, de modo indiscutível, ações, situações distribuídas dentro de uma organicidade, de uma sequência de procedimentos que a Diplomática bem explica.

A informação é olhada também como passível de uso como já visto por Paul Otlet, inclusive a objetos, e documentos, referidos como informação porque, além de informativos são também tangíveis, e têm a qualidade de comunicar conhecimento ou informação.

Ainda no campo da discussão entre a diferenciação de objetos de estudo e uso, a Ciência da Informação tendo como objeto a informação e os arquivos o documento, Silva, (2003, p. 10) na apresentação da coletânea de artigos, "Acesso à informação e política de arquivos", registra que os "arquivos devem ser vistos como instrumentos estratégicos porque reúnem informações que são vitais ao gerenciamento, não só do Estado moderno, mas, também para defender os direitos da entidade produtora e os direitos da cidadania".

Neste debate é importante é ressaltar as definições do Projeto Interpares (2007, p. 4) na pesquisa da preservação de documentos arquivísticos em formato digital na qual são definidos como "qualquer documento produzido por uma pessoa física ou jurídica no curso de uma atividade prática como um instrumento e subproduto de tal atividade" O termo documento é pensado

como “a informação afixada em um meio sob uma forma fixa” e, por fim, informação “é um conjunto de dados destinados à comunicação através do tempo ou espaço”, o que mais uma vez corrobora a idéia de informação por si mesma, nem sempre é conhecimento – precisa ser transmitida, principalmente em se tratando de arquivo, condicionada a uma base que lhe dê perpetuação.

Como já visto a documentação arquivística, ou como descreve Duranti (1994, p. 51), os registros documentais têm, entre outros atributos, o interrelacionamento, que entendemos por organicidade, o que, pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 127), vem a ser a “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora”. A autora relata que

os documentos estão ligados entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado, confiabilidade e autenticidade. (...) os registros documentais são um conjunto indivisível de relações intelectuais permanentes tanto quanto de documentos”. (DURANTI, 2004, p. 52).

Esse elemento que motiva a sua criação, a necessidade de apor informação num suporte, está profundamente ligado a diversas assertivas, tais como as do campo do Direito: competência, finalidade, motivo, objeto e agente capaz; as do campo da crítica diplomática; caracteres “intrínsecos ou internos: relativos à língua, ao teor e ao texto” (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 28); e, novamente segundo Duranti (1994, p.51), para quem os registros documentais têm cinco características: imparcialidade (cunho científico na produção do documento), autenticidade (criados a partir de uma necessidade real), naturalidade (se acumulam no curso das transações), interrelacionamento (organicidade) e, unicidade (são únicos).

Assim, neste tópico vimos que os arquivos não guardam somente documentos, mas sim informações nestes inscritas, sejam em papel, em

mídias da informática, em plantas de arquitetura e em diversas outras formas, mas sempre contidas em uma base física.

Desta apreciação, foram vistos conceitos léxicos para melhor exemplificar os fenômenos documentais, além de passear por diversos autores, nacionais e estrangeiros, todos contribuindo com as suas visões para a formação de um corpo de estudo teórico que cada vez mais se estabelece como disciplina autônoma, a Arquivologia, não mais atrelada somente ao estudo da história, mas um organismo imprescindível na vida pública e privada, nos caminhos das artes, da tecnologia e das ciências.

No campo mais específico do documento, a abordagem da Diplomática (elementos intrínsecos e extrínsecos) mostra-se de importância fundamental para a apuração da sua veracidade com a crítica interna e externa.

Assim, unindo-se essas diferentes ideias, foi possível traçar um campo sistemático que nos levasse à conclusão almejada: os arquivos não trazem somente informação, mas documentos informacionais, e devem estar sempre disponíveis para servir à sua administração, qualquer que seja.

Para melhor entendimento dos arquivos universitários, a compreensão de como circulam as informações nas universidades contribui, ainda que não especificamente de arquivos universitários. Para tal, será enfocada a pesquisa desenvolvida por Starec (2002), mencionada anteriormente e aqui analisada em detalhe, no traçado do cenário dos arquivos universitários.

4.4 INFORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Assim como a definição para arquivos universitários não é encontrada nos livros de Arquivologia, somente em anais de reuniões e trabalhos acadêmicos, o termo informação universitária é pouco comentado, mas podemos ter uma idéia de que seja; aquela produzida e recebida por uma instituição de ensino superior no decorrer de suas atividades acadêmicas e administrativas.

Neste capítulo serão abordados três trabalhos considerados importantes para esse tipo de informação: primeiro, o artigo de Cláudio Starec,

“Informação e universidade: os pecados informacionais e barreiras na comunicação e informação para a tomada de decisão na universidade”, oriundo da pesquisa desenvolvida em sua dissertação de mestrado.

Após serão abordadas duas experiências: uma brasileira, na Universidade Estadual de Londrina, e outra estrangeira, na Universidade de Lisboa.

4.4.1 A informação no Ambiente Universitário

O artigo de Starec (2002,p.2) é direcionado à informação universitária e o seu fluxo numa instituição de nível superior, no caso, universidade particular, e assume relevância para esta pesquisa, pelo tema, originalidade de enfoque e forma com que foi apresentado.

Starec (2002, p.2) inicialmente afirma que “a informação passa a ser o insumo básico na busca de padrões mais sustentáveis de desenvolvimento”, e está presente em todas as atividades humanas, galgando nova posição e importância, ficando ao lado do conhecimento como fonte de riqueza. Chega mesmo a assumir aspecto de comodite, pois determina o comportamento no mercado e nos preços, e para tanto precisa que seja estratégica, coerente e útil tornando-se um bem perecível, com tempo de vida útil determinado por sua própria validade e importância.

Ao justificar a sua pesquisa, Starec (2002, p. 4) aponta como metas “avaliar o fluxo da informação, dentro da universidade, do planejamento à coleta, passando pela organização, análise e divulgação dentro de um sistema de recuperação e disseminação seletiva da informação para a tomada da decisão”, esta última podendo se dar tanto no campo privado como no público.

Starec (2002, p.2) mostra também a utilização da informação em outros setores, além do público, inclusive nas universidades, nas quais adota a figura de uma mandala, que usa a para estabelecer o que chamou de mandala da informação universitária, com a finalidade de analisar o seu fluxo dentro dessas instituições (STAREC, 2002, p. 5).

Para atingir os seus objetivos, não se utilizou de gráficos e quadros, mas traçou um paralelo da mandala tântrica tibetana, utilizada no livro *A Roda da Ciência*, de Paul Caro e, a partir daí construiu a sua Mandala da Informação que, segundo o próprio, “é aberta, ou seja, poderá e deverá sofrer atualizações, pois na universidade as mudanças vão e vem à galope e a questão da informação não pode ser encarada de forma estanque, imutável” (STAREC, 2002, p.4) . A ilustração das suas idéias, fundamentadas na mandala concebida por Caro, aparece na figura 01.

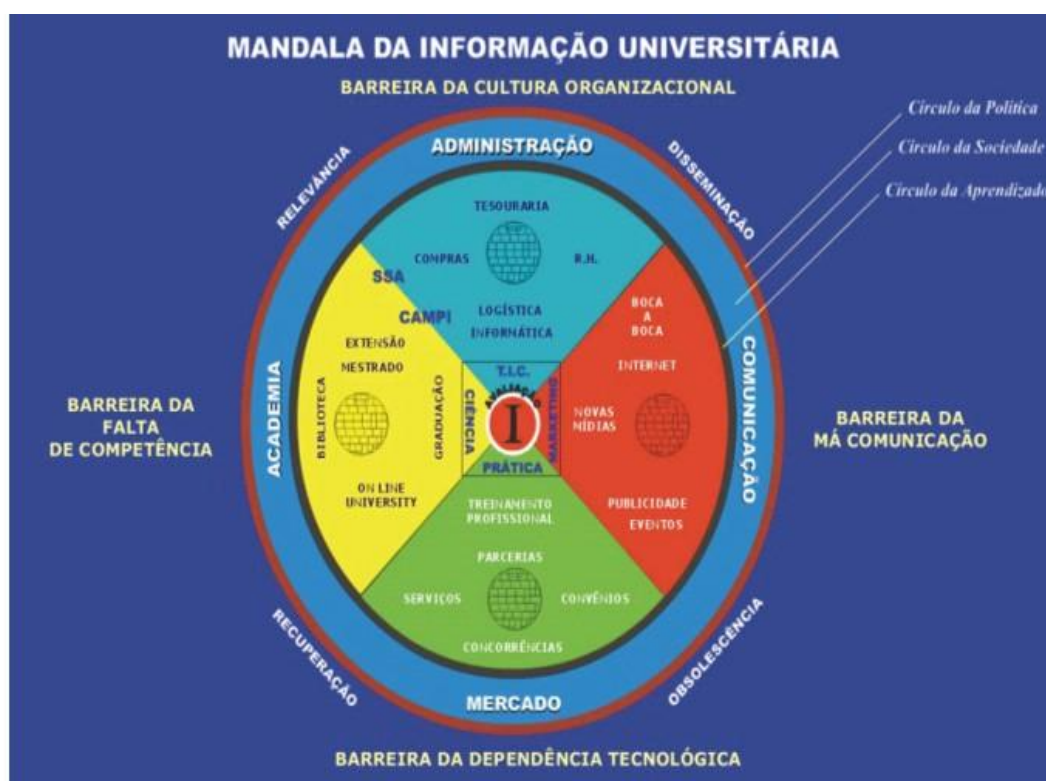


Figura 01 Mandala da Informação Universitária. Fonte: Site da Revista eletrônica Datagramzero. Starec, adaptada de Paul Caro. v.3, n. 4, ago. 2000.

Segundo o autor, o problema-chave dessa figura, é “recuperar a tempo e em tempo real a informação relevante para a tomada de decisão (...), pois o atual estágio em que a universidade se encontra apresenta grandes oportunidades e, também, enormes desafios. Como, por exemplo, uniformizar a qualidade de ensino e disseminar informações relevantes, sejam acadêmicas ou administrativas” (STAREC, 2002, p. 4).

Como pode ser constatado, a mandala é circundada por quatro setores básicas da universidade: administração (onde ocorre a logística de

infraestrutura, como tecnologia da informação, recursos humanos, compras e setor contábil, entre outros); a comunicação (responsável pela troca de mensagens formais e informais da informação da universidade com o seu público alvo, o publicidade, eventos, a comunidade, e o governo); a academia (a sua função principal, pois nesta estão as atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo a razão de existência da universidade em geral e, onde estão também não somente as salas de aula, mas as bibliotecas, os laboratórios, os periódicos, enfim, onde se realiza a pesquisa); por fim, o mercado de trabalho propriamente dito, que constitui-se na grande geradora de informação e conhecimento na universidade, tornando-se no objetivo da maioria dos alunos, ou seja, receber informações e conhecimento relacionados à mão de obra especializada voltada para o trabalho. Algo como representar somente a aquisição de conhecimento, o que acontece muito em áreas de Ciências Humanas.

Entre esses quatro setores e, como consequência, está inserido o Círculo da Política, simbolizado a ação da universidade e as suas metas institucionais. Atuando conjuntamente com estes está o Círculo da Sociedade, que é o elemento a ser atingindo e beneficiado, pois abrange o corpo discente, a comunidade e relação entre sociedade e universidade.

No anel mais externo da mandala encontra-se o Círculo do Aprendizado, que, no nosso entendimento deveria ser o mais importante a ser realçado, visto que é parte da missão precípua das universidades: o ensino, a pesquisa, a extensão, seja através dos cursos de graduação, de pós-graduação, lato ou stricto sensu.

Porém, estes quatro grandes setores também têm um (ou quatro) dificuldades ou limitações, que são as barreiras, sendo a primeira, a da dependência tecnológica (que afeta enormemente o mercado de trabalho), pois a universidade tem de deixar fluir a informação e faz-se necessário “criar uma dinâmica para que as informações circulem sem que haja concentração da informação e do conhecimento” (STAREC, 2002,p. 6), ensejando uma (re)avaliação da informação formal e informal. Apesar do pressuposto de disseminar a informação, as tecnologias informacionais, em alguns casos

acabam por dificultar a rotina do trabalho como, por exemplo, falta de conhecimento da ferramenta informática, pois esta também é dependente da própria informação. Segundo Starec (2002, p. 7), “só tecnologia não basta, é preciso levar em conta, principalmente, o capital humano”.

A segunda barreira, a falta de competência é a mais delicada (às vezes determinado curso freqüentado pelo corpo discente não é o que o aluno realmente deseja, gerando descontentamento e falta de habilidade para lidar com as disciplinas correlatas). Pode também acontecer em decorrência de falhas no processo de comunicação, agravadas pela cultura organizacional que não valoriza o seu pessoal. Ou seja, cabe também incentivo ao corpo docente (STAREC, 2002, p.7).

A terceira (STAREC, 2002,p. 6) é a da cultura organizacional (na qual a inovação sempre representa uma barreira para quem está acostumado com uma situação que “vem dando certo, para quê mudar ?”), o que limita a reorganização das entidades, públicas ou privadas de ensino superior. “ Se a cultura organizacional não incentivar o fluxo informacional proposto, isto é, não der acesso e não estimular o diálogo, a informação relevante não será recuperada pela organização” (STAREC, 2002,p. 6). Assim, a informação universitária tem de ser levada a um nível tal capaz de torná-la parte da cultura organizacional, fomentando o comprometimento do pessoal envolvido.

A quarta e última barreira (STAREC, 2002,p.6) é a da má comunicação, que faz uma ligação negativa com a cultura organizacional (incentivo ao fluxo da informação), com a tecnologia da informação (saber lidar com esta ferramenta) e a falta de competência (traduzida em comprometimento).

Entravados com essas quatro barreiras estão a relevância da informação, a sua disseminação, a obsolescência tecnológica e a recuperação da informação universitária, diluídas nas quatro barreiras.

Como um espectro, na mandala de Caro estão os sete pecados capitais (avareza, gula, inveja, ira, luxúria, preguiça e soberba), que passam então a ser denominados de pecados informacionais por Starec (2002,p.7), objetivando a facilitação da compreensão reflexiva “sobre as questões mais comuns

enfrentadas no dia a dia da universidade, sejam organizacionais ou comportamentais.

Esses “pecados” podem ser compreendidos como “ações ou falhas processuais, de conduta, atitudes negativas, desejos exacerbados coletivos ou individuais, no sentido de serem barreiras ao fluxo da informação” (STAREC, 2002, p. 7). Representam a compreensão do autor, ou uma reflexão sobre comportamentos e situações encontradas no ambiente universitário, relacionados à informação, não somente aquela formal, mas também a informal, que acontece no cotidiano entre um funcionário e outro, entre professores, entre estes e alunos e entre o corpo administrativo como um todo, que se comunica no decorrer de suas atividades educacionais e/ou administrativas.

Na avareza, ou os czares da informação, Starec (2002,p. 8) aponta para a concentração da informação na mão de poucos, aqueles que não repassam para os seus colegas, pois sabedores da sua importância, a retêm para si, como uma ferramenta (ou arma) imprescindível para o seu sucesso profissional. Pode ser considerada como consequência da competição no trabalho.

Na gula, também denominada de sociedade do hexabyte, Starec (2002,p.8) estima a quantidade de informação produzida pela comunidade universitária como um dos problemas da explosão informacional, o de encontrar a informação relevante, no imenso oceano da informação. Para exemplificar, o autor faz citação de uma edição dominical do “The New York Times”, que contém cerca de 500.000 palavras. Se comparamos a produção informacional das duas universidades focadas, onde há cursos de graduação divididos em três áreas de conhecimento (humanas, biomédicas e tecnológicas), a UNIRIO com 50 (cinquenta) cursos e a UFRJ, 139 (cento e trinta e nove), além dos cursos de pós-graduação e outros de pequena duração como os de extensão, atualização etc., conforme informações nos respectivos websites, que geram número incalculável de informações formais, arquivadas ou dispostas em estantes das suas respectivas bibliotecas.

A ira, ou insatisfação com a falta de informação correta, tem como consequência a insatisfação e o transtorno ocasionado pelas informações truncadas, erradas. Assim:

boa parte dos dados que chegam à universidade não pode ser transformada em informação devido a uma série de fatos como duplicidade (*abordada na pesquisa da Universidade de Coimbra, acima*), pouca confiabilidade/credibilidade, obsolescência, utilização de diferentes tecnologias, e falta de interatividade entre sistemas. (STAREC, 2002, p. 9).

Na prática, tais situações podem levar a uma outra, indesejável: a tomada de decisão sem a informação necessária, gerando não propriamente ira, mas descontentamento de quem precisa da informação na forma e tempo necessários.

A inveja corresponde aos problemas com a materialidade e a ética informacional (STAREC, 2002, p. 9). Nesta, os vários sistemas de informação de um organismo universitário pode levar a um descontentamento por parte da estrutura do sistema universitário. Como exemplo, citamos unidades de arquivos, umas mais bem equipadas com sistemas de recuperação que outras,

A luxúria - ou falhas nos processos de comunicação – está indiretamente ligada à ira, em que uma falha no processo de comunicação pode gerar esse sentimento de quem necessita da informação e, às vezes, o problema está na comunicação interna e “um aspecto por vezes negligenciado refere-se ao canal informal, a rede informal. Então, é indispensável reconhecer e decifrar mensagens sutis e ocultas, mostrando como a rede informal pode ser trabalhada pela máquina informacional da universidade de forma efetiva” (STAREC, p. 9 - 10). Aqui, a informação informal pode ter bom uso, ser bem aplicada, o que nem sempre acontece, pois não é um canal fidedigno, que pode ser autenticado ou corroborado, mas também, observadas as fontes, pode ser utilizado de forma eficiente.

Este pecado, agora informacional, acontece quando há falhas na comunicação da informação, como falta de clareza, por subjetividade, por

exemplo, encontradas no fluxo da informação, fazendo-se necessário identificar os obstáculos que impedem a comunicação.

A preguiça está representada na obsolescência da informação, quando, na prática, esta não chega a tempo para a tomada da decisão. “Não basta ter a informação certa, é preciso tê-la na hora certa (STAREC, 2002, p. 10).

O último dos pecados capitais é a soberba, na figura do grande ditador informacional, com quem está “o poder de possuir a informação” (STAREC, 2002, p. 11). Reter a informação não é somente anti-ético é, antes de tudo sonegação de trabalho, pois pode acontecer que informações informais essenciais sejam desprezadas, enquanto informações formais, mas que carecem de conteúdo ou confiabilidade, são utilizadas de modo incorreto. Há a figura, já vista, daquele que no mundo competitivo de hoje, retém a informação para si, com a finalidade de obter melhores posições, esquecendo-se que, num organismo universitário ou não, a informação é necessária para a tomada de decisões. Além de ser a função primordial dos arquivos, conforme ressalta Paes (1997, p. 20) : “tornar disponível as informações contidas no acervo documental sob sua guarda. “

A primeira conclusão que o autor chega é a da “relevância da informação numa organização” (STAREC, 2002, p. 11), quando há uma explosão informacional, e a sua importância está condicionada à ação do gestor para possibilitar o acesso, coerência, confiança e credibilidade, tanto da fonte, como a sua eficácia, objetividade e prioridade (a informação em tempo certo, na hora certa e lugar, a quem dela necessita).

A conclusão a que chegamos, através Starec (2002, p. 11) é a seguinte aqueles que exercem atividades em universidades, em diferentes níveis e instâncias, devem estar atentos à importância da informação nos seus organismos, direcionando sua atenção para o ciclo informacional quanto à geração, coleta, organização, disseminação e uso. O círculo pode ser complementado com a adoção de uma política voltada para a Gestão da Informação, o que está explícito no artigo terceiro da Lei nº 8159/91, na qual “considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações

técnicas à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento”

A instituição educacional que queira ter as suas ações executadas de forma estruturada, terá de entender o valor estratégico da informação (STAREC, 2002, p. 3), em este indaga qual “seria mais gerencial do que utilizar a informação relevante para a tomada de decisão ?” (2002, p. 3). Assim há que se ter em conta que a informação, nos dias de hoje, é mais que conhecimento, é estratégia de ação.

E mais, a informação em ambiente universitário está inserida nos arquivos, bibliotecas, centros de documentação, bases de dados, sistemas de informação, repositório, bibliotecas digitais e virtuais etc., devendo sempre estar pronta para ser utilizada. Esta conclusão é válida para instituições como universidades (públicas ou privadas), empresas comerciais e sociedades sem fins lucrativos, bastando que as suas informações tenham tratamento ou organização amparados pelas normas e técnicas da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia. Particularmente nos arquivo, principalmente por aqueles que trabalham no seu tratamento, guarda e disponibilização.

4.4.2 Gestão Documental na Universidade Estadual de Londrina

A primeira experiência relatada, referente especificamente a arquivos, vem da Universidade Estadual de Londrina e é relatada como parâmetro da situação nacional em universidades públicas, relativamente recente, em cenário também da presente pesquisa.

A “Gestão documental e informacional: tratamento, recuperação e disseminação da informação”, desenvolvida pelo Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Estadual de Londrina, pelo seu curso de Arquivologia (CALDERON et al, 2004, p. 102), teve como proposta “estudar diferentes aspectos que envolvem a gestão documental e informacional em instituições e organizações no âmbito público.”

O objetivo da mesma foi verificar a realidade da organização, visando as suas necessidades na gestão documental e informacional, tendo como

intenção a possível implantação de seu sistema de arquivos (CALDERON, et al 2004, p. 102). A concretização desse estudo ocorreu no ano de 2005, com a implantação do SAUEL – Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Londrina, constituído por um Arquivo Central, pela Comissão Central de Avaliação de Documentos, e por um Conselho Técnico e pelos Arquivos Setoriais.

O importante a ser ressaltado não é somente a sua criação, mas a preocupação com a realidade arquivística da criação, circulação e utilização da informação no ambiente universitário, com base em planejamento e estudo.

A partir dessa pesquisa foi possível identificar os principais documentos gerados (CALDERON et al., 2004, p. 102), bem como os recebidos, os parâmetros para o seu armazenamento e condições físicas e critérios para transferência e descarte.

Verificou-se, também, à época da pesquisa, vários problemas com a situação informacional e documental (CALDERON, 2004, p. 103), como o tratamento dado aos acervos, a inadequação espacial e a carência de recursos humanos especializados, conforme relatado por Calderon e colaboradores (2004,p.102)

Ainda que não fosse uma pesquisa diretamente focada para a informação em si, mas para a gestão documental, no qual a primeira está inclusa, foi importante porque gerou ação prática na concretização do seu sistema arquivístico.

4.4.3 Sistema de Informação Arquivística na Universidade do Porto

O segundo a que nos referimos é aquele realizado pela Universidade do Porto, no seu sistema de informação arquivística, no qual é formalizada a esquematização, racionalização da produção e guarda da documentação universitária dessa instituição, considerando

o novo paradigma emergente da arquivística, que designamos por “científico-cultural”, situa-a como disciplina aplicada na área da Ciência da Informação (...) e nesta perspectiva, o objeto “documento” dá lugar ao objeto “informação”, definida como um

conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num suporte material (papel, filme, fita magnética (...)) é o fenômeno da informação. (RIBEIRO; FERNANDES, 2003, p. 281).

Para a autora, o arquivo é um sistema de informação social materializado por meio de um suporte e atrelado à sua natureza orgânica, funcional e à memória. (RIBEIRO; FERNANDES, 2003, p. 281).

O projeto desenvolvido foi o de investigação aplicada ao seu Sistema de Informação Arquivo, atingindo as escolas ou faculdades das áreas de saúde, exatas, humanas e ao seus serviços administrativos.

Após a primeira etapa, estudo orgânico-funcional, que teve como objetivo o contexto da sua produção informacional, pois tinham como ponto central que somente conhecendo como, onde e porque a informação – não o documento, é gerada se podia representar a informação como memória institucional e que, de posse dos resultados é que se poderia disponibilizá-la para uso, administrativo ou investigativo (RIBEIRO; FERNANDES, 2003, p. 285)

A análise teve também como pressuposto o estudo da legislação e regulamentação lusitana, que permitiu a modelagem orgânica da Universidade do Porto (p. 285), e posteriormente foi realizado o registro das informações universitárias recolhidas para utilização futura, como base de dados de referência e acesso aos textos custodiados.

Como resultado a pesquisa permitiu a organicidade do sistema de informação e entendê-lo como integrador de subsistemas dos organismos universitários. Foi possível “reconhecer o contexto de produção da informação” (e mostrar, ainda, a “existência de desajustamentos entre a lei e a prática” e também foi possível esclarecer aspectos estruturais e funcionais com base na informação produzida pela própria instituição (RIBEIRO; FERNANDES, 2003, p. 286 - 287)

A avaliação da produção informacional, segundo Fernandes (2003,p. 288/289), consistiu em duas etapas: na primeira, o estudo orgânico funcional; a elaboração de organogramas; nestes, as competências e atribuições dos diversos setores; e, na segunda, o recenseamento , a reconstituição física e as referências das séries e documentos produzidos, recolhimento de elementos de identificação das unidades arquivísticas.

De posse de todos esses dados foram criadas diversas tabelas que permitiram a leitura da realidade arquivística informacional do sistema de arquivos universitário, em que foi constatada

a imprescindível vinculação da informação ao seu contexto originário e à imperiosa conservação da informação autêntica, pois esta é indispensável à gestão organizacional presente e futura “ (RIBEIRO; FERNANDES, 2003,p. 290).

Por fim, com o uso de dos parâmetros de pertinência (ação de uma pessoa ou entidade), densidade (concentração da informação em determinadas unidades arquivísticas, ou seja, onde a informação é mais concentrada) e frequência (de uso e consulta) o estudo chegou às seguintes propostas:

- a conservação permanente ou definida de toda a informação que se revelou pertinente face aos objetivos da instituição e densa em matéria de conteúdo informativo, independente da frequência da sua utilização, tanto pelos serviços produtores e/ou detentores, como pela comunidade envolvente e por investigadores externos;
- a eliminação da informação marginal ou paralela, periférica e redundante depois de confrontada com aqueles objetivos, embora pese o fato de, sempre que a frequência de uso justifique a sua retenção durante algum tempo, ter sido estabelecido um prazo para a sua conservação temporária (RIBEIRO; FERNANDES, 2003, p. 291).

Um dos fatores que fizeram com que se efetivasse a realização deste estudo foi o de que, no futuro, servisse de modelo referencial para a

investigação e solução de problemas aplicados aos arquivos, ou a qualquer outro sistema de informação (RIBEIRO; FERNANDES, 2003, p. 292).

Este projeto não foi direcionado para os documentos, conforme o título reflete, mas sim para a informação contida nos arquivos, o que, mais uma vez confirma o entendimento de que os arquivos têm como pressuposto não somente documentos, mas informação, ainda que esta esteja registrada em algum meio físico. As três pesquisas relatadas, a primeira de Starec, referente à informação em ambiente universitário, e as duas específicas sobre arquivos universitários, a primeira brasileira e a segunda portuguesa, naturalmente conduzem à idéia de arquivos como memória institucional, o que será abordado no próximo capítulo.

4.5 MEMÓRIA NO TEMPO: os arquivos universitários como memória institucional

Se há pontos de convergência entre memória e arquivos, pelo menos dois devem ser citados: no primeiro, a informação sempre esteve ligada à tradição oral, desde os seus primórdios na Grécia Antiga. Já os arquivos (informação registrada), sempre estiveram relacionados à fixação das informações, como no tempo em que estas eram feitas em placas de argila, evoluindo até os dias de hoje, com os documentos digitais nos quais a “fixação” dos dados não é visível a olho nu, mas através de dígitos binários. A relação entre memória e informação com a Ciência da Informação se dá pela forma como a informação é acessada e usada.

A preocupação e reação contra o esquecimento já vinha de tempos passados, com Paul Otlet e, mais tarde, Vannevar Bush. O primeiro, tendo por finalidade criar um depósito mundial de informação, daí ter pensado o Mundaneum, ou Palácio Mundial. (PINHEIRO, 2002, p. 7).

O segundo pensou o MEMEX-Memory Extension, que seria uma máquina com a função de guardar conhecimento (ou informação) e que nunca chegou a se materializar. Ambos, por suas idéias podem ser considerados precursores dos computadores e da internet. (PINHEIRO, 2002, p. 9).

O termo Ciência da Informação foi mencionado pela primeira vez no Georgia Institute of Technology, em 1962, (PINHEIRO, 2002, p. 3) e define, a princípio, a relação da informação e a sua conseqüente comunicação, numa espécie de espiral de informações (MORIN, apud PINHEIRO, 2002, p. 2) e de vários conhecimentos, que dialeticamente transformam um campo, ao traçar juntamente com outro, um novo campo.

Tefko Saracevic (1996, p. 48) explicitou a relação da Ciência da Informação com outras quatro ciências: Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva e Comunicação. Porém, com o passar do tempo outros foram se incorporando, pois a própria CI não é estanque, está em movimento epistêmico na espiral de conhecimentos.

Uma das explicações com relação à comunicação, é que

a informação não depende de uma instituição física ou de um suporte material, mas de um emissor, um receptor, um canal – um processo de comunicação e pode ser quantificada” (SHANNON apud BRAGA, 1995, p. 3).

Seguindo o mesmo raciocínio, Dodebei (2010, p. 61) considera o ciclo da informação, ou o modelo de transferência através de seis etapas: produção, registro, aquisição, organização, disseminação e assimilação, no qual cada etapa é a complementação da anterior, numa complementaridade, compondo um todo informacional.

A informação sempre esteve presente na História da humanidade, tanto na forma escrita como na forma oral e, mais tarde, desdobrando-se em outras, como imagens paradas e em movimento e, mais modernamente, na digital, como mencionado no início deste tópico.

Na tradição oral, na Antiga Grécia, a notícia, os acontecimentos importantes eram transmitidos através dos aedos, poetas encarregados de atualizar a população com histórias e fatos recentes. (VERNANT, 1988, p. 137).

A informação e a memória estão de certa maneira imbricadas, sendo a Mnemosýne a própria memória, uma função que abrange várias categorias,

como o tempo, e põe em evidencia várias operações mentais completas e o seu conseqüente domínio sobre as mesmas (VERNANT, 1988, p. 136).

A memória, como força propulsora da História, seja em documentos escritos ou na forma oral, tem o poder de associar pessoas a lugares, a fatos, a compartilhar emoções, e não simplesmente lembrar. A memória, por si só, tem vários graus de retenção, assim podendo ser obtida das seguintes formas: as coisas (acontecimentos) se passam de forma mecânica e por sobreposições sucessivas e, pela outra, da correlação “entre o espírito e o seu objeto” (BERGSON, 2006, p. 12), sendo necessária, nesta segunda forma, a criação de novas formas que interajam com a primeira. É a rememoração da Mnemosýne.

A ligação de família, lugares e pessoas são recursos utilizados por Halbwachs, (2006 p. 45), ao afirmar que:” só pensando em primeiro lugar na casa, ou seja, colocando-se no ponto de vista da família que nela viveu, é que foi possível recordar o fato.”

Assim como essas duas (as coisas e a relação da lembrança e o objeto), também, por outro lado, está o esquecimento, contra o qual Ricouer (2007) propõe, de maneira globalizante, várias formas de se ater à memória, com o intuito de formalizar a história e, para tanto, utiliza o espaço habitado, o tempo histórico, o testemunho, o arquivo e a prova documental.

A memória é passível de ser esquecida caso não atuem na sua preservação, além do que a “sociedade é uma síntese singular de pessoas, não se reduzindo a um somatório de indivíduos. Os indivíduos são mortais (...) existem pessoas, com posições e relações a serem preservadas” (VIANNA; LISSOVSKY; SÁ, 1986, p. 63).

A junção de todos esses fatores tem como finalidade a formalização dos estudos históricos ou comprobatórios, mas o que pretendemos com toda essa informação é provar a relação da memória com os arquivos universitários e destes, através da informação documentada, com a Ciência da Informação.

Quando se trata de acentuar essas convergências entre memória, arquivo e universidade, o primeiro fator a ser pensado são os lugares de

memória, sobre os quais Nora (1993, p. 12) afirma que “são, antes de tudo, restos”. Não simples restos que ficaram, mas sim aqueles em que “não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas (...)” Memória não é guardar tudo, mas conservar os pontos principais de uma época. É necessário produzir arquivos, não a produção obsessiva, mas avaliada como registro de um tempo: Chrónus, na mitologia grega, segundo Vernant (1988, p.142), um fato, um ciclo.

Logo, memória não é simplesmente lembrar, mas fazer com que a lembrança seja depurada, filtrada, para que se fixe não somente em espaços físicos, mas no registro histórico e nos seus ciclos.

Uma universidade não é simplesmente um lugar de memória se não houver essa intenção de perpetuar a sua atuação, é preciso que se queira que o documento, os acontecimentos e datas sejam entendidos como arquivo, como memória. Como bem diz o autor (NORA, 1993, p. 18) , está “dada a ordem de se lembrar, mas cabe a mim me lembrar e sou eu que me lembro” Cabe a cada um lembrar de si e, simultaneamente, todos lembrarem de todos.

Cabe à cada instituição lembrar, arquivar os seus atos e fatos, por meio de documentos, sejam escritos, fotográficos, informatizados e até mesmo na forma oral.

As universidades a serem estudadas têm, cada uma, através de seus históricos, uma particularidade que fez com que se diferenciasssem uma das outras. Assim também são os seus arquivos, guardando a documentação administrativa, específica (referente à atividade meio) ou científica (aquela gerada pelos cientistas em suas pesquisas).

Após essa argumentação, principalmente apoiado no pensamento de Ricouer (2007) quanto à prova documental, em que o documento pode assumir a responsabilidade da história e, também em Halbwach (2006), com a sua memória coletiva, apoiada pela individual, ambas transmutadas em documentos palpáveis, veremos que os arquivos universitários são a memória institucional, cada um dos abordados oferecendo sua contribuição no registro

de suas funções, dos seus ciclos históricos, reformas administrativas e datas importantes.

É nessa ligação de documento como prova documental que estão inseridos, na universidade, os seus arquivos como memória, provando dentro de uma jurisdição a sua atuação como ente educacional e, ao mesmo tempo, participativo da vida política, social e cultural de parte da sociedade.

Para tanto, não existe a ideia de memória relacionada à psiché, fadada ao esquecimento, ou comportamento de deuses instáveis e sectários. Antes, firma-se na documentação palpável, ou oral, mas transcrita.

A relação tempo, memória e arquivo ganha importante e irrefutável afirmação quando Colombo pergunta:

Por acaso os arquivos não são construídos (...) contra a possibilidade da perda da lembrança ? E o esforço de organização e de racionalização desta última não foi sempre uma resposta à exigência de evitar-se o extravio do que já foi armazenado ? (COLOMBO, 1991, p. 88).

Após entendimento dos arquivos universitários como memória, o capítulo seguinte abordará a conceituação destes e dos científicos, além dos arquivos instalados na época do governo militar junto às universidades.

5 OS ARQUIVOS DE UNIVERSIDADES

A literatura arquivística leva em consideração a atividade desenvolvida por uma pessoa ou sociedade (com fins econômicos, sociais, educacionais, etc.) para que possa classificar os arquivos. E esta, se dá em quatro enfoques, quanto: às entidades mantenedoras; os estágios da sua evolução, a natureza dos documentos e, a extensão de sua atuação (PAES, 1997, p. 20).

5.1 ARQUIVOS, CONCEITOS E CLASSIFICAÇÃO

Na literatura arquivística, a classificação dos diversos tipos de arquivos pode ter por base a sua funcionalidade, ou seja, leva em consideração a atividade desenvolvida para estabelecer a respectiva categorização. E esta se dá em quatro enfoques, quanto: às entidades mantenedoras; os estágios da sua evolução, a natureza dos documentos e a extensão de sua atuação. (PAES, 1997, p.20).

Para o desmembramento deste capítulo foram consideradas:

- as entidades mantenedoras, podendo ser públicas, institucionais, comerciais e familiares e a opção foi pelas institucionais e, especificamente, as educacionais

- a natureza dos documentos e a sua subdivisão em características que lhes são pertinentes: arquivos especiais (a forma física: textual, microfilme, iconográfico ou cartográfico, por exemplo) e arquivos especializados, os que têm “sob custódia os documentos resultantes da experiência humana num campo específico (PAES, 1997, p. 22), ou seja, a atividade-fim.

A terminologia arquivos especializados aborda três dessas especialidades: os arquivos universitários, os arquivos científicos e, por fim, os arquivos chamados invisíveis, termo não consolidado, uma vez que pode até mesmo assumir outra denominação, tendo por base o motivo da sua criação – não propriamente a atividade acadêmica - o que será explicitado e exemplificado a seguir.

Na referência quanto à classificação dos arquivos, segundo as entidades mantenedoras como as instituições educacionais (PAES, 2007, p.21), não há divisão em universitário ou científico, embora sejam denominações usuais da prática diária nesses dois setores, estudados mais adiante.

Conceituando arquivo, Foucault (2000, p. 147) esclarece que este é “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos regulares, o que outra vez nos leva a pensar os arquivos relacionados às suas práticas, quando a função é fator preponderante na formulação de descrições de um campo formulador de atividade que se insere num área mais ampla, a da Arquivologia.

Para ele o arquivo é:

... de início, aquilo que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem rupturas e não desapareçam ao simples acaso dos acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (...) (FOUCAULT, 2000, p. 147).

Este autor (FOUCAULT, 2000, p. 147) conclui destacando que a formação dos arquivos está relacionada à prática do saber, não somente simples aporte profissional, pois o documento “assume” um viés de possível posterioridade, mas que não se confunde com a história propriamente dita, pode atuar com e por ela, estando comprometido com a formação do discurso, do enunciado e do saber.

Há outros modos de se conceituar um termo, tendo não só o discurso como base, mas outras visões filosóficas, como a citada por Wittgenstein (apud YEO, 2007, p. 316), quando afirma: “...o significado das palavras e conceitos não é absoluto, mas é determinado pelo costume social e pelo modo que as palavras são usadas”.

De fato, não há forma absoluta para caracterizar um termo, já que o mesmo pode ser observado no âmbito dos costumes .

Mais adiante, no mesmo parágrafo, Yeo (2007, p. 316) afirma que “...nenhum fato é cientificamente verificável; linguagem ou texto são muitas vezes postos como o limite da inteligibilidade e da investigação crítica”, corroborando a afirmação anterior de que nenhum conceito é absoluto, mas pode ser determinado pelo costume social.

A definição de um conceito mais formal para arquivo prende-se, então, a três fatores intrínsecos, tais como: prova, informação e representações consistentes, como veremos mais adiante, sempre na visão de Yeo, no seu artigo “Concepts of record: evidence, information and persistent representations” . Esses dois exemplos dão uma noção de arquivo ligado à vida profissional, mas há que se esclarecer a idéia que algumas pessoas têm de arquivo, é bem diferente da visão dos que estão envolvidos com a prática profissional.

A primeira utilização prática dos arquivos é o poder que estes têm de servir como prova de algum ato ou ação, principalmente quando representativos das finalidades de uma empresa, ou pelo seu poder testemunhal (dos arquivos).

Para Yeo (2007, p. 319), a prova, inclusive para alguns dicionários tem a base para uma crença, para acreditar ou desacreditar uma ação.

Também para Duranti (1996, p. 2), “os arquivos foram considerados valiosos para autenticar ações, proteger patrimônios, educar gerações presentes e futuras, preservando acontecimentos e lugares (...) a sua gênese de dupla função de provas e memória” portanto, considerados fontes para provar direitos e privilégios dos cidadãos.

Os arquivos, por meio dos documentos, são o núcleo para se provar a veracidade de uma informação, ato ou fato, bastando para isso que os seus elementos internos e externos – segundo a Diplomática – estejam de tal maneira evidentes que possam servir de prova. Duranti (1994, p.51) estabelece cinco elementos para que os arquivos possam servir de prova: imparcialidade, fidedignidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade.

Pode-se também afirmar que a função dos arquivos é eliminar incertezas. Esse fator é bem delimitador para uma definição de arquivos e as

suas possibilidades, pois uma das suas primeiras funções é a de provar, provendo afirmações que possam ser atestadas de acordo com os elementos definidos por Duranti.

Uma reflexão é necessária quanto a essa função do arquivo, quando os seus documentos podem servir de prova, sendo utilizados como contestação irrefutável de que os fatos nele contidos são verdade.

Novamente nos reportamos a Duranti (1996, p. 2), que em seu artigo “Arquivos como um lugar”, ao traçar um histórico renovador sobre o seu surgimento principalmente ao afirmar que na Roma Antiga eram “lugar público onde as ações – documentos públicos - eram depositadas” e que “esses lugares guardavam os documentos com confiança, e tinham a capacidade de servir como prova e preservação da memória do ato” público”. Este local que guardava documentos era o “lugar correto, capaz de garantir autoridade para a documentação produzida, dotando-os de autenticidade” (DURANTI, 1996, p. 5).

No arquivo é enfatizada mais a relação entre os conceitos de evidência e informação, “os conceitos de prova e informação estão fortemente conectados, mas informação é muitas vezes vista como um conceito mais amplo...”.(YEO, 2007, p. 328). Assim sendo, a informação contida no documento é a base que servirá de prova, na qual esse atributo pode ser circunstancial, relativo à criação ou ao recebimento do documento. Também podem depender da interpretação ou compreensão do que venha a ser informação, pois este é um termo de significado também amplo, que pode dar margem a várias interpretações.

Alguns autores vêem a informação como um processo de comunicação ou resolução de problema, pois a Ciência da Informação é “a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem seu fluxo e os métodos para processá-la, a fim de obter acessibilidade e utilização ótimas” (BORKO, 1968, p.2), o que a interliga à utilização como prova, pois “... informação é vista como um processo em si e não como instrumento tangível ou intangível que o processo que serve de prova” (YEO, 2007, p.328).

Chega-se a tal ponto que tanto prova como informação são dois atributos ou qualidades, entre tantos, que os arquivos têm a oferecer.

O Projeto Interpares (apud YEO, 2007, p. 331) define arquivo como “um documento feito ou recebido no curso de uma atividade prática”, além de alguns profissionais o delinearem como “um tipo de documento com conexão particular para uma atividade”.

Ainda Yeo na mesma página cita o Model Requirements for the Management of Eletronic Records, que define arquivo como “os documentos produzidos ou recebidos por pessoas ou organizações no curso de negócios e guardados pela pessoa ou organização”.

Definição semelhante foi formulada no The European Model Requirements for the Manegement to Eletronic Records (apud YEO, 2007, p. 331): “documentos produzidos ou recebidos por uma pessoa ou organização no curso de negócios, e mantida pela pessoa ou organização”.

Por fim, Yeo (2007, p. 334) ressalta que arquivos são um tipo de representações consistentes de uma atividade, pois há alguma relação entre o documento, o que representam e o fato a ser representado. A relação de representação pode ocorrer em vários contextos diferentes, aqui foi adotado o de trabalho ou atividade.

Antes de se definir arquivos universitários, lembramos que a Lei 8159, de 09 de janeiro de 1991, em seu artigo segundo considera

arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm).

Constata-se que o suporte pode ser qualquer um, papel, fita magnética, microfilme, digitalizado, importando somente que a informação esteja assentada em uma base, igualmente não importando a sua natureza, que pode ser qualquer que advenha de uma experiência humana, atividade profissional, cultural ou artística.

A relação que há entre esta e as definições até aqui apresentadas têm como ponto comum o exercício de atividades específicas, tanto realizadas por empresas como por pessoas públicas ou privadas, bastando que sejam sempre

representantes de uma ação laborativa, e não simplesmente uma coleção⁷ de documentos sem relação orgânica entre os mesmos. Assim é que os arquivos são definidos a partir da sua natureza, ou seja, do fato de serem resultados de atividades desenvolvidas por pessoas físicas ou jurídicas, o que, “conforme ensina Eastwood,” (apud RONDINELLI, 2011) os caracteriza como “como produto da sociedade humana”.

5.2 ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS

Na literatura estrangeira, algumas tentativas devem ser citadas quanto aos arquivos universitários, como os autores canadenses Rousseau e Couture (1998, p. 207-208) que, ao tratarem da tipologia dos arquivos, abrem uma pequena seção e assim se referem ao arquivo de instituições de ensino:

quando existe, o que não é o caso de todas as universidades, o serviço de arquivo contém, antes de mais, os documentos relativos ao funcionamento da instituição, tais como actas do conselho, os créditos orçamentais, a correspondência administrativa(...) os processos de estudantes (...) os arquivos das universidades são muitas vezes ricos em fundos de arquivos privados (...) de família (...) de professores, manuscritos históricos...” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 207-208).

Apesar desses autores reconhecerem a sua importância, não definem ou conceituam o que vêm a ser os arquivos universitários, mas esclarecem quanto à sua formação, contendo além dos documentos gerados pela própria universidade, outros incorporados por aquisição ou doação, ainda que implicitamente.

Definir o que sejam arquivos universitários, a partir da literatura nacional da Arquivologia é tarefa difícil porque esta pouco contempla o termo. Há somente alguma referência quanto à classificação dos arquivos, por exemplo, quando Paes (1997, p.21) estabelece as quatro classes: quanto às entidades

⁷ Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.52)

mantenedoras, aos estágios de evolução, quanto à extensão e quanto à natureza dos documentos. (PAES, 1997, p. 21).

Nesta pesquisa são considerados somente os arquivos quanto às entidades mantenedoras que, por sua vez, se subdividem em: públicas, institucionais, comerciais e familiares ou pessoais. Quanto aos institucionais, podem ser oriundos de sociedades, associações, corporações não-lucrativas, igrejas e instituições educacionais (PAES, 1997, p. 21), que abrangeriam, de maneira global, escolas, cursos, faculdades e universidades.

Deve-se destacar a Portaria nº 255-MEC, de 20 de dezembro de 1990, que em seu artigo primeiro trata do arquivamento de livros e documentos dos estabelecimentos de ensino, porém, também não define o que sejam tais arquivos.

Na literatura internacional e, especificamente, na espanhola, Adelantado (2003, p. 16) cita dois autores, Borrás e Angelo Moreno e, expõem duas definições para arquivos universitários. Na primeira, esclarece que

se entende por arquivo universitário o conjunto de documentos de qualquer data, formato ou suporte material, produzidos ou reunidos no desenvolvimento das funções e atividades dos diferentes membros e órgãos universitários, organizados e conservados para a informação e a gestão administrativa para a investigação e para a cultura.”

No mesmo parágrafo os autores esclarecem que

igualmente se entende por arquivo universitário o serviço especializado da gestão, conservação e difusão dos documentos com finalidades administrativas, docentes, investigadoras e culturais da universidade. (BORRAS; MORENO apud ADELANTADO, 2003, p. 16).

Tanto um como outro conceito sinalizam para a atividade exercida na universidade, além de enfatizarem a documentação administrativa, condição primária para a existência da documentação acadêmica..

Após esta breve revisão da literatura de conceitos de arquivos, chegamos a um ponto básico: a atividade desenvolvida, o que fará então

chegar ao entendimento e definição, ainda de maneira simplista, que arquivos universitários são aqueles produzidos ou recebidos por estas instituições e que conservam esses documentos para fins de prova.

A professora Bellotto, no I Seminário Nacional de Arquivos Universitários, realizado na Unicamp, no ano de 1994 (p. 18-23), define arquivo universitário como o setor da administração universitária que se encarrega de recolher e acumular documentos produzidos e recebidos pela instituição. no exercício de suas funções. São úteis para seu próprio desenvolvimento na fase corrente e depois de feitas as devidas avaliações, os documentos que forem considerados de valor permanente vão servir para mostrar como se deu a evolução daquela universidade.

Outra autora brasileira, Bottino, em sua dissertação de mestrado, define arquivos universitários como

o conjunto de documentos, tanto institucionais quanto privados, produzidos, recebidos e acumulados por estabelecimento de ensino superior no curso da gestão jurídica-acadêmica-administrativa que servem de suporte informacional e prova de evidência no exercício de suas funções, constituindo a memória institucional. (BOTTINO, 1994, p. 67).

Com base nesses conceitos já se pode compreender o que sejam tais arquivos, contribuindo para a clarificação de definição inicial, ponto de partida da presente pesquisa.

Logo, a importância desses arquivos justifica uma pesquisa acadêmica tendo-os como tema, porém, há outros motivos que levam à escolha dessa temática, como a riqueza informacional que trazem consigo, além da possibilidade de melhor esclarecer a documentação universitária dentro de um contexto de maior visibilidade e transparência da organização pública, revendo seus conceitos e metodologias na sistemática arquivística.

5.3 ARQUIVOS CIENTÍFICOS

Como é sabido, poucas são as definições, pelo menos em literatura nacional, para arquivos universitários, e menos ainda para as referentes ao que venham a ser arquivos científicos. No entanto, de modo funcional podem ser

entendidos como aqueles produzidos por cientistas, o que por si só não explica muito, mas está ligado à definição genérica de arquivo, tendo como fato central a vinculação a uma atividade, embora a doutrina arquivística não trate de forma direta essa temática.

Ao se conceituar um termo, deve-se ter por princípio básico a funcionalidade da informação no campo a ser trabalhado, onde Mautort propõe

uma conceituação que, implicitamente, baseia-se numa análise funcional da informação, ao definir duas grandes classes de informação consideradas no âmbito das atividades da ciência e tecnologia: a informação científica e tecnológica e a informação industrial e tecnológica. (MAUTORT apud AGUIAR, 1991, p.8).

A informação científica e tecnológica trata dos insumos destinados às atividades de pesquisa científica e tecnológica. A segunda, engloba todas as informações com a função de contribuir para aplicação desses conhecimentos, em vista do desenvolvimento econômico e industrial.

A análise da funcionalidade da informação está intimamente relacionado às correspondentes atividades de ciência e tecnologia, “através do detalhamento dos papéis que a informação deve desempenhar para subsidiar ações de desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, industrial e social”. (AGUIAR, 1991, p.8).

O arquivo científico quase se autodefine, principalmente na constituição de seminários, congressos e suas atas. Há o entendimento tácito de que são aqueles resultantes das atividades científicas.

Podemos dizer que são os estudos, resultados de experiências, dissertações, teses, que normalmente são comunicados em publicações científicas, livros, e que ficam guardados em arquivos das suas instituições, em arquivos particulares dos cientistas, ou em bibliotecas, como temos visto normalmente na maioria das universidades.

A informação é a principal base da atividade científica, que pode ser entendida por codificada (periódicos, anais de congresso etc.), e o seu produto essencial é a informação verbalmente codificada (artigo publicado em revista

científica, comunicado em congresso), constituindo a base para a realização de pesquisas afins. (AGUIAR, 1991, p.9).

O mesmo autor (AGUIAR, 1991, p.9) ressalta que “as atividades de desenvolvimento tecnológico necessitam de informações, inicialmente para que o problema a ser enfrentado possa ser entendido e, depois, para indicar possíveis soluções (...) para a abordagem do problema proposto”. Esclarece, ainda, que há cinco tipos de informações, na área científico-tecnológica: informação científica, informação tecnológica, informação em ciência e tecnologia, informação para a indústria e a informação industrial.

Porém, outros autores mostram que essa documentação científica pode ser dividida em três tipos:

- arquivos dos organismos responsáveis da investigação que reflitam sempre a atividade das instituições; **arquivos universitários** (grifo do autor), de hospitais (...);
- arquivos dos laboratórios ou de departamentos que reflitam exatamente a investigação dia a dia;
- os arquivos das diferentes equipes de investigação e dos próprios investigadores, que são o testemunho da atividade específica dos indivíduos e dos grupos, que reflitam a trajetória e os passos alcançados em suas investigações, a repercussão e influências de seus trabalhos e seus descobrimentos. (NEIRA, 2003, p. 256).

Quanto à documentação produzida, ainda esclarece que

A atividade científica produz duas classes de documentos; os gerados pela parte administrativa que acompanha a instituição, centro do projeto científico e os – chamemos por enquanto – “papéis”, onde os pesquisadores fazem suas anotações ou esboçam linhas do que investigam. (NEIRA, 2003, p. 255).

Os primeiros documentos seriam aqueles de cunho absolutamente administrativo, de validade temporária; os segundos documentos são os que

originam ensaios, artigos e cuja existência, após a publicação dos resultados, torna-se de pouco valor, só se conservando aqueles que alcançaram renome.

Conceituando o termo arquivo científico, Camargo (2006, p. 13) lembra que não se deve sistematizar e dizer que um arquivo é literário, artístico ou político, mas sim que os seus documentos são um meio e que a melhor denominação que se poderia dar é que os mesmos (arquivos) são “de interesse para a ciência ou para a história da ciência”, em lugar de arquivos científicos.

Mais adiante, ainda Camargo (2006, p.13), comenta que o trabalho do profissional de arquivo deve ser dirigido à avaliação da atividade de origem (entendemos aqui como a sua atividade-fim), devendo sim interferir sobre se o tal documento ou arquivo deve ser objeto de registro.

Ainda que aparentemente extrapolando o conceito de arquivo científico, podemos também definir o documento científico como aquele que representa o resultado de uma atividade acadêmica tanto na produção como na divulgação e/ou vulgarização do conhecimento ligado às atividades-fins das universidades, como é corroborado por Martins e Figueiroa (2006, p. 30).

Por dedução, entende-se os arquivos científicos como aqueles que guardam, tratam, conservam e divulgam os documentos científicos, oriundos tanto de universidades como de instituições científicas, desde que tendo como preceito a atividade-fim da instituição, pública ou privada.

Para Odile Welfelé (apud OLIVEIRA, 2006, p.48), os produtores desses documentos, podem ser três: os institucionais (aqui incluindo além das universidades, os de institutos de pesquisa, instituições e sociedades profissionais, escolas técnicas, arquivos públicos e privados), além daqueles oriundos e produzidos pelos laboratórios e, por fim, tendo como centro básico o fator humano, como os cientistas, engenheiros e técnicos, ligados ou não a uma instituição de cultura.

Na presente pesquisa guiamo-nos somente para aqueles produzidos por instituições de ensino superior, oriundos de qualquer centro acadêmico, sejam da área da saúde (médicos, biólogos, agentes de pesquisa laboratorial),

tecnologia (engenheiros, arquitetos - principalmente estudos de solo e manuais técnicos e diários de obras) ou humanas (professores, pedagogos, lingüísticas etc.), que representam o resultado de suas atividades nas respectivas áreas de atuação e, mais, são também o fundo das suas instituições.

Sabemos que as universidades, principalmente as públicas, representam a principal fonte das pesquisas científicas e por isso as suas atividades são formas ricas de consulta e de utilidade prática e não têm visão direcionada para a preservação do material custodiado por elas mesmas. São, assim como outros documentos, administrativos e/ou ligados às suas atividades-fim, parte da memória científica, tanto da instituição como do pensamento intelectual brasileiro, constituindo-se como um patrimônio público, pois podem ser o caminho para a solução de determinados entraves na área da saúde, educação ou da infra-estrutura de problemas por que passa o nosso país.

O que se pode perceber, ainda que genericamente, é que as nossas universidades têm grande preocupação com a sua documentação dita administrativa (inerente aos arquivos universitários, da atividade-meio), prova disso é que nos seus arquivos centrais está concentrada a maior parte da documentação produzida por sua administração, sendo organizada sob preceitos teóricos e práticos da Arquivologia e, teoricamente falando, fácil de ser encontrada pois, principalmente na área federal, está sob a égide de preceitos institucionais, como a tabela de temporalidade e classificação de documentos, as resoluções do CONARQ – que podem ser consultados no portal do Arquivo Nacional - e outras leis e decretos, que regulam a matéria arquivística, assente na metodologia da Arquivologia.

Os arquivos científicos, assim como os universitários, além de relevantes na prática, têm importância na pesquisa da História da própria ciência, de forma geral, desenvolvida nos laboratórios e demais departamentos das suas instituições e servem como ponto de avaliação para ações pretéritas, embasamento de planejamentos e ações práticas.

Registra-se que o destino desses trabalhos (pesquisas, cadernos de anotações, etc.) normalmente é a disseminação em publicações científicas, a exposição em seminários e encontros dessa ordem, como os Encontros de

Arquivos Científicos, amplamente fomentados pelo MAST - Museu de Astronomia e pela FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa - ambos no Rio de Janeiro, além de outros promovidos por instituições de ensino, como a UNICAMP e a UFMG.

Paralelamente a esses fins, os registros são também disponibilizados em arquivos e bibliotecas, porém, nem sempre têm essa destinação, sendo que aqueles não utilizados, são descartados pelos próprios cientistas, e mesmo relativos a “erros” ou pesquisas mal sucedidas, ou que tiveram de ser modificadas, de alguma forma, deveriam ser guardados, pois são também fontes de consulta para trabalhos futuros, como práticas a ser evitadas, já que o seu conteúdo é fator a ser considerado, não como caminho a ser seguido, mas que não deve ser repetido devendo, pois, ser evitado o seu descarte.

Mas a observação para essa situação deve ser compreendida não só pelo profissional da documentação, mas principalmente pelo realizador da pesquisa que não obteve os resultados satisfatórios.

É de se lembrar que a guarda e conservação desse material, de todo, é impossível de se praticar, mas deve-se ter em conta que ao final do vínculo com a instituição, o produto intelectual dos cientistas não pode ser descartado por estes, principalmente ao final do uso corrente, devendo ser criados mecanismos de guarda desse material, no mínimo como fonte de pesquisa.

Há dois fatos importantes advindos da prática da arquivística. O primeiro se dá no caso de “doações” que profissionais fazem às suas instituições quando se aposentam. É possível não ter onde guardar esse acervo, sendo comum as universidades, em qualquer que seja a sua área, apresentar arquivos com o nome do “doador”. Na realidade, tais “doações” não representam a oferta de material do cientista para a instituição, mas pertencem à própria instituição, devendo esta cuidar para que o arquivo não se disperse, criando possibilidade de guarda, preservação e divulgação do trabalho de pesquisa.

A segunda situação é a referente a universidades estrangeiras que têm a prática de recorrer a um profissional de documentação para organizar,

disponibilizar e divulgar o arquivo de determinado cientista ou professor, quando da sua aposentadoria.

Quanto a essa questão, recordamos a seguinte afirmação:

Cada instituição deve ter uma equipe técnica encarregada de preservar e coletar a documentação dos pesquisadores ativos, em diversas fases de suas carreiras (...) é preciso dar especial atenção à preservação dos documentos quando os professores e pesquisadores vão se aposentar (...) é nesse momento, ou pouco depois, que o pesquisador se desfaz de grande quantidade de documentos, levando muito material para sua própria residência, tornando a recuperação desse material cada vez mais difícil. (MARTINS, 2006, p. 71).

Essa atitude contribui para que diversos acervos não fiquem dispersos ou simplesmente não se percam em depósitos, em meio a intempéries, ação devastadora do sol ou de insetos.

As tentativas de se definir conceitos, exigem que se atentem para os seguintes fatores: a ligação direta com o campo a ser tratado; as necessidades dos usuários a que se propõe atingir e:

a precisa definição das funções que a informação a ser disseminada por uma unidade de informação deve cumprir contribuirá para definir a missão institucional da unidade (...), orientar a política de desenvolvimento do acervo; fornecer diretrizes para o projeto e implantação de produtos e serviços de informação; direcionar os esforços de capacitação de pessoal (...); balizar as ações de marketing (...); possibilitar a melhor avaliação das atividades desenvolvidas na unidade de informação e, prover elementos para o adequado planejamento de redes de informação, em que se poderá otimizar os esforços empreendidos através da especialização por função de suas atividades componentes. (AGUIAR, (1991, p. 14).

Os arquivos científicos têm a missão de contribuir para o progresso do seu campo de atuação, em particular, e por extensão, permitir o acesso a essas informações para que fiquem disponíveis a pesquisas, prevendo

também que mesmo aquelas fases em que os resultados não foram os desejados, também podem servir de ponto de partida para novas pesquisas.

5.4 ARQUIVOS INVISÍVEIS

Ao contrário da época em que vivemos atualmente, a década de 1960 foi conturbada para o País, em qualquer que seja o setor: político, econômico, cultural, e especificamente também veio a atingir as universidades.

Os arquivos denominados invisíveis poderiam ter outra denominação, como imperfeitos e, ao contrário dos dois arquivos anteriores, não possuem nomenclatura propriamente ligada à atividade acadêmica exercida, até mesmo porque foi um arquivo de exceção, de uma época também assim denominada. Mesmo não tendo por base a atividade de ensino, interferia nesta, vigiando, alterando e cerceando funcionários, alunos, professores e, por extensão, a própria educação.

A opção por invisíveis teve como base o fato de, na época de sua criação e uso, ficarem praticamente escondidos em alguma sala das universidades, acessíveis somente aos agentes do sistema de segurança e informação oficial - próprio de um arquivo secreto.

O arquivo que iremos agora retratar não seria propriamente classificado como arquivo universitário, mas sim arquivos nas universidades, ainda que criados no campus universitário, ocupassem salas, na maioria das vezes, próximas às reitorias, é certo que constituem o registro de um momento não muito feliz do mundo acadêmico.

Nos referimos às ASI – Assessorias de Segurança e Informações, também conhecidas como AESI, Assessorias Especiais de Segurança e Informações, que inicialmente foram instaladas na sociedade civil (ministérios), e interferiam em muito nas universidades públicas e federais. É difícil recontar a atuação das mesmas, visto os corpos docente e discente, por ojeriza à esta história, resolveram dar fim à documentação e queimar esses acervos, como aconteceu, por exemplo, na Universidade Federal de Sergipe (NASCIMENTO, 2011, p.2), deixando poucas informações para a posteridade.

A história das assessorias começa com a criação do SNI – Serviço Nacional de Informação, com a Lei nº 4341, de 1964. Três anos mais tarde foram instaladas nos ministérios as DSI – Divisões de Segurança e Informações, opção clara de controle dos inimigos do governo, no âmbito do próprio.

Com o Plano Nacional de Informações veio o Sistema Nacional de Informações, no ano de 1970, e outras alterações surgem, como a ação nos ministérios fazendo parte da rotina dos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis, o que fez com se fomentasse a criação das ASI em “empresas públicas, autarquias ou fundações” (MOTTA, 2008, p.44). A partir da criação destas, também foram implantadas as Assessorias Regionais de Segurança da Informação, ambas no âmbito do Ministério da Educação.

Segundo Lucena (1987, p. 15), “o prolongamento das DSIs dentro das universidades, nas autarquias, empresa públicas e de economia mista são as ASIs”, o que demonstra o uso de nomes parecidos para os mesmos serviços.

As funções das ASI eram as de controlar, identificar e punir aqueles considerados inimigos do poder, os elementos subversivos e contestadores do regime, dentro das universidades. Segundo o autor, essas assessorias atuaram nas “filtragens das contratações de pessoal, (...) no controle de manifestações e ações políticas planejadas pelas lideranças estudantis, desde passeatas a shows e solenidades (LUCENA, 1987, p. 45).

As punições vieram através de decretos, como a regulação dos movimentos estudantis ou do corpo docente, como o Decreto-Lei nº 477, de 26/02/1967, conhecido como o AI-5 da educação, definindo infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados dos estabelecimentos públicos ou particulares.

Outro, o Decreto-Lei nº 228, de 28/02/1967, regulava a organização da representação estudantil, sendo mais tarde, junto com o 477, revogados pela Lei nº 6680, de 16/09/1979, que apresentava um cunho de menor poder punitivo às pessoas, mas não às instituições, deixando de reconhecer instituições, como os centros acadêmicos, a UEE - União Estadual de

Estudantes e a UNE – União Nacional de Estudantes. Os Diretórios Acadêmicos não foram fechados, mas sofriam intervenção dos reitores que, por vontade própria ou não - havia os simpatizantes do regime - colaboravam na criação e manutenção das Assessorias Especiais, muitas vezes vetando nomes ou indicando alunos.

A perseguição não parou aí, vindo a culminar com a Lei nº 4464, de 9/11/1964, denominada Lei Suplicy, que em sua ementa dispunha sobre órgãos de representação dos estudantes, mas que na verdade ditava regras para a escolha desses e interferia diretamente nos centros acadêmicos, tornando o voto estudantil obrigatório (art. 5º § 3º), sob pena de se verem impedidos de prestar exame parcial ou final, ou controlar as contas dos mesmos, conforme art. 12, § 3º.

As assessorias ocupavam salas nas universidades, utilizavam pessoal próprio ou funcionários transferidos para a execução de tarefas, tais como a elaboração de arquivos sobre professores, alunos e funcionários, e traziam verdadeiros dossiês com informações sobre elites universitárias (as cátedras), fichas individuais, que permitiam monitorar atos de professores, serviços e estudantes. A recuperação da informação era ágil.

Há que se notar que

... a repressão aos inimigos do regime na comunidade universitária demandava a recuperação ágil de informações (...) o zelo na guarda dos documentos devia-se também ao cuidado de preservar o sigilo de suas ações (...) o governo militar editou norma regulando o uso e a circulação de documentos sigilosos, estabelecida em decreto federal de 1967, cujo artigo 2º ameaçava os infratores com punições de natureza penal e administrativa. (MOTTA, 2008, p. 46).

Este documento era o decreto 60.417, de 11/03/1967, que tinha como ementa a aprovação de regulamento para a salvaguarda de assuntos sigilosos, hoje substituído. No momento vigora o Decreto nº 4553, de 27/12/2002, que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da

Administração Pública Federal, porém em regime de liberdade, sem a repressão de tempos passados, regula-se não à força, mas democraticamente.

A formação dos seus agentes pessoais era feita em três cursos: A (equivalente a uma pós-graduação); B (treinamento para analista de informação, ou seja, os que coletavam, organizavam, ordenavam) e, por último, a formação de agentes do serviço de informação, aqueles que poderiam atuar como espiões, infiltrando-se em salas de aulas, diretórios ou entre professores e funcionários. (NASCIMENTO, 2011, p. 2).

O uso desse expediente também veio a atingir não somente os arquivos universitários, mas especificamente os arquivos científicos, pois

desde 1975 apareceram as primeiras denúncias sobre a existência de critérios ideológicos na contratação de professores, apresentadas em eventos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, mas tais rumores restringiram-se ao espaço dos eventos científicos e aos círculos acadêmicos. (MOTTA, 2008p. 47).

Contudo, no decorrer da década de 1980 esses arquivos foram desativados, sendo que em alguns casos, como na Universidade Federal do Ceará, estudantes invadiram as salas e destruíram parte do acervo, mas dias depois este foi retomado pelos seus detentores.

A destruição dessa documentação, mesmo em parte, também é um fato lamentável, pois priva-nos hoje, de parte da história recente, não permitindo que se tenha uma visão mais exata dos fatos, pois mesmo tal acervo é componente importante do período abordado.

6 ARQUIVOS DA UFRJ- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO e da UNIRIO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: funções, fluxo e sistemas de informação

Neste capítulo são relatados e analisados os resultados obtidos com base em portais das Universidades estudadas e, principalmente, por meio de aplicação de questionários, entrevistas e visitas realizadas aos Arquivos centrais da UFRJ e UNIRIO, objeto da presente pesquisa. É oportuno explicar que, no caso da UFRJ, foi possível extrair grande quantidade de dados do seu portal, que constituem a parte inicial da sua análise, de caráter mais descritivo, apresentada separadamente. Já na UNIRIO, o portal continha poucas informações, que não justificariam a análise isolada e, por essa razão, foram incorporadas aos resultados dos questionários, entrevistas e visitas. Na rede, as informações sobre as duas Universidades foram extraídas nos respectivos localizadores universais de recursos (URL – Universal Resource Location), respectivamente <http://www.ufrj.br> e <http://www.unirio.br>.

O primeiro arquivo abordado é o da UFRJ, seguido pelo arquivo da UNIRIO.

6.1 DIVISÃO DE GESTÃO DOCUMENTAL E DE INFORMAÇÃO- DGDI da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

As informações analisadas neste tópico tem como base, como já foi explicado, aquelas extraídas do portal da DGDI Divisão de Gestão Documental e de Informação (www.dgdi.ufrj.br), exceto seu histórico, elaborado a partir da literatura pesquisada. Ainda que esta Divisão não tenha instrumentos de pesquisa que possibilitem ao pesquisador o acesso ao conteúdo do acervo, disponibiliza, em seu portal na internet, informações que permitem visão ampla dos serviços prestados à comunidade interna (professores, alunos e funcionários da UFRJ) e externa, oriundos de outras instituições.

O histórico desta Divisão teve como antecedente o Serviço de Comunicação – SECOM que, posteriormente, foi denominado Divisão de Comunicação – DICOM. A partir de 2004, diante da perspectiva de contratação de arquivistas, através de concurso público, torna-se DGDI, tendo como responsabilidade a “consciência de zelar pelo patrimônio arquivístico

documental da UFRJ, fazendo prevalecer a legislação em vigor e o próprio estatuto da Universidade” (MELLO, 2009, p. 91) que, no artigo décimo segundo prevê a preservação do seu patrimônio artístico, histórico e cultural.

A primeira página do seu portal informa sobre notícias de interesse geral, como “Edital de ciência e eliminação de documentos” (quantidade, documentação acadêmica ou não, o seu produtor e o período de abrangência) além da apresentação da missão, visão e valores.

Na apresentação são listados os objetivos da DGDI e a elaboração de projetos, bem como as políticas arquivísticas “adequadas à realidade da universidade, compatíveis com as necessidades de celeridade da informação”, além da qualidade arquivística⁸, a segurança e eficiência administrativa.

Além deste objetivo são descritos outros mais específicos, como a elaboração de projetos específicos para captação de recursos externos, pois há casos em que o fomento externo possibilita a organização e conservação de determinado fundo ou parte deste, principalmente oriundo de outros órgãos ou fundações que financiam e acompanham a realização desses trabalhos arquivísticos.

Importante também é a inclusão, entre os objetivos, da promoção de interação das diferentes fases da gestão documental no âmbito da universidade, o que pode ser traduzido como suporte técnico às diversas unidades de arquivamento (arquivos setoriais) da UFRJ, complementado por meio de consultas ao Arquivo Nacional, sempre que se fizer necessário, no que diz respeito às normas e procedimentos.

A DGDI também estabelece parcerias com as unidades acadêmicas e administrativas da Universidade, a fim de orientá-las na solução de seus problemas com relação aos respectivos conteúdos documentais.

Ainda na apresentação e conforme explicitado no portal, a disseminação do conhecimento arquivístico assume lugar de destaque, não só na promoção

⁸ Qualidade arquivística: propriedades físico-químicas dos suportes que permitem a conservação indefinida dos documentos, observadas as condições adequadas de acondicionamento, armazenamento e climatização. (ARQUIVO NACIONAL, 2005 p. 141).

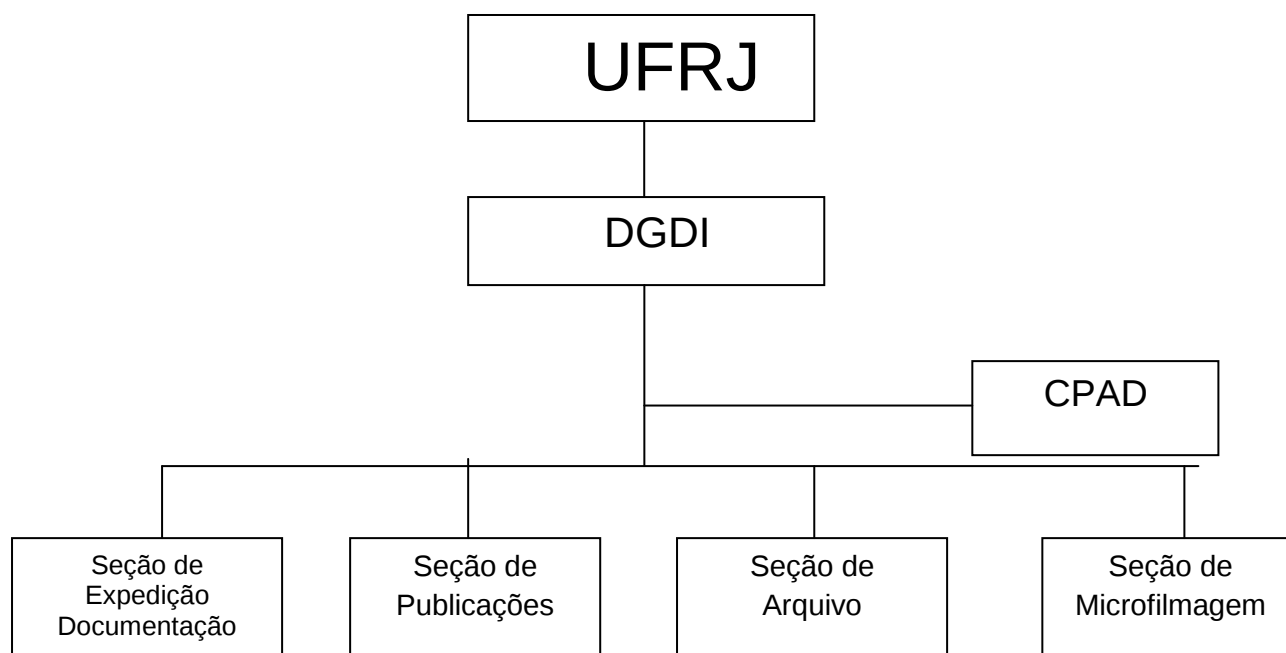
e divulgação da teoria documental, mas também através da possibilidade de participação de seus servidores em eventos como seminários, congressos e cursos de atualização.

Na esfera de competência da DGGI está prevista a articulação com os diversos sistemas que atuam na gestão da informação pública federal, bem como, e especificamente, com as IFES – Instituições Federais de Ensino Superior.

Na página inicial da DGGI está inscrita a sua missão, a de gerir, de modo eficiente, a documentação e a informação administrativas da UFRJ, o respectivo acesso, celeridade e segurança, além de baixo custo, possibilitar a agregação de valor nas decisões estratégicas e contribuir para a desburocratização, que é uma preocupação constante dos serviços públicos do país, especificamente do Governo Federal, de acordo com seus programas de racionalização da atividade pública.

Outra finalidade da DGGI é servir com excelência na gestão documental e informação, por meio da padronização e racionalização da produção dos documentos e modernização de processos com a utilização, sempre que possível, da tecnologia da informação.

O último ponto da apresentação são os valores a serem alcançados, como o comprometimento, a inovação, a melhoria contínua dos serviços prestados, além da segurança e responsabilidade social e ambiental, o que, com referência a este último, demonstra a preocupação com o sistema ambiental, seja na racionalização do uso do documento em papel e na utilização de recursos tecnológicos, visando a um novo procedimento na administração pública, com relação ao uso indiscriminado (e em alguns casos, sem metodologia) do documento analógico em detrimento de novas tecnologias. A estrutura organizacional, segundo o organograma da DGGI é a seguinte:



Organograma nº 1. Organograma da DGGI/UFRJ. Fonte: DGGI da UFRJ.

Algumas observações devem ser registradas: esta estrutura vincula a DGGI à PR-6 Pró-Reitoria de Gestão e Governança, nova denominação para a Superintendência Geral de Administração e Finanças, órgão de administração geral ligada diretamente ao Gabinete da Reitoria e, como a própria denominação indica, é a unidade responsável pela gestão administrativa dos serviços, de comunicação e administração financeira e contábil da Reitoria. Além das suas atividades administrativas prestadas à comunidade, a DGGI desenvolve serviços como os de malotes, através da EBCT, o fornecimento e uso do Boletim da UFRJ, além do diário Oficial da União e o SAP – Sistema de Acompanhamento de Processos, ferramenta que possibilita aos gerentes e servidores diretamente envolvidos, treinamento em diversos níveis de utilização.

O portal da DGGI, na internet, fornece várias informações sobre o seu funcionamento, o que demonstra preocupação em informar aos interessados sobre a sua utilização pública, portanto, permite amplo acesso, como forma de transparência da Universidade.

Há informações quanto ao quantitativo dos seus servidores, por seção, além de relacionar quais os projetos internos e externos em que estão envolvidos, estes últimos no ambiente fora do núcleo da Divisão, a organização do acervo de direito autoral, microfilmagem de processos, desenvolvimento de nova metodologia do sistema, abrangendo o acervo da Escola de Música (no Largo do Passeio Público), com documentação do período de 1917 a 2009.

No ambiente interno (referente somente às ações da DGDI, de atuação no âmbito de Divisão), está em andamento o chamado projeto de qualidade arquivística, que consiste na reorganização e tratamento do acervo e otimização do espaço físico.

Diversas atividades realizadas devem ser ressaltadas, como a implantação do SAP – Sistema de Acompanhamento de Processos, já mencionado, com acesso via web, código de barras, relatórios gerenciais, tramitação direta e descentralização das atuações do processo; publicação eletrônica de matérias; parceria com a FACC/CGB (Faculdade de Administração e Ciências Contábeis/Curso de Biblioteconomia), por meio da Coordenação Acadêmica para programas de estágio com os estudantes deste curso.

Como forma de divulgar os arquivos e a Arquivologia, mensagens arquivísticas são inseridas nas capas dos processos, nas quais é utilizado papel reciclado na sua fabricação.

Foi possível observar um esforço para mudar a cultura administrativa, além de conscientização dos servidores quanto à importância de uma nova visão de atuação, voltada para a excelência dos serviços; a adoção do formulário SPR – Solicitação de Processo Arquivado e, por fim, a consulta via o Sistema de Acompanhamento de Processos, por contato telefônico.

Ainda que não esteja disponível no portal da Divisão a consulta direta a documentos nem a sua localização no acervo, é possível a consulta e impressão de alguns formulários necessários para o trâmite e eliminação de documentos permitidos por lei, sendo o cumprimento desta legislação um dos parâmetros da instituição.

A Arquivologia, como ciência que é, trata também da eliminação dos documentos considerados sem valor probatório ou histórico, pois “um arquivo permanente constitui-se de documentos produzidos (...) pelos vários órgãos da administração pública (...) remanescentes da eliminação criteriosa” (BELLOTTO, 1991, p. 68), procedimento que sempre requer muito cuidado.

A operação de eliminação de documentos segue, além de uma possível historicidade dos documentos, o tempo de guarda estabelecido em tabelas de temporalidade de documentos⁹ e, deve, como ação complementar, fazer a publicação de Edital de Ciência e Eliminação de Documentos, conforme determinação contida na Resolução nº 5-CONARQ. No seu artigo primeiro é explicitado: os órgãos e entidades integrantes do Poder Público farão publicar nos Diários Oficiais da União, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios, correspondentes ao seu âmbito de atuação, os editais para eliminação de documentos, decorrentes da aplicação de suas Tabelas de Temporalidade, observado o disposto no art. 9º da Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991.

Há, ainda, a exigência, no artigo segundo, que deve ser estabelecido o prazo de 30 a 45 dias para manifestação pública dos possíveis interessados. Além desta resolução, a nº 7 trata de outros procedimentos a serem adotados na eliminação de documentos, igualmente respeitados pela Divisão. A DGDI não somente cumpre esta exigência como também publica no seu portal o edital.

No ambiente da web também estão disponíveis para impressão os seguintes formulários: Juntada de Documentos (para processos em trâmite); solicitação de Processos (que pode ser atendido na forma original, microfilme ou digitalizada); Termo de Abertura de Volume (para desdobramento em volumes de processos); Guia de Tramitação de Processos (entre setores ou ao protocolo) e Solicitação de Postagem (para envio de correspondência através do EBCT), o que demonstra preocupação da UFRJ e, particularmente da Divisão, em disponibilizar os seus serviços eletronicamente.

⁹ Tabela de temporalidade: instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 159).

O portal da DGDI inclui quadros estatísticos que complementam a sua atuação. Assim, são expostos os quantitativos das quatro seções, com relação às atividades desenvolvidas no exercício de 2010.

6.1.1 Seção de Arquivo

Por ser parte da DGDI, esta Seção tem a sua vinculação hierárquica organizacional à Pró-Reitoria de Gestão e Governança-PR-6, entidade de gestão administrativa de serviços, de comunicação, administração financeira e contábil da Reitoria, como já mencionado.

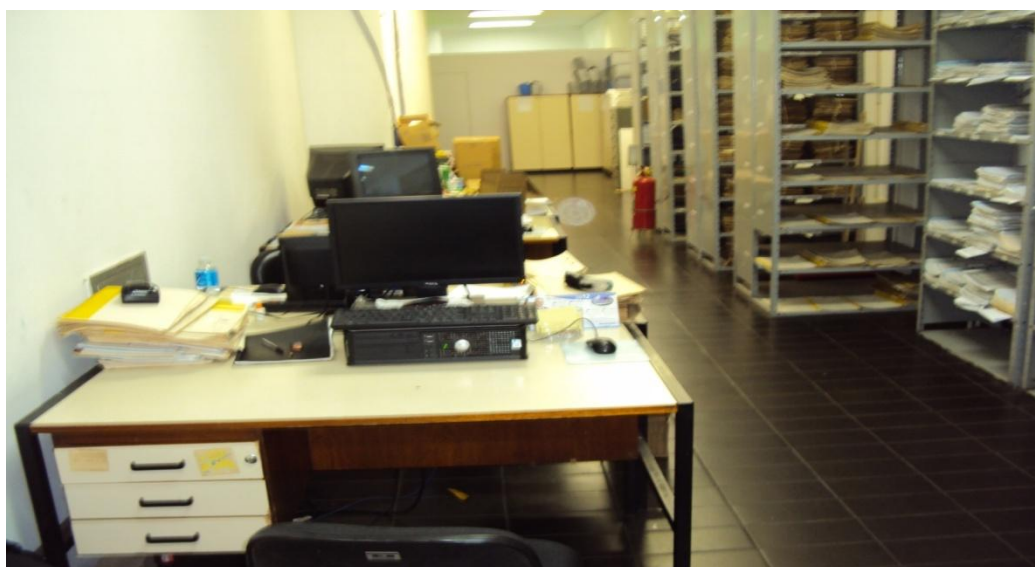


Figura 2 Vista parcial da Seção de Arquivo. Fonte: Acervo do autor.

Quanto ao acervo, no final do exercício de 2010 a Seção de Arquivo custodiava o total de 2.431,82 metros lineares de documentação, acondicionada em 17.400 caixas-arquivo, distribuídas em suas instalações no prédio da Reitoria, o que representa uma quantidade significativa, não fosse a UFRJ uma das mais antigas universidades do Brasil e a maior entre as federais. Este volume, bem como a movimentação de serviços são mostrados no quadro 1.

Quadro 1: Acervo e serviços internos da DGD, por quantidade.

SERVIÇOS	QUANTIDADE
Total em metros lineares	2.431,82m
Equivalente em caixa-arquivo	17.400
PRODUÇÃO	
Arquivamento	12.937
Movimentação (Empréstimo)	2.217
Apensação, Desapensação e Anexação	279
Restauração e Devolução	1.118
AUTUAÇÃO (PROCESSOS ANTIGOS ARQUIVADOS/FORA SAP)	
Classificação e reclassificação (Assunto)	16.098
Eliminação	5.745

Fonte: Site da DGD da UFRJ. Título atribuído pelo autor.

O arquivamento anual alcançou o montante de 12.937 documentos, o que reflete alta produção para a Seção, que conta, no total, com 15 servidores, sendo que destes, oito são arquivistas, conforme mencionado no início deste capítulo

Os empréstimos¹⁰ somaram 2217, outro índice também considerado alto pela Seção, o que dá uma média mensal de aproximadamente 185 empréstimos e, diariamente, seis. O atendimento inicial ao público é realizado por todos os funcionários, sendo que a recuperação da informação é tarefa dos arquivistas.

As restaurações de documentos e conseqüente devolução totalizaram 1.118, o que dá média mensal de 93, índice também considerável, no desenvolvimento das atividades rotineiras de arquivo.

Com a implantação do Sistema de Acompanhamento de Processos, aqueles que já estavam arquivados e que não tinham autuação, portanto,

¹⁰Empréstimo: transferência física e temporária de documentos para locação interna ou externa, com fins de referência, consulta, reprodução, pesquisa ou exposição. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 82).

estavam fora do SAP, tiveram de ser registrados, a fim de possibilitar a coleta de informações mais detalhadas da sua localização na Seção. Assim, foram autuados 7.729 processos nesta situação.

Quanto aos assuntos dos processos arquivados, há que ser mencionado que, no momento em que o mesmo é registrado, nem sempre o assunto é corretamente classificado, ficando dúvidas quanto à questão principal do documento. Assim, foram revistos e novamente classificados 16.098 processos, o que dá a média de 1.340 por mês e demonstra interesse da equipe pela representação da informação de forma mais precisa.

Para essa atividade foram usados os Códigos de Classificação de Documentos, sendo a atividade-meio aprovada pela Res. 14-CONARQ e, as da atividade-fim, pela Portaria 14-AN/MJ.

Segundo os dados do quadro estatístico da Seção de Arquivo, foram eliminados 5.745 documentos, com média mensal de 478. Convém lembrar que essa operação está em conformidade com as Resoluções 5, 7 e 14 do CONARQ, ou seja, são observados os procedimentos para esta operação.

A Seção de Arquivo, funciona, na prática, como o Arquivo Permanente da UFRJ, com as funções de guarda definitiva dos documentos administrativos permanentes que, segundo Bellotto (1991, p. 6), são aquelas em que “abre-se a terceira idade, aos 25 ou 30 anos (segundo a legislação vigente no país, Estado ou município), contados a partir da data de produção do documento ou do fim de sua tramitação”.

Outra especialista em Arquivologia, Paes (1997, p. 22) considera que os arquivos permanentes, constituem-se “de documentos que perderam todo valor de natureza administrativa, que se conservam em razão de seu valor histórico ou documental e que constituem os meios de conhecer o passado e sua evolução”.

Por ser uma entidade que tem como campus principal a Cidade Universitária, na Ilha do Fundão e, vários outros campi dispersos pela capital e interior do Estado, é difícil mensurar, com exatidão, a quantidade de arquivos

setoriais. Sabe-se que em todas as unidades ou centros têm um protocolo e, às vezes, um arquivo setorial.

Na busca de informações no portal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foram identificados 94 (noventa e quatro) unidades de arquivamento, entre órgãos acadêmicos – na sua maioria – e administrativos. Se for considerado que cada um tem um arquivo ou até mesmo que cada unidade dispõe de vários arquivos setoriais, pode-se estimar que há um quantitativo acima de 150 mini-arquivos.

Porém, para fins de remessa de documentação à Divisão com a finalidade de arquivamento, existem os 94 (noventa e quatro) localizados, conforme acima citados, incluindo-se entre os de diversos campi, como Laranjeiras, Centro, Praia Vermelha e Macaé.

Portanto, a UFRJ concentra um número expressivo de arquivos e tem caminhado no desenvolvimento dos processos inerentes à Arquivologia.

6.1.2. Seção de Publicações

A Seção de Publicações tem como função principal publicar matérias, portarias e editais do DOU-Diário Oficial da União e do BUFRJ – Boletim da Universidade Federal do Rio de Janeiro e gerenciar a base de dados das portarias, diárias e suprimentos publicados, além de proceder à revisão de matérias a serem publicadas. O quadro 2 mostra os serviços da Seção de Publicações, com as respectivas quantidades

Quadro 2: Serviços da Seção de Publicações, por quantidade.

<i>SERVIÇOS</i>	<i>QUANTIDADE</i>
<i>Publicações no BUFRJ</i>	4.938
<i>Publicações no D.O.U.</i>	3.690
Despesas com Publicações no D.O.U.	R\$627.829,10

Fonte: [Site](#) da DGDI da UFRJ. Título atribuído pelo autor.

Na publicação de matérias, avisos e editais, a do Boletim da UFRJ, de interesse sobretudo institucional, é mais alta do que a do Diário Oficial da

União, e essas duas atividades geram a movimentação de recursos de R\$ 627.829,00, com a média mensal de aproximadamente R\$ 52.00,00.



Figura 3: Acervo de Diário Oficial da União. Fonte: Acervo do autor.

A seguir são apresentados dados da Seção de Processamento de Imagens.

6.1.3. Seção de Processamento de Imagens

Esta Seção é de grande importância para os serviços de informação em geral, sejam arquivos, bibliotecas ou museus. Em primeiro lugar, pela preservação de documentos, em geral, além de economia de espaço físico para arquivamento, com a microfilmagem, por exemplo. Hoje, as imagens assumem importante papel em função das tecnologias da informação e da comunicação-TICs, porque os processo de digitalização são essenciais para a migração do impresso ao eletrônico, e a disponibilização de informações na Internet, expandindo a capacidade de acesso pelos usuários. Nesse sentido, uma política de preservação digital é essencial.

Quadro 3: Acervo e serviços de processamento de imagens

<i>SERVIÇOS</i>	<i>QUANTIDADE</i>
<i>Acervo</i>	
<i>Total de Filmes (Rolo / Microficha)</i>	4.421
<i>Total de Fotogramas (Documentos)</i>	11.415.460
<i>Números equivalentes a:</i>	
<i>caixa-arquivo (Box)</i>	13.248
<i>estantes</i>	276
<i>gavetas</i>	57
<i>Total de Imagens Digitalizadas</i>	206.910
<i>No Servidor / em Backup</i>	206.910
<i>Produção</i>	
<i>Microfilmes</i>	357
<i>Documentos Digitalizados</i>	99.992
<i>Cópias produzidas a partir das pesquisas</i>	13.021

Fonte: Site da DGD I da UFRJ. Título atribuído pelo autor.

A Seção de Processamento de Imagens, trabalha com a microfilmagem (produção, revelação e conferência) e conta com o acervo de 4.421 microformas¹¹, entre rolo e microfichas, o que gerou o total de 11.415.460 fotogramas¹². Com relação aos documentos microfilmados, se estivessem em papel, estariam acondicionados em 13.248 caixas-arquivo o que, na prática, representa grande economia de espaço físico.

Outro fato a ser ressaltado, no quadro 3, é a quantidade de reproduções, com 13.021 cópias geradas dos microfilmes ou das imagens digitalizadas, o que já começa a mostrar volume considerável de produção.

¹¹ Microforma: termo genérico para designar todos os tipos de suporte contendo microimagens. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 123).

¹² Fotograma 1: unidade mínima de um filme fotográfico submetido à ação da luz, em uma câmara, durante a exposição. Microforma 2: Segmento de um filme ou microfilme. (Idem, 2005, p. 96).

6.1.4 Seção de Expedição e Documentação

Nesta Seção podem ser vistos o movimento de usuários dos serviços de arquivo, juntamente com a movimentação de expedição.

Quadro 4: Serviços de informação e de expedição

SERVIÇOS	QUANTIDADE
<i>Autuações DGDl</i>	6.177
<i>Externas (registros de diplomas)</i>	5.396
<i>Diversas origens (aposentados e pensionistas)</i>	781
<i>Usuários Cadastrados no SAP com Permissões</i>	1.318
<i>Para autuação</i>	325
<i>Diversas permissões</i>	993
<i>Usuários Cadastrados no SAD</i>	44
<i>Processos Autuados (UFRJ)</i>	68.890
<i>Faculdades Externas (que registram diplomas)</i>	59
<i>Unidades com Protocolo/UFRJ</i>	83
<i>Escaneamentos / Malotes</i>	84
<i>Interno (dentro do campus)</i>	40
<i>Externo (fora do campus)</i>	44
<i>Postagem de Documentos (EBCT)</i>	61.949
<i>Sedex e carta registrada</i>	1.034
<i>Carta simples municipal</i>	9.336
<i>Carta simples nacional</i>	18.146
<i>Impressos</i>	33.433
<i>Tramitações</i>	15.307
<i>Acesso Ao SAP (Cidadão / Comunidade UFRJ)¹</i>	90.881
<i>Brasil</i>	90.176
<i>Estados Unidos</i>	219
<i>Reino Unido</i>	82
<i>Alemanha</i>	71
<i>França</i>	61
<i>Canadá</i>	49
<i>Outros</i>	223
<i>Processos de Registro de Diplomas transferidos para Faculdades Isoladas</i>	4.433

Fonte: Site da DGDl da UFRJ. Título atribuído pelo autor.

A Seção de Expedição e Documentação tem como funções as de autuar, tramitar, recapear, criar volumes e consultar processos, além de prestar suporte às unidades administrativas. Quanto ao SAP, já comentado anteriormente, recebe e distribui correspondências, efetua busca de informação e recuperação de processos, com a devida consulta e tramitação, além da abertura de processos para registro de diplomas.

Do quadro estatístico 4, pode-se conferir que nesta Seção foram autuados 68.890 processos, com média mensal de 5.700; e postados 61.949 documentos junto à empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, via malote.

Mas o serviço que mais chama a atenção é o de acessos ao SAP, que totalizaram 90.881, sendo que destes, 705 foram realizados por usuários de diversos países, principalmente da Europa e continente americano.

Finalizando a análise do conteúdo e das informações do portal da DGDI, esta Divisão disponibiliza legislação diversa de interesse para a comunidade arquivística e que diz respeito a procedimentos a serem adotados na organização da documentação pública.

Complementarmente, o portal contém também, links para órgãos públicos para as diferentes unidades da UFRJ, além de pontos de acesso em construção e que, gradativamente, otimizarão os serviços, como DGDI EM FOCO e as FACS – perguntas freqüentes, promovendo a interatividade com os usuários.

6.2 DOCUMENTOS E INFORMAÇÃO NO ARQUIVO DA UFRJ

A primeira pergunta do questionário diz respeito aos recursos Humanos na Seção de Arquivo. Os funcionários da DGDI somam 50 (cinquenta) servidores, oito na Seção de Arquivo, todos com formação superior em Arquivologia, aprovados em concurso público.

Junto a estes funcionários, exercem atividades na Seção quatro técnicos de arquivo e quatro técnicos de microfilmagem, e nenhum funcionário terceirizado.

Esse quadro de pessoal é responsável pelos documentos e serviços de informação a seguir apresentados e analisados, questões centrais nesta pesquisa, sob o escopo tanto da Ciência da informação quanto da Arquivologia.

6.2.1 Acervo do Arquivo

O acervo é composto por documentação própria e representa a sua formação orgânica na estrutura da Universidade, como bem lembra Bellotto:

um documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem que retratar a infra-estrutura e as funções do órgão gerador, reflete(...) suas atividades-meio e atividades-fim. (BELLOTTO, 1991, p. 8).

Assim, a sua formação é toda constituída pelo acervo da Universidade, composto pelos documentos produzidos e acumulados pela instituição, não fazendo parte documentos recebidos por doação ou aquisição.

Porém, em visita ao Arquivo constatamos que há, em alguns órgãos de ensino, acervos de professores por eles “doados” aos setores onde trabalharam. Registramos que a palavra doados vem entre aspas, pois como já comentado anteriormente, esta documentação pertence, na realidade à própria instituição que os contratou.

Neste acervo, recolhe-se somente documentação administrativa, ficando a acadêmica custodiada no próprio arquivo setorial, ou seja, unidade ou centro acadêmico de origem. A formação do mesmo é praticamente de responsabilidade de cada centro ou órgãos da universidade, constituindo fundos, respeitado o princípio dos fundos: “sistemático agrupamento de papéis de um fundo, de forma a que não se misturem com os demais fundos “ (BELLOTTO, 1991, p. 9).

Além da documentação intermediária ou permanente, existe a corrente, sob a guarda da PR-6 (Pró-reitoria de Gestão e Governança) e da PR-4 (Pró-Reitoria de Pessoal), distribuída em três salas, duas destas, amplas.



Figura 4: documentação aguardando classificação. Fonte : acervo do autor.



Figura 5: documentação já classificada e arquivada. Fonte: acervo do autor.

O arranjo desses documentos é o estrutural-funcional¹³, utilizando-se o Código de Classificação de Documentos, anexo da Resolução nº 14 do CONARQ.

Os documentos que formam este acervo são, basicamente, de dois gêneros: textuais e micrográficos, além de alguns em cd-rom, porém, estes últimos ainda representam volume pequeno, comparado aos outros dois.

Aqui, deve-se fazer um comentário sobre duas visões distintas, a primeira de Paes (1997, p. 29), que na classificação de documentos, usa o termo gênero com relação às suas características, forma e conteúdo. Dentre

¹³ Arranjo estrutural é constituído dos documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos. Arranjo funcional é constituído dos documentos provenientes de mais de uma fonte geradora de arquivo, reunidos pela semelhança de suas atividades, mantido, porém, o princípio de proveniência. (PAES, 1997, p. 124).

essas formas há os escritos ou textuais (manuscritos, digitados ou impressos); cartográficos (mapas, plantas de engenharia e /ou arquitetura); iconográficos (fotografias, desenhos, gravuras); filmográficos (imagens em movimento); sonoros, micrográficos (microreprodução de imagens) e informáticos

Já Bellotto (1991, p. 22) recorre à Diplomática e considera a forma exterior do documento, mas refere-se à tipologia documental, dividindo os documentos em “escritos (inscrições, atas, anais), orais (boato, saga, lenda), iconográficos (esculturas, insígnias, brasões, fotografias, filmes, plantas e mapas), e restos”, estes últimos provavelmente relativos a outras formas físicas.

Por fim, apresentamos a definição do Dicionário Brasileiro da Terminologia Arquivística (2005, p. 99), que define gênero documental como a

reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos, micrográficos e documentos textuais.

O que pretendemos, com esta breve demonstração de conceitos é destacar que, apesar de receberem denominações diferentes, mesmo tratando o mesmo assunto, há somente pequenas variações terminológicas na classificação dos documentos, cabendo a um dicionário especializado definir mais detalhadamente e contribuir para elucidação das dúvidas.

6.2.2 Organização e Gestão do Acervo

A organização e gestão de um acervo são ações de importância na atividade arquivística, e devem ser realizadas com critério, bom senso, e não recair sobre os documentos, de forma individual, mas sim inseridos em séries, pois

é sobre a série e não ao documento que se dá a sentença definitiva de vida ou morte, como é para que se estabelecem

os prazos fixados pelas tabelas de temporalidade (...) a responsabilidade de uma operação de descarte deve ser sempre coletiva e todo o procedimento muito bem metodologicamente e teoricamente embasado. (BELLOTTO,1991, p. 74).

Assim, convém lembrar o artigo 3º da Lei 8159, de 8 de janeiro de 1991, no qual

considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.
(www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm).

Logo, a atividade de eliminação de documentos deve estar fortemente embasada na legislação vigente e nos seus procedimentos legais, que constam das Resoluções nºs. 5, 7 e 14, ambas do CONARQ: a primeira dispõe sobre publicação de edital para eliminação; a segunda sobre procedimentos para a eliminação de documentos nos órgãos público, e a terceira traz o código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivos Relativos às Atividades-Meio.

A Seção de Arquivo/DGDI, para a realização dessa atividade conta com uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, que utiliza esses dois instrumentos e também a Portaria 92, do ARQUIVO NACIONAL / MINISTÉRIO DE JUSTIÇA. O seu objetivo é aprovar o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ficando a cargo das IFES dar publicidade a estes documentos. A DGDI divulga e disponibiliza no portal alguns formulários necessários à tramitação, solicitação de documentos e outros que podem ser impressos.

Como parte do processo de eliminação de documentos, a Divisão publica também, no mesmo portal, notícia de edital de eliminação de documentos, bem como possibilita a sua visualização total, conforme aparece a seguir, extraída do link <http://www.dgdi.ufri.br/>, no quadro 5.

Pelo exposto, pode-se afirmar que a DGCI cumpre o seu papel na disseminação de informações sobre seus serviços e facilita a consulta aos processos de tramitação de documentos, disponibilizando formulários para tal.

Quadro 5 Edital de eliminação.

NOTÍCIA

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS: "faz saber a quem possa interessar que a partir do 45º (quadragésimo quinto) dia subsequente a data de publicação deste Edital no Diário Oficial, se não houver oposição, a Divisão de Gestão Documental e da Informação - DGDI eliminará 120 (cento e vinte) metros lineares de documentos relativos a provas, exames e trabalhos, produzidos e acumulados pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, do período de 1970-2008."

[Edital completo \(clique aqui\)](#)

Fonte: DGDI da UFRJ. Título atribuído pelo autor.

6.2.3 Sistema de Recuperação da Informação

Para a recuperação da informação processual, a Seção de Arquivo utiliza um sistema próprio, o SAP – Sistema de Acompanhamento de Processo, destinado ao gerenciamento eletrônico da atualização, tramitação, arquivamento e recuperação dos processos administrativos da Universidade. Portanto, este sistema foi desenvolvido para facilitar a sua operacionalização pelos arquivistas e demais funcionários. A recuperação pode ser feita, inicialmente, por seis formas de busca: por número do processo, interessado, unidade, documento, assunto e data.

O procedimento adotado no sistema, cuja responsabilidade operacional é da DGDI, depende do nível de permissão de quem o operacionaliza, conforme informações e normas do próprio sistema. Assim, um funcionário, gestor ou executivo, tem acesso a telas ou funcionalidades diferentes, de acordo com seus direitos, atribuídos no cadastro de usuários (interno). Ao entrar no sistema terá o menu de opções disponíveis, configurado de acordo com esses direitos, que também determinam as telas a que terá acesso.

Vale lembrar que os usuários (externos) da comunidade acadêmica, que acessam o SAP via Internet, não constam no cadastro, tendo direito apenas às consultas básicas do sistema, isto porque o SAP é para gestão do Arquivo.

Desde que cadastrado e, dependendo do seu nível, como foi explicado, um arquivista, por exemplo, poderá realizar as seguintes operações: consultar, acompanhar a tramitação (inclusive externamente), autuar, juntar, arquivar, microfilmar (neste caso, acessar a tela de microfilmagem do processo, com a finalidade de atualização de dados do microfilme), movimentar (para controle de consultas aos processos arquivados, emitir relatórios, acessar tabelas (de assunto, despacho e unidade) e, enfim, gerenciar o sistema, tendo o acesso privilegiado a diversas funcionalidades pertinentes somente ao gerente, conforme já mencionado.

Há telas privativas dos usuários/funcionários credenciados pela Universidade, mas há também aquelas públicas, abertas a qualquer cidadão, ou seja, usuário externo ao Arquivo e à Universidade, com acesso à entrada, consulta e pesquisa de processos, além das telas de ajuda. Para as diversas Unidades da Universidade, não há qualquer custo de instalação do programa especial para a sua utilização, bastando somente um simples acesso à internet ou intranet, dependendo do usuário.

Finalizando, a localização física do documento, na caixa-arquivo, é feita através da sigla E/P/C: estante, prateleira e caixa, e cada uma com as seguintes informações: Unidade, espécie, data do arquivamento, período da documentação, destinação (permanente, substituição ou eliminação), prazo de guarda. Descritas as operações de organização e gestão do Arquivo e o sistema de recuperação da informação, a próxima etapa diz respeito ao seu acesso e uso.

 UFRJ / SG6 / DGGI DIVISÃO DE GESTÃO DOCUMENTAL E DA INFORMAÇÃO SEÇÃO DE ARQUIVO	
E 79 P 04 C 21	UNIDADE CCJE
	ESPÉCIE: PROCESSO
	DATA DE ARQUIVAMENTO: 05/03/2009
	ANO: 2008
	DESTINAÇÃO: ☐ PERMANENTE ☒ SUBSTITUIÇÃO ☐ ELIMINAÇÃO PRAZO DE GUARDA:

Figura 6: etiqueta de identificação. Fonte: acervo do autor.

6.2.4 Acesso e Uso do Acervo

Uma das atividades mais características dos arquivos permanentes é a de referência, na qual são estabelecidas as políticas de acesso e uso e, neste caso, um arquivo universitário não é diferente de qualquer outro, e está sujeito à mesma normalização.

Aqui, mais uma vez recorremos ao Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 19), para a definição de acesso, primeiramente como “possibilidade de consulta a documentos e informações”, em seguida definido como a “função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua atualização”.

Já Paes (1997, p. 146) explica a política de acesso como “o que deve ou pode ser consultado”, e política de uso como “quem e como devem ser consultados os documentos”, com a devida indicação de níveis de usuários que poderão consultar o acervo, inclusive com a elaboração do regulamento da sala de consultas.

A Seção de Arquivos da DGDI tem uma política para empréstimos e consultas, e para tal adota formulários próprios, com a assinatura e o carimbo da chefia do arquivo, o que foi mencionado no tópico anterior, quando foi abordado o SAP.

O acesso é feito de forma restrita, devido ao fato de que considerável parte da documentação do acervo ainda estar em fase intermediária, pois a permanente depende ainda das avaliações a serem realizadas por meio de tramites legais já descritos anteriormente,

Quanto ao fornecimento de cópias, esse assunto será tratado no tópico seguinte.

6.2.5 Produtos e Serviços do Arquivo

No quadro teórico foram abordadas duas questões de importância na oferta de serviços por parte dos arquivos: a tradição documental (cópias) e os instrumentos de pesquisa, condições precípuas para a produção e oferta de serviços. Começamos pela tradição documental, que Bellotto (1991, p. 62) define como “parte da diplomática que se ocupa dos vários modos de transmissão do documento no decorrer do tempo”, ou seja, estabelece relação

entre o documento e o seu original e faz duas considerações: quanto ao seu caráter de primeiro, de matriz; e seu caráter acabado, limpo, perfeito (BELLOTTO, 1991, p. 63).

Com relação às cópias Bellotto afirma que estas podem apresentar duas finalidades, ou seja: as de reproduzir originais ou substituir os originais existentes e apresentam quatro modalidades:

- cópias simples, que independem de controle e não têm qualquer valor jurídico;
- autorizadas, que correspondem aos traslados, cópias validadas com fé notarial, ou cópias certificadas, cuja autenticidade não é conferida por um notário, mas sim uma autoridade civil ou eclesiástica, com o mesmo efeito que o original.); e
- cópias imitativas, também chamadas de figuradas, que reproduzem exatamente os caracteres do original, tais como formato de letras, desenhos, assinaturas, mas não têm valor legal (BELLOTTO, 1991, p. 65)

Por último, a mesma autora trata das cópias em códices diplomáticos, categorias que compõem os livros de assentamentos de cópias de documentos e apresentam dois tipos (BELLOTTO, 1991, p. 65).

A - registros (copias feitas pelo expedidor), relativos a livros-copiadores de todos os documentos expedidos por uma autoridade ou entidade e que asseguram a informação completa; e

B – cartulários, também livros-copiadores, mas de correspondência recebida, permitindo uma visão geral dos documentos, além da preservação dos originais.

Sobre produtos e serviços do Arquivo é importante também comentar sobre a descrição documental, tarefa típica dos arquivos permanentes, e o processo de descrição dos documentos de arquivo que constituem os instrumentos de pesquisa.

Ultimamente, tem sido discutido quais são estes instrumentos e qual o seu conteúdo e descrição. Autores como Paes e Bellotto definem os instrumentos tradicionais e adotam denominação mais igualitária, enquanto outros autores abrem um novo leque de produtos, decorrentes principalmente dos avanços da Sociedade da Informação e das tecnologias de informação e comunicação-TICs, e o intensivo processo de automatização, disponibilização

de informações na Internet, digitalização de documentos e documentos eletrônicos.

Assim, é importante enumerar os produtos ou instrumentos que caracterizam os arquivos, entre os quais guias, inventários, catálogos, repertórios, índices e Bellotto está entre os autores da área que os definem. A autora aborda, primeiramente, o guia, que tem “por finalidade dar uma visão de conjunto dos serviços de arquivo de modo a permitir ao pesquisador saber quais os recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga, os instrumentos de que dispõe, e quais são as fontes complementares” (BELLOTTO, 1991, p. 109). O guia tem caráter descritivo e é elaborado na direção da prática.

O inventário, sob a ótica de Bellotto (1991, p. 113), é aquele “que descreve conjuntos ou unidades documentais na ordem em que foram arranjados”. É parcial e divide-se em sumário (descrição breve) ou analítico (mais pormenorizado).

O terceiro instrumento de pesquisa descrito é o catálogo, que segue critério temático, cronológico, onomástico ou outros e pode ser sumário ou analítico, de acordo com Bellotto (1991, p.128).

O repertório, conforme definido pela autora (BELLOTTO, 1991, p.133) é aquele que traz “uma relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada peça integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente”

Os índices, por sua vez, podem ser complementares aos inventários ou catálogos analíticos, “ou ter identidade própria, indexando documentos diretamente, sendo (...) uma lista alfabética de nomes de pessoas, lugares ou assuntos contidos em uma ou mais unidades arquivísticas”. (BELLOTTO, 1991, p.134).

Por fim, Bellotto (1991, p. 135) ainda faz referência à edição de fontes, isto é, a publicação de instrumentos de pesquisa, na qual os documentos não apresentam somente resumos indicativos e/ou informativos, como nos anteriormente citados, mas figuram em seu texto integral.

Já Paes (1997, p. 127) faz referência somente aos quatro primeiros: guia, inventário (sumário e analítico), catálogo e repertório. Mas também

enfoca instrumentos auxiliares (1997, p. 139), como os índices e as tabelas de equivalência ou concordância, cuja finalidade é dar “[...] equivalência de antigas notações para as novas que tenham sido adotadas, em decorrência de alterações no sistema de arranjo”, hoje praticamente em desuso.

Em trabalho de 2002, Lopes (p.38) adota uma nova nomenclatura e elabora um quadro comparativo entre o antigo e atual, no qual o guia permanece com esta mesma denominação, mas, por exemplo, o inventário sumário é o atual sumário, ou inventário analítico; os catálogos sumário e analítico são chamados simplesmente de catálogos; o repertório é chamado de catálogo seletivo e, por fim, o índice permanece com esta nomenclatura.

Acesso e uso são pré requisitos para a promoção de produtos e serviços, e a Seção de Arquivos da UFRJ fornece cópias dos seus documentos arquivados, com algumas restrições para este serviço. Nestes, os interessados devem explicitar qual o seu interesse na informação solicitada, não pode simplesmente, por exemplo, o cidadão A solicitar cópias dos processos do cidadão B. É uma questão de ética e segurança.

Porém, o acesso a esses documentos é feito pelo SAP (a Seção de Arquivo não dispõe de instrumentos de Pesquisa que, por certo, em muito auxiliaram no fornecimento dos documentos solicitados) que fornece a localização do mesmo na unidade (que pode ser a DGD I) ou em outra unidade. Caso esteja microfilmado, a localização se dará através das seguintes informações: arquivo; gaveta, filme/fotograma, ou data de arquivamento.

Como já citado, a Seção de Arquivo ainda não produz instrumentos de pesquisa que, por certo, em muito auxiliaram no fornecimento dos documentos solicitados. Porém, segundo informações da arquivista responsável pelo serviço, com a instalação do SIARQ - que veremos mais adiante – há planos para a sua elaboração e produção sistemáticas. É oportuno lembrar que esta pesquisa foi direcionada apenas à Seção de Arquivo da DGD I e, portanto, não se refere a instrumentos de pesquisa por ventura elaborados em Arquivos Setoriais da UFRJ, por não serem objeto da presente dissertação.

As informações solicitadas nos questionários/ entrevistas foram complementadas pelos funcionários do Arquivo da UFRJ, com a indicação de ações atualmente em fase de planejamento ou andamento.

A DGDI, por exemplo, está implementando o SIARQ-Sistema de Arquivos e, com este, a criação do Arquivo Central, de forma oficial, hoje em fase de estudos. Após a sua aprovação, espera-se que os serviços e produtos oferecidos possam ser produzidos regularmente, pois essa competência foi atribuída à DGDI.

Além da previsão dessas atividades, algumas normas já estão em fase de aprovação, como as de consulta e empréstimo de documentos.

Um das preocupações maiores na área de Arquivos é a segurança do acervo, e alguns cuidados vem sendo tomados, como a verificação dos extintores de incêndio, normas gerais de segurança interna do prédio, a fim evitar fatos como o ocorrido no primeiro trimestre 2011. Conforme noticiado pelo jornal O Globo, em sua edição de 29 de março de 2011, quando a Capela São Pedro de Alcântara, no campus da Praia Vermelha, sofreu incêndio, e por pouco não atingiu documentos que contam a história da instituição, que estavam arquivados no primeiro andar do mesmo prédio.

Encerrada a análise do Arquivo da UFRJ, o próximo capítulo contém o resultados da aplicação de questionários e entrevistas, além de visitas ao Arquivo da UNIRIO.

6.3 ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Para a realização desta pesquisa sobre o Arquivo Central da UNIRIO, foi utilizado o mesmo procedimento metodológico aplicado na UFRJ, o questionário como fornecedor primário das informações principais, em seis conjuntos de informações, já citados anteriormente. Da mesma forma, algumas dúvidas ou acréscimos foram dirimidos quando da segunda fase, a das entrevistas, em que os pontos a serem elucidados foram relacionados, organizados e sistematizados, a fim de complementar o presente capítulo. A busca de informações no portal da UNIRIO também foi efetivada mas, como já foi explicado, o volume de informações não justifica um tópico específico como aconteceu com a UFRJ.

O Arquivo Central é “órgão suplementar, responsável pela coordenação do sistema de arquivo e protocolo de toda a Universidade, e tem a competência de elaborar as políticas relacionadas à gestão documental”. Além de subsidiar a administração na tomada de decisão, preserva a “memória institucional” (UNIRIO, PDI, 2012, p. 88), pois nestes documentos são a referência para cidadania, política, ciência e cultura.

O Sistema de Arquivo Central da UNIRIO tem como precedente o histórico da Universidade, que até assumir o seu nome atual, passou por várias denominações tais como: FEFIEG – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara; depois FEFIERJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro; e em 1979 adotou a sigla UNIRIO – Universidade do Rio de Janeiro, através da Lei nº 6655, de 05 de junho de 1979. Assim ficou até o ano de 2001, quando mudou para denominação atual.

Sobre a lacuna de um Arquivo Central nessa Universidade, Costa e colaboradores explicam que até

[...] a incorporação do Curso de Arquivologia do Arquivo Nacional às modificações estruturais tanto administrativas quando acadêmicas realizadas no decorrer da história da UNIRIO, não se pensava em um Arquivo como integrante da estrutura universitária....(COSTA et al., 2010, p. 1).

O Estatuto da Universidade, de 07 de dezembro de 1981, estabeleceu como órgãos suplementares somente a Biblioteca Central e o Hospital Universitário Grafrée e Guinle, até mesmo porque, até então, o arquivo não existia na sua forma oficial.

A UNIRIO incorporou o Curso de Arquivologia, em 1977, reconhecido pelo Parecer 46/79, do Conselho Federal de Educação. No entanto, o arquivo foi criado 13 anos depois, por iniciativa de alguns professores do Centro de Ciências Humanas e Sociais, pela Portaria nº 438, de 21 de julho de 1990.(COSTA et al., 2010, p. 2).

Uma vez pensado, a sua concretização se deu por meio da Resolução nº 815, de 20 de dezembro de 1990, com a denominação de Arquivo Central – AC, da então Universidade do Rio de Janeiro. Conforme o Art. 5º do seu Regimento Interno, foi moldado como “um sistema de arquivos capaz de orientar a gestão de documentos da UNIRIO, e assessorar ações acadêmicas e administrativas, promovendo a recuperação dos documentos e a disseminação da informação”. Esta iniciativa denota atitude avançada porque, antecedendo-se à Lei nº 8159, de 08 de janeiro de 1991 – Lei dos Arquivos – já se propunha a tratar da gestão de documentos, o que consta do seu artigo terceiro:

Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento, em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm).

Aspecto importante a ser registrado é que na sua criação, o Arquivo Central foi moldado como um sistema, buscando “junto aos órgãos geradores e acumuladores de documentos a co-responsabilidade pela gestão “ (COSTA, 2010, p. 5), justificando, assim, a criação de arquivos setoriais como órgãos deliberativos e de assessoramento do sistema, passando estes a funcionar também como arquivos intermediários.

Apesar de se fazer representar nas reuniões do Conselho Universitário, o AC apresentava, como muitos órgãos públicos recém criados, dificuldades com relação à infra-estrutura, pois havia problemas a serem enfrentados, como a falta de recursos financeiros e humanos, entre estes, principalmente os especializados, além de pouco espaço físico para o desenvolvimento de suas funções rotineiras. Mesmo assim, o Arquivo foi inserido na estrutura da Universidade como Órgão Suplementar e passou a ter direito a voto nas reuniões do CONSUNI, conforme o novo Estatuto da Universidade, de 05 de outubro de 2001.

Por meio de um Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 137, de 08 de abril de 2002, foram propostas alterações no Regimento Interno, com o objetivo de aprimorar as competências do Arquivo como um sistema.

Com a aprovação do novo Regimento do Arquivo Central, foi incorporado à sua estrutura o Serviço de Comunicação e Protocolo, o que facilitará o desenvolvimento da gestão de documentos de forma plena.

A Gestão de Documentos é fator preponderante para o AC, e com este objetivo, primeiro foi realizado o diagnóstico da situação dos arquivos acadêmico e administrativo. A princípio, o resultado não foi muito animador, pois foi constatada a não adoção de uma política de administração das atividades de gestão e de “preservação da memória institucional” (COSTA et al 2010, p. 8). Alguns fatores negativos foram encontrados, como: descumprimento de qualquer fluxo documental e ausência de normas que regulassem as atividades desenvolvidas; ausência de procedimento apropriado para o arquivamento da documentação, além de falta de espaço físico e de controle da documentação recebida ou expedida.



Figura 07. Tratamento de acervo documental. Fonte: Arquivo Central UNIRIO. Titulação atribuída pelo autor.

Grande parte da documentação encontrava-se acondicionada de forma inadequada, num ambiente propício para o surgimento de insetos e ação nociva do tempo.

O Arquivo Central, atento à legislação arquivística – principalmente com relação a já citada Lei nº 8159 e resoluções do CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos, vem implementado projeto de gestão documental no seu acervo, inclusive com ações para a conscientização das comunidades arquivística e acadêmica. Atualmente, o local do Arquivo é mais adequado ao desenvolvimento dessas atividades.

Como resultado das atividades institucionais desenvolvidas, hoje o sistema conta com doze unidades de Arquivo e Protocolo Setoriais, criadas pela Resolução nº 3693, de 19 de agosto de 2011, nas seguintes unidades: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS; da Escola de Medicina e Cirurgia - EMC; do Instituto Biomédico - IB; do Instituto de Biociências - IBIO; da Escola de Nutrição - EN; da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto - EEAP; do Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH; do Centro de Letras e Artes - CLA; do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas - CCJP; do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia - CCET; da Biblioteca Central - BCe, do Serviço de Protocolo Geral - SPG. (UNIRIO, PDI, 2012, p.88-89),.

Foram criados também a Gerência de Documentação, “responsável pela execução das atividades de processamento técnico e conservação de documentos arquivísticos em qualquer suporte, de valor permanente”, e a Gerência de Gestão de Documentos, “responsável pelo desenvolvimento do conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes aos arquivos correntes e intermediário” (UNIRIO-PDI, 2012, p. 89).

6.3.1 Recursos Humanos do Arquivo Central

Para a execução das tarefas diárias, o Sistema de Arquivo Central, atualmente tem o seguinte quadro de recursos humanos: 11 (onze) servidores no total, sendo 9 (nove) arquivistas de nível superior, aprovados em concurso público. Os outros dois são administrativos e, como na UFRJ, não há nenhum funcionário terceirizado.

Este suporte de funcionários foi possível com a implantação do REUNI, que permitiu essas contratações, além de aquisições como móveis e utensílios diversos.

Quanto à lotação dos servidores, estes não pertencem propriamente ao Arquivo Central, mas aos recursos humanos da Universidade, que faz a distribuição conforme as necessidades dos setores.

Quadro 6: Arquivistas da UNIRIO, por lotação, ano de 2010.

Unidade de Arquivo e Protocolo	Quantidade de Arquivista
BC	0
Decania do CCBS	0
CCET	1
CCH	1
CCJP	1
CLA	1
EEAP	1
EMC	1
EM	0
IB	0
IBIO	0
Serviço de Protocolo Geral	1

Fonte: PDI-UNIRIO 2012. Titulação atribuída pelo autor.

Pelos dados do exercício de 2011, no Arquivo Central exercem funções nove (9) arquivistas, todos contratados através de concurso público.

6.3.2 O Acervo do Arquivo

A formação do acervo é oriunda da produção dos órgãos acadêmicos e administrativos da UNIRIO, não há nenhum por doação ou aquisição. Houve tentativas de incorporar documentos por essas duas vias, mas encontrou-se grande dificuldade de cessão por parte dos detentores, principalmente por problemas de ordem pessoal e financeira, o que fez com essa possibilidade fosse abandonada, ainda que momentaneamente.

O acervo é resultante das atividades dos seguintes setores: Reitoria, Pró-reitorias (cinco), centros acadêmicos (igualmente, cinco), escolas, cursos de graduação e pós-graduação e doze arquivos setoriais.

O arranjo dos documentos do acervo do Arquivo Central se dá por fundos, séries, grupos. Foi pensada utilização do termo sub-fundo, porém, há dificuldade dessa denominação, pois a terminologia arquivística não a contempla, assim, há necessidade de alteração no estatuto da Universidade

para que essa denominação seja incluída entre a terminologia da área da documentação, no âmbito da UNIRIO.

Segundo Bellotto (1991, p. 85), arranjo é o “processo de agrupamento dos documentos singulares em unidades significativas e o agrupamento, em relação significativa, de tais unidades entre si”. Portanto, o arranjo é uma consequência da ordenação dos documentos remanescentes das eliminações, via tabelas de temporalidade de documentos, respeitando-se sempre o caráter orgânico da documentação, além da teoria do respeito aos fundos, como visto anteriormente.

A mesma autora (BELLOTTO, 1991, p. 95) apresenta um quadro exemplificando o arranjo interno de um acervo, dividido em fundo, seção e subseção. Comparando-se o sistema apresentado e o adotado pela UNIRIO, verifica-se que há consonância entre a teoria e a prática, visto que os termos utilizados são sinônimos encontrados no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.

O acervo é constituído pelos seguintes gêneros documentais: textual na sua maioria, e em pequena escala, informatizado, com poucas mídias em cd-rom, além de fotografias, também em pouca quantidade.

Quanto à espécie, há memorandos, cartas, relatórios e demais documentação administrativa e, quanto à acadêmica, toda a documentação do corpo discente, como inscrição, histórico escolar e declarações após término do curso. As pastas dos alunos ficam nas unidades de Arquivo e Protocolo, ou seja, nas próprias escolas dos seus cursos. Quanto aos diplomas, são microfilmados, serviço anteriormente terceirizado.

6.3.3 Organização e Gestão do Acervo

Para a organização da sua documentação, o Arquivo Central conta com uma Comissão Permanente de Avaliação Documentos e Sub-comissões que são setoriais, mas desempenham as mesmas funções, na sua esfera de atuação.

Conforme já esclarecido anteriormente, o Arquivo Central adota as resoluções do CONARQ e há previsão para utilização da ISAD(G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, e ISAAR(CPF) – Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias. Esta última, principalmente quando for possível a doação (ou transferência) de arquivos de professores da Universidade.

Há também o uso das Tabelas de Temporalidade, atividade-meio e fim, das IFES – Instituições Federais de Ensino Superior, bem como o Código de Classificação de Documentos, referentes as duas atividades.



Figura 8. Classificação de processos por atividades meio e fim. Fonte: Arquivo UNIRIO. Titulação atribuída pelo autor.

Ainda não foi implantada a gestão eletrônica de documentos, mas os planos existem, como um modelo de arquivo no SIE – Sistema Integrado de Ensino, que será abordado no próximo tópico.

O próprio portal do Arquivo Central não oferece nenhum recurso eletrônico, seja para alunos, professores ou servidores, sendo necessário o

comparecimento ao Arquivo, para a obtenção de documentos ou informações verbais.

6.3.4 Sistema de Recuperação da Informação

O sistema de recuperação da documentação é o que Bellotto (1991, p. 103) chama de descrição documental, atividade típica dos arquivos permanentes e, que, pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 67) é definido como o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para a elaboração de instrumentos de pesquisa”, tais, como guias, inventários, catálogos, repertórios e índices. Na Ciência da Informação, esta seria a parte básica para a recuperação, que seria complementada com o uso de instrumentos como vocabulários controlados e tesauros, que visam a precisão e consistência na recuperação

Para a recuperação dos documentos, o Arquivo Central utiliza o SIE – Sistema Integrado de Ensino, que é um software adquirido, voltado exclusivamente para a documentação acadêmica e administrativa.

Não foram identificados instrumentos de pesquisa já descritos, sendo utilizado o SIE para a recuperação da informação. Porém, há um Manual de Procedimentos, intitulado Publicação Técnica, que trata da sistemática do arquivamento e uso da documentação da UNIRIO.

Quanto aos documentos digitais, estão disponíveis na rede os atos normativos, a partir do ano de 1995 até os dias de hoje.

6.3.5 Acesso e Uso do Acervo

A consulta aos documentos do acervo ainda não têm propriamente uma política de acesso, uso e empréstimo, mas há uma norma interna que autoriza o seu uso somente pelo usuário interno (servidores e alunos). Mas há a possibilidade de o público externo consultar, porém, depende de uma autorização da Procuradoria Geral, por questões de sigilo e levando em conta o caso das memórias reveladas, que

é um programa do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, institucionalizado pela Casa Civil da Presidência da República e

implantado no Arquivo Nacional com a finalidade de reunir informações sobre os fatos da história política recente no país, (www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br).

Segundo informações coletadas no próprio portal desse Programa e segundo informações que suscitaram dúvidas sobre a sua consulta, justamente por envolver o sigilo de documentos de pessoais na questão, é que o Arquivo Central impõe essa regra, dependente de um parecer da Procuradoria Geral. Mas tal assunto não é o foco desta pesquisa.

A frequência de consulta ao Arquivo Central alcança a média de 50 (cinquenta) por mês, quanto ao perfil do usuário, divide-se entre alunos e funcionários.

Os documentos mais solicitados são os processos de diplomas e assentamentos funcionais e, os que tratam da história da própria Universidade e das suas Escolas, estes provavelmente para fins de pesquisa.

O volume de alguns procedimentos do Arquivo Central, realizados no exercício de 2010 é mostrado de forma resumida no quadro 6, a seguir.

Quadro 7: Resumo das atividades do Arquivo Central, em 2010.

Resumo da Atuação do Arquivo Central em 2010 Visita Técnica	Classificação de processos administrativos nos arquivos e protocolos	Classificação de Documentos	Atendimento externo
8	4505	1.372 caixas equivalentes a 164 metros lineares	334 usuários

Fonte: UNIRIO-PDI 2012. Titulação atribuída pelo autor.

6.3.6 Produtos e Serviços do Arquivo

Como já anteriormente exposto, o Arquivo Central não presta serviços de forma virtual, nem elabora produtos eletrônicos, sendo necessário o comparecimento do interessado às suas instalações. No entanto, há documento que pode ser acessados via rede, como o PDI.

É oportuno registrar que este não consta do link do Arquivo Central, mas sim no da própria Universidade, numa parte mais genérica.

O fornecimento de cópias de documentos é oferecido caso não haja restrições quanto ao grau de sigilo. Esta é condição *sine qua non*, visto que para esta operação ainda não há regulamento interno que possibilite um modo mais expansivo de prestação de serviços. Este modalidade não é cobrada.

Convém aqui lembrar que a comunidade arquivística muito tem discutido, principalmente nos últimos dois anos, a questão de sigilo, pois há normas que regulamentam o assunto, como a própria Lei nº 8159, de 08/01/91, cujo Capítulo V trata do Acesso e do Sigilo dos Documentos foi alterado pela Lei nº 12.527/2011.

Aprovada no final do ano passado, a Lei nº 12.527, de 18/11/11 inova quanto aos graus de sigilo, agora somente três, ultra-secreto, secreto e reservado, com respectivamente os seguintes prazos: 25, 15 e cinco anos.

Mas o tema ganha maior relevância quando o assunto é o acesso a documentos com informações pessoais, gerando controvérsia entre detentores e aqueles que estão direta ou indiretamente afetados, como familiares, com o prazo de sigilo estipulado em de 100 anos.

Também é importante ser citada é a Lei nº 9507, de 12/11/97, que regula a consulta à informação e disciplina o *habeas data*, um direito constitucional que permite ao cidadão o acesso a documentos públicos que tenham informações acerca da sua pessoa, o que justifica também a aplicação do contido no portal do Centro de Referências de Lutas, já mencionado acima.

Como pode ser constatado, o assunto gera polêmicas e o Arquivo Central, por ser um sistema de informações públicas, cumpre a legislação arquivística, não somente respeitando o direito ao acesso publico, como também se preservando de possíveis ações punitivas, como consta no Capítulo V da Lei nº 12.527: Das Responsabilidades.

No quadro 8 estão descritos os diagnósticos (identificação), em metros lineares, realizados por Unidades de Arquivo e Protocolo da UNIRIO.

Quadro 8: Unidades de Arquivo e Protocolo da UNIRIO, por metros lineares.

Unidades de Arquivo e Protocolo	Metros Lineares
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH	135
Centro de Ciências Jurídicas e Políticas - CCJP	152
Centro de Letras e Artes – CLA	146
Centro de Ciências Exatas e Tecnologia - CCET	14
Escola de Enfermagem Alfredo Pinto - EEAP	172
Escola de Medicina e Cirurgia - EMC	87
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROExC	40

Fonte: UNIRIO-PDI 2012. Titulação atribuída pelo autor.

Para que melhor pudesse efetivar a junção ao Arquivo Central com o Serviço de Protocolo, foi realizado um curso de qualificação para os servidores, visto que o mesmo também se dá na forma virtual.

Há constante preocupação com a atualização dos servidores e, para tanta, há incentivo para façam cursos e freqüentem seminários, congressos e outras atividades afins. Com esta objetivo já foram realizados 8 (oito) cursos regulares, inclusive um curso interno para os servidores que ingressam na UNIRIO, a fim de que tenham conhecimento do que é o Arquivo, denominado Introdução à Teoria e à Prática da Gestão de Documentos – Ênfase no Documento Público, realizado uma vez por ano.

Quanto à segurança das instalações, há extintores de incêndio e orientação quanto às normas gerais de segurança, porém, não há programa ou ação específicos.

Com relação à conservação, esta em construção um laboratório do Arquivo Central, para tratamento de documentos que necessitam de restauração, inclusive com verba liberada com destinação própria para este fim

Pelo exposto, constatamos a preocupação da UNIRIO com a formalização da atividades do Arquivo Central, segundo normas técnicas da Arquivologia, internas e externas, bem como a legislação vigente, além da capacitação de pessoal, regularmente promovida e a preparação para a sua inserção no mundo digital.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema desta dissertação, arquivos universitários, ainda tem sido pouco contemplado na literatura de Arquivologia, o que pode traduzir a atenção tardia das Universidades aos seus respectivos arquivos, e à sua própria memória. Inversamente, as bibliotecas universitárias são tema frequente na Biblioteconomia, tanto no exterior como no Brasil, onde os Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias são promovidos há anos e reúnem quantidade expressiva de trabalhos. Mas importante a ser ressaltado, é que a partir do I Seminário de Arquivos Universitários, ocorrido na UNICAMP, em 1991, outros tem-se repetido, ora complementados com os dos Arquivos Científicos que vêm sendo apresentados bienalmente pelo MAST – Museu de Astronomia, no Rio de Janeiro e, o I Colóquio de Arquivos Universitários, no ano de 2011, promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais.

A UNIRIO oferece, desde 1977 o Curso de Arquivologia, e recentemente teve aprovado pelo Conselho Técnico- Científico da Educação Superior da CAPES, na sua 133^a. Reunião, realizada de 27 a 28 de fevereiro de 2012, o primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* da área, no Brasil, o Mestrado Profissional de Gestão de Documentos e Arquivos. Já a UFRJ não promove curso de graduação em Arquivologia, e sim o de Biblioteconomia e Gestão da Informação, que é relativamente novo, começou no segundo semestre de 2006.

Além desses cursos, a UFRJ assina, desde 1970, convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT, para a promoção do Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação, cujo mestrado foi pioneiro no Brasil e América Latina, e doutorado iniciado em 1994, e apenas no período de 2003 a 2008 esteve sem vínculo com a UFRJ, e sim com a UFF - Universidade Federal Fluminense. Por esses motivos, de institucionalização acadêmica do Curso de Arquivologia, de Biblioteconomia e Gestão de informação e a pós-graduação em Ciência da Informação, cujos objetos de estudo são documentos e informação, era de se esperar o início mais cedo da formalização dos arquivos universitários nessas duas instituições.

Como consequência, o conceito de arquivo universitário é ainda pouco discutido, considerando ser um dos tipos de arquivos mais importantes, por estar vinculado às instituições responsáveis pelo ensino superior e pesquisa no país, e por seu decisivo papel no desenvolvimento cultural, científico, tecnológico e de inovação. Esses arquivos representam a memória institucional das universidades e como tal foram tratados nesta pesquisa, reforçando a sua relevância.

As classificações de arquivos antecedem a linha conceitual, na qual foi abordada a rede de conceitos desde arquivo, arquivo científico até arquivo universitário, os dois últimos guardando muitas similaridades e pontos de convergência. Foi também apresentado e discutido um conceito ainda menos presente na literatura da área, os arquivos invisíveis, que fazem parte da História do Brasil, numa fase de golpe militar e de repressão que atingiu as universidades, e que de alguma forma deve ser registrada.

Ainda em abordagem teórica, foram discutidos os conceitos de documento e informação, objetos de estudo da Arquivologia e da Ciência da Informação, procurando as suas similaridades e diferenças, fundamentais para os laços interdisciplinares entre ambas as áreas, questão também ainda pouco presente nas respectivas literaturas.

Considerando o objetivo principal desta dissertação, de identificar e analisar as funções, fluxo e sistemas de informação da DGGI - Divisão de Gestão Documental e Informação, da UFRJ, e do Arquivo Central, da UNIRIO, a pesquisa empírica foi desenvolvida por meio de buscas de informação nos portais dessa Divisão e do Arquivo e, principalmente, aplicação de questionários, entrevistas e visitas. A coleta de dados foi direcionada às seguintes questões para ambos os setores estudados: recursos humanos, acervos, organização e gestão de documentos, sistema de recuperação da informação, acesso e uso de documentos e informações e produtos e serviços dos arquivos. A pesquisa empírica apontou realidades pouco diferentes, no geral, ambos os arquivos com atividades centradas não só na teoria arquivística, mas também na legislação que a acompanha, principalmente nos últimos trinta anos. No entanto, alguns resultados pontuais mostram tanto

situações semelhantes entre as duas universidades, quanto níveis diferenciados, ou melhor, especificidades de cada uma.

Inicialmente, chama atenção o nível hierárquico da DGDI em relação à estrutura organizacional da UFRJ, pois está vinculada diretamente à PR-6 Pró-Reitoria de Gestão e Governança e, portanto, à Reitoria.

O portal da DGDI contém informações sobre sua missão, visão e valores e, embora não ofereça instrumentos de pesquisa que possibilitem ao usuário o acesso ao conteúdo do acervo, disponibiliza um conjunto de informações que permitem ampla visão dos serviços prestados à comunidade interna (professores, alunos e funcionários da UFRJ) e externa, oriundos de outras instituições. Numa forma de transparência de suas ações, está incluído no portal o “Edital de ciência e eliminação de documentos” com quantidade, documentação acadêmica ou não, o seu produtor e o período de abrangência, e o SAP – Sistema de Acompanhamento de Processos, ferramenta que possibilita aos gerentes e servidores diretamente envolvidos, treinamento em diversos níveis de utilização.

O Arquivo Central da UNIRIO, implantado em 1990, coordena o Sistema de Arquivo e Protocolo da Universidade e tem a competência de elaborar as políticas relacionadas à gestão, mas seu portal apresenta pequeno volume de informações. Foi criado como um sistema de arquivos para orientar a gestão de documentos da UNIRIO e as ações acadêmicas e administrativas na recuperação dos documentos e na disseminação da informação que contempla ações arquivísticas fundamentais

O Arquivo Central é Órgão Suplementar ligado à Reitoria, e com o novo Regimento passou a incorporar o Serviço de Comunicação e Protocolo, o que permite a gestão de documentos de forma completa. A inserção formal na estrutura organizacional da UNIRIO num nível alto, pode ter contribuído para minimizar as dificuldades da falta de espaço físico, recursos financeiros e humanos. O nível de inserção numa estrutura hierárquica é importante, na medida em que facilita a comunicação direta e a resolução de problemas mais rapidamente. Um exemplo oportuno é a recente mudança de vínculo do

Arquivo Nacional, da Casa Civil para o Ministério da Justiça, a partir de 2011, o que motivou protestos gerais da comunidade arquivística.

No Arquivo Central/UNIRIO, foi realizado um diagnóstico da situação dos arquivos acadêmico e administrativo, cujos resultados apontaram problemas, como a não adoção de uma política para as atividades de gestão e de preservação da memória institucional e ausência de normas, procedimentos orientadores e norteadores das ações, bem como o não controle da documentação recebida ou expedida.

Interessante ressaltar tanto a adoção de terminologia específica, como gestão da Informação, na Ciência da Informação, e gestão de documentos, na Arquivologia, mas também terminologia comum, como disseminação e recuperação da informação. Neste último caso, é importante lembrar, na UNIRIO, a existência de cursos de graduação e hoje, de pós-graduação, em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, o que já propiciaria um convívio interdisciplinar, e resgata a preocupação com questões interdisciplinares, nessa Universidade, desde a década de 1990 quando foi instituído um Grupo de Trabalho nessas áreas e em Ciência da Informação, com o objetivo de implantar um núcleo interdisciplinar comum, com base na última. Além disso, a presença de inúmeros mestres e doutores egressos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ) em Departamentos e Cursos da UNIRIO, podem ter contribuído para ideias e ações interdisciplinares.

Em relação a recursos humanos, o total na DGDI/UFRJ é de 50 (cinquenta) funcionários, sendo oito na Seção de Arquivo, todos com formação superior em Arquivologia, aprovados em concurso público, além de quatro técnicos de arquivo e quatro técnicos de microfilmagem, e nenhum funcionário terceirizado.

Já na UNIRIO, atualmente o Sistema de Arquivo Central/UNIRIO conta com 11 (onze) funcionários, sendo nove (9) arquivistas de nível superior, aprovados em concurso público e dois administrativos. Assim, como na DGDI/UFRJ, não há nenhum funcionário terceirizado e este dado parece indicar a superação de uma fase na administração brasileira, de um quadro

sustentados por muitos terceirizados, ou bolsistas, pelo menos nos Arquivos estudados.

Quanto ao acervo da DGDI/UFRJ, é composto pelos acervos da Universidade, isto é, documentos produzidos e acumulados pela instituição, não fazendo parte documentos recebidos por doação ou aquisição. Predominam no arquivo documentos textuais e micrográficos, com pequeno número em cd-rom. No entanto, é oportuno esclarecer que o volume significativo de imagens digitalizadas (206.910) e documentos digitalizados (99.992), além de microfilmes (357), que aparecem no quadro 3 desta pesquisa, é decorrência de solicitações desse serviço por parte de outros setores da UFRJ, além de suprir necessidades da própria Divisão. Portanto, a incorporação desses documentos pode ser em arquivos setoriais, não estudados nesta pesquisa, ou mesmo em bibliotecas e museus da UFRJ. Esse total de digitalizados está arquivado nas mídias HD, como backup e em cd-rom.

Como parte importante da gestão de documentos, a eliminação merece todo o cuidado e visão ampla de memória institucional e histórica, daí a existência de uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, cujas decisões são amparadas pela legislação vigente e normas (CONARQ e Arquivo Nacional). A DGDI divulga e disponibiliza no portal alguns formulários necessários à tramitação, solicitação de documentos e outros que podem ser impressos, além do edital de eliminação de documentos, o que reflete a expansão das atividades de arquivos da UFRJ, no mundo digital.

No Arquivo Central da UNIRIO, o acervo é constituído por documentos textuais, na sua maioria, e em pequena escala, informatizados, com poucas mídias em cd-rom, além de fotografias, também em pequena quantidade. Em termos de espécie, constam memorandos, cartas, relatórios e demais documentos administrativos. Os acadêmicos, referentes à documentação do corpo discente (inscrição, histórico escolar e declarações) permanecem nas unidades de Arquivo e Protocolo, ou seja, nas escolas dos respectivos cursos, enquanto os diplomas são microfilmados.

No sistema de recuperação da informação processual, na DGDI/UFRJ é utilizado um sistema próprio, o SAP – Sistema de Acompanhamento de

Processo, para gestão eletrônica e com seis possibilidades de busca: por número do processo, interessado, unidade, documento, assunto e data. Assim, sua operacionalização pelos arquivistas e funcionários é via Internet e Intranet, quando o utilizam para atualização, tramitação, arquivamento e recuperação dos processos administrativos da Universidade.

No Arquivo Central da UNIRIO a gestão de documentos conta com um grupo de profissionais, membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e Sub-Comissões setoriais, seguindo as orientações do CONARQ. Para uso futuro está previsto o uso do ISAD(G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, e a ISAAR(CPF) – Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias.

A Seção de Arquivos da DGDI tem uma política para empréstimos e consultas e adota formulários próprios, o acesso é restrito porque considerável parte da documentação do acervo ainda está em fase intermediária

Quanto aos produtos de arquivos, os chamados instrumentos de pesquisa - guias, inventários, catálogos, repertórios, índices - que dependem de descrição documental, por serem tarefas típicas de arquivos permanentes, não foram identificados no Arquivo Central da UNIRIO, nem da UFRJ. No entanto, instrumentos de pesquisa auxiliaram na disseminação e recuperação de informações. A DGDI, por exemplo, está implementando o SIARQ-Sistema de Arquivos e, com este, a criação do Arquivo Central, de forma oficial, hoje em fase de estudos. Após a sua aprovação, espera-se que os serviços e produtos oferecidos possam ser produzidos regularmente, pois essa competência foi atribuída à DGDI.

É oportuno lembrar que esta pesquisa foi direcionada apenas à Seção de Arquivo da DGDI e, portanto, não se refere a instrumentos de pesquisa porventura elaborados em Arquivos Setoriais da UFRJ, por não serem objeto da presente dissertação.

Merecem destaque os projetos internos e externos dos quais a DGDI participa, como a organização do acervo de direito autoral, microfilmagem de

processos o acervo da Escola de Música (no Largo do Passeio Público), com documentação do período de 1917 a 2009.

Ao encerrar, devem ser destacados os limites desta pesquisa, os dois arquivos centrais da UFRJ e da UNIRIO, o que justifica os resultados centrados em planejamento e políticas institucionais dos dois arquivos. Portanto, os resultados são parciais, e não podem ser generalizados. São necessárias outras pesquisas, que abranjam os arquivos setoriais, de forma a configurar uma visão mais geral e completa dos arquivos dessas universidades.

No geral, foi possível observar um esforço das Universidades para mudar a cultura administrativa, na medida da realização de concursos para arquivistas e da entrada desses profissionais no quadro da UFRJ e da UNIRIO. Por outro lado, foram constatadas iniciativas de cursos e treinamentos para capacitação de arquivistas, o que concorreu decisivamente para alçar a atuação dos arquivos a um nível de qualidade mais alto, em busca de excelência. Ambas as Universidades concentram um expressivo capital intelectual, de professores e pesquisadores atuando nos diferentes cursos de Arquivologia, bem como de Biblioteconomia, Museologia e Ciência, da informação, a quem podem recorrer para ministrar cursos e treinamentos, além de estimular a pós-graduação dos seus funcionários.

Na Sociedade da Informação, marcada pela globalização e pelas tecnologias de informação e comunicação-TICs, é fundamental a inserção no mundo digital. Na literatura de Arquivologia, os documentos digitais tem sido objeto de pesquisa, bem como de discussões de grupos de arquivistas como o Projeto InterPARES, coordenado pela British Columbia University, do Canadá, voltado para preservação de documentos arquivísticos digitais, com participação de vários países, inclusive o Brasil, com o Arquivo Nacional. Este novo cenário, não significa que os produtos e serviços tradicionais de arquivos não guardem a mesma importância, como os guias, por exemplo, e sim que podem ser oferecidos em formato eletrônico e complementados por outros, novos, produzidos com recursos tecnológicos atuais. Nesta pesquisa, os resultados mostram algumas iniciativas de atividades com base nas tecnologias, o que sinaliza para a participação no ambiente digital dos arquivos

da UNIRIO e da UFRJ, ainda que incipiente. Mas, ao mesmo tempo foram identificadas ações que abrem perspectivas para expansão da gestão de documentos e de produtos e serviços eletrônicos, o que é coerente com o processo evolutivo, tanto do Arquivo Central da UNIRIO, quanto da Seção de Arquivo da DGDI da UFRJ.

REFERÊNCIAS

ADELANTADO, A.L. Los fondos universitarios para la historia de las universidades. In: MUNDET, J.R.C (Org.), **Archivos Universitarios e Historia de las Universidades**, MADRID: Ed. Dykinson, 2003, p. 13-60.

ALBERTO, K.C. Três projetos para uma universidade do Brasil. In: OLIVEIRA, A.J.B. (Org.) **A universidade e os múltiplos olhares de si mesma**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 13-42.

ARAÚJO, J.; BORGES, J. **Histórias e memórias do movimento estudantil**, Disponível em <HTTP://w3.ufsm.br/infocampus/?=4128>. Acessado em 04 de maio 2011.

BELKIN, N.J.; ROBERTSON, S.E. Information science and the phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 27, n.4, 197-204, July-August, 1976.

BELLOTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1999.

_____. H.L. Uma política de arquivos para a universidade brasileira In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1, 1991, Campinas, **Atas...** Campinas, p. 11-26, 1992

BERGSON, H. **Memória e vida**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.

BERWANGER, A.R.; LEAL, J.E.F. **Noções de paleografia e diplomática**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.

BIZELLO, M.L. Considerações sobre memória, arquivos e filmes In: MARANON, E.I. M (Org.) **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. Curitiba: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

BORKO, H. Information science: what is it ? **American Documentation**, v. 19 n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BOTTINO, M. Arquivos universitários: repertório bibliográfico preliminar. In **Arquivo e Administração**, v.1, n.2, p. 57-79, jul./dez. 1998.

_____. **Arquivo universitário**: considerações em torno da questão. Panorama da situação no Brasil. Rio de Janeiro, 1994, 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro em Informação em Ciência e Tecnologia, 1994.

BRAGA, G.M. Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. In: **Ciência da Informação**, Brasília: IBICT, v. 24, n. 1, p. 12-20, 1995.

BRASIL. Ministério da Casa Civil/Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. Publicações Técnicas n. 51.

_____. Dec. 60417, de 11/03/1967, Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60417.htm. Acesso em: 3 maio 2011.

_____. Dec-Lei n 228, de 28/02/1967, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0228.html, Acesso em: 3 maio 2011

_____. Dec-Lei nº 477, de 26/02/1967. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0477.htm, consultado em: 4 maio 2011

_____. Lei nº 4464, de 9/11/1964. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4464.htm. Acesso em: 15 maio 2011

_____. Lei nº 8159, de 29/01/1991, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 15 maio 2011

_____. Lei nº 9507, de 12/11/1997, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9507.htm. Acesso em: 12 dezembro 2011

_____. Lei nº 12527, de 18/11/2011, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm, Acesso em: 12 dezembro 2011

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360. Disponível em <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>. Acesso em: 28 novembro 2011

CALAZANS, A.T.S. Estudo de caso – uma estratégia de pesquisa. In: MUELLER, S.P.M. (Org.). **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

CALDERON, W.R. et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n.3, p. 97-104, set./dez. 2004.

CAMARGO, A.M.A. Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes. In: **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro: AAB, v. 15-23 , n. 1, p. 34-40, 1994.

_____. Conceituação e características dos arquivos científicos In: **ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS**, II, 2005, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, p. 11-116, 2006.

CARO, Paul. **A roda das ciências**. Lisboa: Instituto Piaget 1993.

COLOMBO, F. **Os arquivos imperfeitos**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1991.

COSTA, S. et al. **Conscientização do papel do Arquivo da UNIRIO no cenário universitário**. UNIRIO, Rio de Janeiro, 2010.

DODEBEI, V. Memória e informação – interações no campo da pesquisa. In: MARANO, E.I.M (org). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. Curitiba: Compacta Gráfica e Editora, 2010. p.59-78.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, p. 1-67, abr.1982/ago 1986).

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como prova de ação In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed. FGV, v. 13, n. 7, p. 49-64, 1994.

_____. Archival science. **Encyclopedia of Library and Information Science**, New York, Allen Kent, Ed. V. 19, p. 1-19, 1996.

_____; PRESTON, R. **International research on permanent authentic records in eletronic systems (Interpares 2)**: experimental, interactiv and dynamic records. Disponível no website [URL:http://www.interpares.org](http://www.interpares.org). Acesso em: 26 setembro 2010.

FÁVERO, M.L.A. A Universidade Federal do Rio de Janeiro: origens e construção (1920 a 1965) In: OLIVEIRA, A.J.B. (Org.). **A universidade e os múltiplos olhares de si mesma**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 13-42

FONSECA, M.O. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1 p. 33-45, 1998.

_____. **A arquivologia e a ciência da informação**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**, Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

INDOLFO, A.C. et al. **Noções de arquivologia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

JARDIM, J.M. O inferno das boas atenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, E (Org.). **Acesso à Informação e Políticas de Arquivos** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003

KAPLAN, A. **A conduta da pesquisa**, SP: Eder/Edusp, 1972.

LISBOA, V. **Memória que o fogo apagou**. O Globo, Rio de Janeiro, p.11, 29 março 2011.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1998.

LUCENA, A. **A une contra o sni**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1987.

MARTINS, N.R.; FIGUEIROA, S.F.M. Memória científica e tecnológica da UNICAMP: projeto para gestão integrada de documentos científicos. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2, 2005, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. p. 25-36.

MATTAR, E. Dos arquivos em defesa do estado, do estado em defesa dos arquivos. In MATTAR, E. (Org), **Acesso à Informação e Política de Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MEIRELLES, H.L. **Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

MELLO, S.L. Os arquivos da Ufrj e a gestão de documentos. In: A Natureza dos Arquivos Universitários e as Instituições de Pesquisa. **CONFERÊNCIA DA SUV E ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, IV**, 2009, Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009, p. 90-96.

MENDONÇA, A.W. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPED mai.-ago., v. especial, n. 14, p. 131-150, 2000.

MOTTA, R.P. Os arquivos das asi universitárias. *Revista Acervo*, v. 21 n. 2 jul./dez., p. 43-66, 2008.

MYNAIO, M.C.S. **Pesquisa Social**: teoria, métodos e criatividade. Petrópolis: Ed. Vozes 1994.

NASCIMENTO, A. **Assessoria especial de segurança e informação da UFS**, Disponível em: <http://www.primeiramao.blog.br/post.aspx?id=1349&t=assessoria-especial-de-seguranca-e-informacao-da-ufs>. Acesso em: 4 maio 2011.

NEIRA, C.M.P.S.M.C La importancia de un patrimonio documental: los archivos científicos. In: MUNDET, J.R.C (Org.), **Archivos Universitarios e Historia de las Universidades**, MADRID: Ed. Dykinson, 2003, p. 255-279.

NORA, P. Entre memória e história – a problemática dos lugares. **Projeto História Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Depto. de História da PUC-SP**. São Paulo: Educ – Editora da PUC-SP, 1993.

OLIVEIRA, A.J.B. Das ilhas à cidade: materialização da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (1945-1950) In: OLIVEIRA, A.J.B. (Org.) **A universidade e os múltiplos olhares de si mesma**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 109-136.

OLIVEIRA, M.I. A importância da gestão de documentos para a preservação da memória da ciência e tecnologia. In: **ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS**, II, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Museu de Astronomia e Ciências Afins; Casa de Rui Barbosa, 2006, p. 47-54.

PAES, M.L. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

PEREIRA, M.N. **O sonho de Otlet – aventura da informação e comunicação**. Brasília: IBICT, 2000

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, .E.R. **Pesquisa exploratória**: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos2/pesquisa-exploratoria-procedimento/pesquisa-exploratoria-procedimento.shtml>. Acesso em: 4 maio 2011.

PINHEIRO, L.V.R. Traçados e limites da ciência da Informação. Brasília: **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995.

_____. Gênese da ciência da informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, M.A. (Org). **O Campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora da Universidade/UFPB, 2002, p. 61-86.

_____. **Informação** – esse obscuro objeto da ciência da informação. MORPHEUS, Rio de Janeiro, a. 2, n. 4,p. 2004.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais**. LISBOA: Gradiva Publicações Ltda., 1992.

RAMADON, L.F. **Uerj**: uma historia apaixonante. Livro em edição digital. Disponível em: [HTTP://framadon.sites.uol.com.br](http://framadon.sites.uol.com.br). Acesso em: 3 março 2011.

RIBEIRO, F; FERNANDES, M.E.M. O sistema de informação arquivística da Universidade do Porto: potenciar o uso da memória informacional retrospectivamente. In: MUNDET, J.R.C. (Org.), **Archivos Universitários e Historia de las Universidades**. Madrid: Editorial Dyckinson, J.L, 2003.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RONDINELLI, R.C. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital**: uma revisitação necessária. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011.

ROUSSEAU, J.Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, P. **Paul Otlet**: um pioneiro da organização das redes mundiais de tratamento e difusão da informação registrada. *Ciência da Informação* , Brasília, v. 36, n. 2 p. 54-63, mai/ago, 2007.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SILVA, A.M. et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Eds. Afrontamento, 2002.

_____. **Das “ciências” documentais à ciência da informação.** Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

_____. **A informação. Da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico.** Lisboa: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, J.A. Apresentação . In: MATTAR, E. (Org.), **Acesso à informação e política de arquivos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

STAREC, C. Informação e universidade: os pecados informacionais e barreiras na comunicação de informação para tomada de decisão na universidade. Rio de Janeiro: **Datagramazero**, v.3, n.4, ago 2000, Disponível em: www.dgz.org.br/ago02/Art_04.htm. Acesso em: 12 outubro 2011.

UFRJ. **Manual para elaboração e normalização de dissertações e teses.** Rio de Janeiro, 2011.

UNIRIO. PDI – Plano de desenvolvimento institucional, Rio de Janeiro, 2006.

_____. PDI – Plano de desenvolvimento institucional . Rio de Janeiro, 2012.

VERNANT, J-P. **Mitos e pensamento entre os gregos – estudos de psicologia histórica.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

VIANA, A.; LISSOVSKY, M.; SÁ, P.S.M. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n.2, p. 1-104, jul./dez. 1986.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist** v. 9, n. 4, p. 127-140, Dec. 1970.

WERSIG, W. Information science: the study of postmodern knowledge of usage. **Information Processing & Manegement**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

YEO, G. **Concepts of Record** (1): evidence, information, and persistent representations. Disponível em: www.jstor.org/pss.40294573. Acesso em: 10 julho 2011.